

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANTENOR DA SILVA FERREIRA

Euclides da Cunha: Integração, Paisagem e Topofilia

MANAUS

2016

ANTENOR DA SILVA FERREIRA

Euclides da Cunha: Integração, Paisagem e Topofilia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Pensamento Social na Amazônia

Orientador: Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro

MANAUS

2016

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

F383e	Ferreira, Antenor da Silva Euclides da Cunha: Integração, Paisagem e Topofilia / Antenor da Silva Ferreira. 2016 123 f.: 31 cm.
	Orientador: Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas.
	1. Integração Regional. 2. Paisagem. 3. Sentimento Topofílico. 4. Experiência. I. Ribeiro, Prof. Dr. Odenei de Souza II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ANTENOR DA SILVA FERREIRA

Euclides da Cunha: Integração, Paisagem e Topofilia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro
Presidente
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof^ª Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dr. Marco Aurélio Coelho Paiva
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Aprovada em: 30 de Maio de 2016

Local de Defesa: Bloco Mário Ypiranga Monteiro – ICHL, Sala 11.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho *in memoriam* de Antonio Lopes Ferreira dos Santos, meu pai, caboclo do beiradão que experimentou muito da realidade aqui exposta.

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho científico é sempre um compartilhamento de um bem público, o conhecimento, cuja apropriação privada se dá em meio ao esforço coletivo. Sou imensamente grato a todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho, dentre eles, cabe ressaltar os seguintes. Ao Departamento de Polícia Metropolitana da Polícia Civil do Estado do Amazonas pela flexibilização dos meus horários de trabalho, possibilitando a assistência tranquila das aulas. Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelo empenho em tornar possível o sonho de consolidar no Amazonas a produção científica no campo da Sociologia.

Especial agradecimento é devido ao Professor Dr. Odenei de Souza Ribeiro, meu orientador, que foi o responsável pelo *insight* do trabalho, conduzindo-me às leituras devidas. Ao Professor Dr. Marco Aurélio de Paiva pelo exame franco e sincero da primeira sistematização da proposta do trabalho, ao lado do Professor Dr. Marcelo Bastos Seráfico, cujas contribuições foram todas incorporadas. Ao Professor Dr. Renan Freitas Pinto pelo despertar do interesse pela temática da Amazônia de Euclides da Cunha. Ao Professor Dr. Aldenor da Silva Ferreira que mesmo à distância funcionou como coorientador, interlocutor de todas as horas, produzindo incontornável contribuição, sem a qual este trabalho não se teria realizado.

Especialíssimo agradecimento a Rosemary da Silva Santos, meu arrimo de afeto, companheira de todas as horas, que retirando de mim responsabilidades e preocupações que tornaram os dias dela muito mais agitados e carregados de tarefas do que de costume, me possibilitaram a tranquilidade necessária para a escrita deste trabalho. Aos meus filhos, Yuri Renê, Iorhan Vinícius e Amanda Sofia, pela alegria de tê-los como dádiva dos céus, de onde recebo toda a graça na pessoa de Jesus, o majestoso Cristo.

EPÍGRAFE

Devemos, por tantas e fortes razões, exumar de sua tumba recoberta não de musgos e ciprestes, mas de traças e poeira, os nossos mortos de melhor memória, para que venham ajudar os vivos a encontrar caminhos claros e firmes. (HILDON ROCHA, 2000).

Euclides da Cunha: Integração, Paisagem e Topofilia

RESUMO

Este trabalho constitui-se num exercício exegético das obras *Os Sertões* e *À Margem da História*, de Euclides da Cunha. Busca-se realizar uma comparação direta entre as duas obras no âmbito dos temas Integração Regional, Paisagem e Topofiliação. Os objetivos foram identificar como o autor entende e propõe a integração das regiões Nordeste e Norte à nação brasileira, e ainda, compreender como o autor classifica a paisagem, as gentes e os espaços do Nordeste e da Amazônia. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, realizando-se um exame dos escritos de interesse da pesquisa, sem negligenciar os demais escritos do autor, bem como de fontes secundárias, extraindo-se subsídios para a construção do trabalho. Euclides da Cunha vivenciou grande parte dos eventos históricos mais marcantes da história do Brasil, no bojo da mudança de regime político do Império à República Presidencialista em 1889. Desde as primeiras letras o autor preocupou-se em escrever para interferir na realidade social em que vivia, increvendo-se na galeria dos autores que procuraram definir o Brasil. A temática da integração regional é a sua grande contribuição, sendo pioneiro em relação à integração da Amazônia. Euclides descreve minuciosamente a paisagem para valorizar a luta do sertanejo contra a natureza, evidenciando-lhe a bravura, traço psicológico que o faz triunfar sobre um ambiente hostil e que é proposto pelo autor como modelo para a nação. No trato com a paisagem, ainda, o autor deixou-se perceber francamente desgostoso com a paisagem amazônica. Neste trabalho se buscou explicar esse estranhamento expressão de um sentimento topofílico, provocado pelo confronto do autor com uma paisagem diferente do modelo topográfico que evoca os seus sentimentos de belo e aprazível, configurados pela sua ambientação em região montanhosa.

Palavras Chave: Integração regional, Paisagem, Sentimento Topofílico, Experiência.

Euclides da Cunha: Integration, Landscape and Topophilia

ABSTRACT

This work constitutes an Exegetical exercise about *Os Sertões* and *À Margem da História*, by Euclides da Cunha. The aim is to carry out a direct comparison between the two works in the context of Regional Integration issues, Landscape and Topophilia. The objectives were to identify how the author understands and proposes the integration of Northeast and North to the Brazilian nation, and yet, understand how the author classifies the landscape, people and spaces of the Northeast and Amazon. The methodology used was the bibliographical research, performing an examination of research interest books, without neglecting the other writings of the author, as well as secondary sources, extracting subsidies for the construction of the work. Euclides da Cunha experienced many of the most remarkable historical events in the history of Brazil, in the midst of the change of political regime of the Empire to the presidential Republic in 1889. Since the first letters the author concerned in writing to interfere with the social reality in which he lived, enrolling in the Gallery of the authors who sought to define the Brazil. The subject of regional integration is their great contribution, being pioneer in relation to the integration of the Amazon. Euclides describes thoroughly the landscape to highlight the struggle of backcountry against nature, showing his bravery, psychological trait that makes him triumphing over a hostile environment and that is proposed by the author as a model for the nation. In dealing with the landscape, the author left see frankly disgusted with the Amazonian landscape. In this work sought to explain that strangeness expression of a topophilic feeling, caused by the author's confrontation with a different landscape topographic model that evokes feelings of beautiful and pleasant, configured for his ambiance in mountainous region.

Key Words: Regional Integration, Landscape, Topophilic feeling, Experience.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – Euclides da Cunha e a consciência de seu tempo: sanitarianismo, positivismo, evolucionismo, republicanismo – uma contextualização	21
1.1 Sanitarismo.....	27
1.2 Positivismo, Evolucionismo e Republicanismo.....	34
1.3 O Euclides vingador.....	42
CAPÍTULO 2 – Da terra seca à terra molhada: o Nordeste e a Amazônia de Euclides da Cunha	54
2.1 O elo Nordeste-Amazônia.....	54
2.2 A integração do Nordeste - uma necessidade cultural.....	61
2.3 A integração da Amazônia - uma questão de soberania nacional.....	70
2.3.1 Leis sociais justas como sinal da presença do Estado.....	72
2.3.2 O povoamento e a luta contra o deserto.....	77
2.3.3 Obras de Infraestrutura como elemento fomentador do progresso.....	79
CAPÍTULO 3 – Paisagem e filiação: a janela por onde Euclides olha o mundo	84
3.1 Fundamentos conceituais.....	84
3.2 A paisagem como elemento norteador.....	97
3.2.1 A paisagem em <i>Os Sertões</i>	97
3.2.2 A paisagem em <i>À Margem da História</i>	102
3.3. A Paisagem como literatura em missão.....	104
3.3.1 No texto <i>Os Sertões</i>	104
3.3.2 No texto <i>À Margem da História</i>	106
2.10 Considerações finais	110
REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

Euclides da Cunha é um autor clássico do pensamento social brasileiro. Um intelectual comprometido com as transformações sociais e empenhado de forma integral na construção de um projeto de identidade nacional, fato que o tornou incontornável. Como uma bigorna a desgastar seguidos martelos, há sempre o que dizer sobre os seus escritos, ou sobre a sua vida. Sobre os seus escritos amazônicos uma questão inicial nos chamou a atenção. Indagávamos, inicialmente, até que ponto Euclides da Cunha poderia contribuir para a compreensão do atual estado de coisas na relação região-nação entre a Amazônia e o restante do país. Guiávamos pelo ensino do historiador Hildon Rocha (2000) de que é preciso estudar o passado para tornar menos penoso o entendimento do presente, exumando os mortos de sua poeira para que venham ajudar os vivos na sua luta pela compreensão da realidade. Ainda mais se a aparente realidade é a de que pouca coisa mudou desde que Euclides navegou pelas águas amazônicas e lançou sobre ela seu olhar de poeta e de cientista. Mais de um século se passou e aquilo que Euclides percebeu com seu olhar de “estrangeiro” é ainda vivenciado pelo homem amazônico, onde pouca coisa mudou em relação ao isolamento espacial das comunidades ribeirinhas, por exemplo, permanecendo o homem amazônico escravizado ao rio, como nos falou Euclides.

Na nossa trajetória de exame do autor, desprovido de temores e de preconceitos, apoiado pela vigilância do método sociológico, identificamos uma preocupação recorrente tanto no livro *Os Sertões*, quanto no livro *À Margem da História*, a saber, o tema da construção da nacionalidade pelo viés da integração regional. Independente da validade ou não das propostas de Euclides da Cunha nessa questão, pareceu-nos importante entender que tipo de integração regional é proposta nesses textos, uma vez que tanto o sertanejo nordestino, quanto o caboclo amazônico, noutras palavras, tanto o Nordeste, quanto a Amazônia, aparecem nesses escritos alijados das preocupações governamentais da federação, como filhos enjeitados da nação.

Encontrado no texto como pessoa dotada de uma visão de mundo peculiar, de uma trajetória social singular, Euclides da Cunha aparece como autor engajado, digno de ser revisitado, habilitado a continuar nos falando, como nos ensina Hildon Rocha (2000), pela maneira incisiva com que propôs a intervenção do Estado na construção de uma infraestrutura necessária para o desenvolvimento da região, que possibilitasse a ela o fim de seu isolamento. Estamos certos de que Euclides da Cunha continua nos falando, mesmo após um século de seu falecimento. Afirmamos isso porque entendemos que não há distância segura entre a vida

pretérita e a vida presente da Amazônia. Visto que, percorridas quase duas décadas do século XXI, a região ainda não conseguiu superar problemas das mais diversas ordens, originados em séculos anteriores, problemas que se multiplicam e se complexificam com o passar dos anos, como por exemplo, o avanço da pecuária, da produção de soja, a exploração desequilibrada de madeira, a mineração clandestina, o crescimento desordenado de suas cidades, os conflitos fundiários, a questão indígena não resolvida completamente, o atraso educacional, a infraestrutura precária das telecomunicações, das rodovias, das hidrovias, dos portos e aeroportos, dentre outros. Essas questões, são dados de realidade que atestam que vivemos numa continuidade espacial, temporal e cultural, de certa forma já descrita por Euclides. Entendemos que a “morte” de Euclides da Cunha, tratando-se da sua influência, só ocorreria se de fato vivêssemos em uma realidade tão radicalmente nova na Amazônia que não guardasse qualquer vínculo com as coisas primeiras. Não parece ser o caso, visto que a região historicamente vive realidades sociais e econômicas marcadas por avanços e retrocessos, como bem definiu Schneider et al. (2000) a Amazônia vive de *boom colapso*, ou seja, um período de grande prosperidade econômica – *boom* – seguido de forte declínio e estagnação – colapso. As rupturas são tênues, a ponto de não haver sempre continuidades. Nesse sentido, a questão da integração regional brasileira é um dos assuntos em aberto, tanto que ainda movimentam milhões nos orçamentos públicos nacionais anualmente, com resultados práticos incipientes, principalmente na região Nordeste e a sua secular “indústria da seca”. Nessa perspectiva, o exame de um autor como Euclides da Cunha sempre poderá ser valioso, ainda que seja como ponto de referência para novas utopias.

Ao elegermos como tema deste trabalho a integração regional proposta por Euclides da Cunha, trabalhávamos com a perspectiva de trazê-lo mais uma vez à tona, pois embora nos falando da distância de um século, “temos a confirmação do seu poder meio profético, quando soube indicar com veemência o caminho de nossas regiões abandonadas” (ROCHA, 2000), isso em razão de que o *isolamento*, elemento principal notado por Euclides, ainda perdura. Com efeito, alguém pode objetar-me e dizer que a palavra isolamento relacionado à Amazônia é um anacronismo, visto que com o advento da telefonia celular e internet isso não é mais possível. Falando especificamente do estado do Amazonas, de fato, algumas melhorias ocorreram, fundamentalmente no que tange ao transporte fluvial. Algumas décadas atrás, se deslocar até a capital ou à sede do município mais próximo era uma epopeia. Atualmente, há uma rede de barcos e lanchas velozes que mantém linhas diárias e/ou semanais até as sedes municipais ou mesmo para a capital. Uma viagem do município de Parintins até Manaus

(distância de 450 km em linha reta) que antes durava 24 horas, pode ser feita hoje em 8 horas, quando realizada em lanchas velozes. Ainda assim o isolamento permanece, vários tipos de isolamento. Apenas para antecipar um, o Amazonas é isolado do ponto de vista da telefonia celular. De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) nem todas as operadoras de telefonia celular do país atuam em todos os municípios amazonenses. Quatro das cinco principais operadoras do Brasil não alcançam sequer 50% das cidades do estado. A má prestação de serviço de telefonia móvel no Amazonas já foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM), em agosto de 2013. A comissão teve como objetivo apurar as razões da má qualidade do serviço de telefonia fixa, móvel e de Internet no Estado. O resultado da CPI obrigou as empresas de telefonia a comprometerem-se, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a melhorar o serviço e a realizar um grande mutirão no Amazonas¹. Os problemas ligados ao isolamento inviabilizam muitos negócios do próprio Polo Industrial de Manaus. Lopez (2013) afirma que no percurso de instalação das plantas industriais para a fabricação de tablets em Manaus a empresa taiwanesa Foxconn chegou a namorar a Zona Franca, mas rompeu o namoro denunciando o atraso de sua logística, a frequência do apagão energético e a banda larga precária e cara.

Portanto, estudar Euclides da Cunha, verificar suas propostas, seus diagnósticos e prognósticos, é trazê-lo para o palco da compreensão de nós mesmos, amazônidas, gente de carne e osso que vive e trabalha nesse mosaico de terras, florestas e águas. É trabalhar com um autor que nos conheceu não de ouvir falar, nem nos sondou à distância, em um gabinete, mas experimentou nossos dramas, um autor que pode auxiliar na escolha de novos rumos diante de uma temática que, como mencionado, continua em aberto. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo compreender como Euclides da Cunha entende e propõe a integração das regiões Norte e Nordeste à nação brasileira, numa análise comparativa entre as obras *Os Sertões* e *À Margem da História*, considerando um exame direto dos textos. Parece-nos evidente que o autor dispôs-se a escrever no sentido de propor a integração de ambas as regiões à nação, uma preocupação que permeava a intelectualidade dos seus dias e que obteve a atenção de muitos outros autores. Por outro lado, o acurado exame dos escritos amazônicos de Euclides nos levou a indagar o que teria levado o autor a se expressar com tamanho

¹ SANTOS, Izabel. *Amazonas tem somente uma operadora de celular presente em todos os municípios*. Disponível em: <http://www.portalamazonia.com/noticias>. Acesso em: 01 abr. 2016.

estranhamento em relação à região, a ponto de manifestar descontentamento em relação à paisagem amazônica. Numa análise mais atenta dos escritos arrolados no livro *À Margem da História* pareceu-nos claro que o autor se propunha a apresentar a Região Amazônica como parte da nação brasileira, e apresentar o caboclo, tipo humano apontado pelo autor como o desbravador do deserto, como uma referência para o restante do país. Logo, pareceu-nos incongruentes as afirmações tão francas de desagrado em relação à paisagem amazônica.

Na busca de compreender essa possível contradição, enveredamos numa perspectiva de localizar o autor no seu tempo, combinando trajetória de vida e consciência social, de modo a alcançá-lo no ambiente em que os escritos foram dados ao conhecimento do público. Comparado com o *À Margem da História*, o lugar e a paisagem do Nordeste descrita no livro *Os sertões* aparecem impregnados de sentimento inverso ao expressado em relação à planície amazônica. Evidenciou-se que em *Os Sertões* há uma única expressão de descontentamento com a paisagem, e isto se dá somente quando a paisagem do sertão se apresenta regular, rasteira e monocromática. Desse achado delineou-se a seguinte hipótese para o nosso trabalho: há uma relação entre a regularidade monocromática e topográfica da paisagem amazônica com o descontentamento de Euclides da Cunha em relação a ela. Tal como a monocromia da caatinga e a estrutura rasteira daquele tipo de vegetação lhe causou descontentamento, assim também, a paisagem amazônica com a sua característica de adensamento desde a barranca do rio, a regularidade de sua cor, a pouca visibilidade do horizonte que propicia porque se constitui num achatamento de planície e a pouca distinção de caracteres para um olhar inexperto, causou no visitante Euclides da Cunha o mesmo descontentamento. Nestes termos, o tema *Paisagem e Filiação* se insinua no texto de Euclides da Cunha e sempre esteve ali, como que aguardando uma leitura que o dignificasse. Esse achado, no entanto, só foi possível por uma questão pessoal da nossa parte, a partir da identificação de um anseio que é partilhado com o autor, qual seja, o anseio por contemplar em profundidade horizontes infindos. Percebido esse anseio em Euclides da Cunha, coube-nos investigar suas origens a partir de uma conceituação que fizesse jus às expressões espontâneas do autor em ambas as obras. Por outro lado, examinar um autor do passado a partir de conceituação mais recente só se faz possível e válida se for para lhe dar oportunidade de se defender frente ao vertiginoso desgaste do tempo, do contrário cai-se em anacronismo. Ao aplicarmos a Euclides da Cunha o conceito de *Topofiliação* só poderíamos fazê-lo se fosse para dar-lhe uma oportunidade de se explicar diante da acusação de contraditório e preconceituoso por conta da maneira franca com que relatou o seu descontentamento com a

paisagem da região amazônica. Estamos certos de que a acusação de preconceito para com a região amazônica não se sustenta quando comparada com o propósito expresso pelo próprio autor de integrar esta região à nacionalidade, apresentando-a como um dado precioso a ser tratado pelos governos.

No entanto, não resta dúvida de que os textos de desagrado estão aí como uma realidade. Em *À Margem da História* encontramos um Euclides descontente e contrariado com a visão que se lhe apresenta da planície amazônica. O autor reclama da regularidade enfadonha da paisagem. Tal descontentamento, no nosso entendimento, só poderá ser explicado a partir de uma razão anterior aos fatos do seu contato com a região, o que se poderá achar na sua ambientação de infância, examinando os elementos de sua topofiliação. Nesse sentido, nosso segundo objetivo é compreender como Euclides da Cunha classifica a paisagem, as gentes e os espaços do Nordeste e da Amazônia a partir de sua relação pessoal com a natureza, naquilo que temos chamado de sua experiência topofílica. Nossa hipótese é a de que a ambientação de infância do autor em região montanhosa foi elemento importante na verbalização de estranhamento e descontentamento com o lugar e a paisagem amazônica.

Assim, o tema geral proposto – *Integração, paisagem e filiação* – tornam este estudo relevante no sentido de que, em primeiro lugar, permite que Euclides da Cunha continue entre nós, a nos falar a partir de seu lugar privilegiado na galeria dos mortos de saudosa memória (ROCHA, 2000). É inegável a presença do autor em inúmeros trabalhos acadêmicos recentes, para os quais nos damos por escusado em comentar devido ao limitado espaço deste trabalho, mas que são a prova de que a realidade amazônica e acadêmica continuam a ser alcançadas por seus escritos. Em segundo lugar, com a temática da topofiliação temos a pretensão de tornar este trabalho relevante no sentido de permitir um outro olhar sobre o autor, talvez capaz de retirar de sobre ele a pecha de preconceituoso e permitir que a sua real preocupação sobressaia do seu próprio texto, a sua preocupação com o isolamento e o seu desejo de ver a região amazônica integrada ao restante do país, mas não meramente num mapa de tratados políticos, e sim como parte dele; e não como as “gentes adoidadas” a têm tratado, isto é, como mero depósito de riqueza, sem o interesse de pertencimento e fixação ao solo. Descolado da imagem de preconceituoso, fato que advém desse descontentamento topofílico, Euclides pode ainda nos falar da razão do despovoamento do interior, ou da nossa dependência extremada de

suprimentos, dos quais 70%² são importados de outros estados brasileiros e de outros países, da ausência de políticas públicas realmente inclusivas e abrangentes etc.

As estratégias de investigação do objeto proposto nesta pesquisa perpassaram, primeiramente, por uma consistente revisão da literatura do autor, naquilo que podemos chamar de uma exegese de seus escritos, principalmente os escritos principais, isto é, aqueles contidos no objeto da pesquisa, *Os Sertões* e *À Margem da História*, sem contudo negligenciar os demais escritos como as poesias e as cartas emitidas a partir de Manaus, quando o autor aqui esteve na missão de fronteira de que participou como Comissário da República Brasileira. Atento à questão do uso de fontes secundárias, visto que elas podem trazer concepções pessoais acerca de determinados objetos e que muitas vezes podem ser influenciadas pela conjuntura política, econômica, cultural e social do momento vivido, procurei localizar textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade, bem como a sua representatividade no que tange a obra de Euclides da Cunha, fiz um acurado exame dos comentários do autor, no intuito de compreender sua contribuição e auxiliar na consolidação da nossa proposta de trabalho, especificamente a de demonstrar a relevância de Euclides da Cunha para os dias de hoje. Em seguida foram lidas as obras correlacionadas com o autor, dentre as quais, vários artigos acadêmicos, livros de autores locais e nacionais, biografias do autor, tudo sempre em paralelo aos estudos teóricos para aprimoramento dos conceitos chave a serem empregados no trabalho. Em seguida procedeu-se a releituras das obras em análise, dessa vez, para os recortes propostos pelo trabalho, nos dois temas abordados, integração e topofilia. A pretensão de utilizar essas duas categorias surgiu a partir de diálogos em sala de aula, principalmente a partir do desafio lançado pelo Prof. Dr. Ernesto Renan Freitas Pinto, acerca da necessidade de releitura dos clássicos da literatura amazônica, no intuito de resgatar as origens do pensamento social na região, bem como a partir de uma inquietação pessoal causada por algumas passagens dos textos de Euclides, fundamentalmente, a que trata da questão da solidão do caboclo amazônico. Nesse ponto houve uma identificação imediata da nossa parte, motivada certamente pelo fato de sermos enraizados na vida socioeconômica e cultural ribeirinha. Essa identificação produziu uma simpatia intelectual que, por sua vez,

² Em entrevista ao site new.d24am.com, publicada no dia 26 de fevereiro de 2015, o diretor do Sindicato dos Feirantes do Estado do Amazonas, Deutician Barreto, fez a seguinte declaração: “70% dos alimentos vêm de fora. Todos nós sabemos que a nossa produção não atende a nossa demanda”. “Varejistas de Manaus temem ficar sem alimentos por conta de protestos: paralisação de caminhoneiros nas estradas ameaça abastecimento de produtos para o estado”. Disponível em: <http://new.d24am.com/noticias/economia/varejistas-manaus-tememficar-alimentos/129583>. Acesso em: 22 dez. 2015.

produziu um *insight* agradável, no que tange ao estranhamento do autor com a paisagem e, mesmo reconhecendo os limites desse empreendimento, ficou claro que deveríamos escrever uma defesa de Euclides sobre esse ponto específico.

A pesquisa empreendida para a confecção deste trabalho é bibliográfica, uma vez que ainda não manuseamos documentos oficiais inéditos sobre o tema. Oliveira (2007, p. 69) faz uma importante distinção entre a modalidade de pesquisa documental e bibliográfica. Essa distinção é importante, pois apesar de serem cotidianamente entendidas como sinônimas, pois ambas têm no documento a principal fonte de investigação, elas são diferentes. Para a autora, “a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos”. Como característica diferenciadora ela pontua que é um tipo de estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica. Argumenta ainda que o principal objetivo da pesquisa bibliográfica é proporcionar aos pesquisadores o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema ao qual estão dedicando a sua atenção. Segundo ela “o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico” (p. 69).

Com relação à pesquisa documental Oliveira (2007) afirma que: “a pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (p. 69). É fato que a pesquisa documental anda ao lado da pesquisa bibliográfica. De acordo com Gonsalves (2003), por serem muito parecidas, o elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o assunto, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. No entanto, é preciso dizer que: na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador ou pesquisadora requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico. Nesse ponto, tanto para o pesquisador iniciante quanto para os mais experimentados é fundamental a distinção entre fontes primárias e fontes secundárias. As fontes primárias são os dados originais, a partir dos quais o pesquisador tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, é ele quem analisa, observa, por exemplo, uma fotografia, uma

imagem, um som. É ele quem ouve o relato de experiências vivenciadas por outrem. Por fontes secundárias compreende-se a pesquisa de dados de segunda mão, ou seja, informações que foram trabalhadas por outros estudiosos e, por isso, já são de domínio científico, o chamado estado da arte do conhecimento (OLIVEIRA, 2007).

Não é de somenos importância observar que, quanto ao uso de fontes documentais, a simples publicação de um texto não o torna automaticamente científico. Há que se considerar uma terceira situação, ou seja, o reexame de documentos já manuseados, analisados e interpretados por interessados ou estudiosos da obra, mas de quem discordamos, muitas vezes por já conhecermos suas posições políticas, seus compromissos ideológicos e mesmo suas percepções preconceituosas sobre assuntos relacionados com o autor estudado. Muitos estudos são correntemente questionados por outros pesquisadores equipados com instrumental teórico mais consistente.

Entendendo que a pesquisa é bibliográfica, propomo-nos uma leitura das obras *Os Sertões* e *À Margem da História* que se entenda como uma leitura *externalista*, isto é, a partir do resultado final do texto e aquilo que efetivamente chegou a nós por meio do impresso, mas que, ao mesmo tempo, se constitua numa leitura *internalista*, visto que nos propomos averiguar a Experiência por trás das letras, o contexto e limites daquele que escreveu. Entendemos que somente uma combinação equilibrada entre estas duas maneiras de atuar sobre a obra seria capaz de nos conduzir a resultados razoáveis, pois como nos ensina Maia (2008), ambos os enfoques trazem definições importantes. A leitura externalista vem privilegiar as condições sociais de produção das obras e a rede de vinculações que envolvem os autores, sem as quais o texto não poderia ser decifrado no âmbito da experiência concreta. Neste sentido, a reconstrução do ambiente social da obra é capaz de localizá-la no tempo, impedindo o seu uso contaminado pelo anacronismo e generalizações. Por seu turno, a leitura internalista procura decifrar a lógica interna dos textos e seus significados inscritos na própria escrita. Nesta abordagem considera-se a realidade do texto como um dado, o qual pode ser examinado a partir de sua própria existência, e avaliado naquilo que de fato diz por meio da escrita. Entendemos que ambos os enfoques precisam complementar-se, alimentando-se do outro, posto que a trajetória social do autor não pode, por si só, definir a cifragem da fraseologia do texto, e tampouco uma fraseologia trará em si mesma a segurança de seu significado, se estiver deslocada do seu contexto.

Atendendo ao disposto acima apresentamos no Capítulo 1 – *Euclides da Cunha e a consciência de seu tempo* – uma contextualização das linhas de pensamento mais em voga no período vivido por Euclides da Cunha, final do século XIX e início do XX. O ambiente político no Brasil nesse período era de mudanças profundas, quando se processou a troca do regime monárquico pelo regime republicano. Portanto, o republicanismo é um dos elementos que permearam a formação e a trajetória social de Euclides da Cunha. Como consequência da derrubada do regime monárquico, e com ele o arcabouço cultural do Império, surge a necessidade de redefinição do Brasil, ou a definição do vir-a-ser da nova nação. A consciência social que animava, portanto, não apenas Euclides da Cunha, mas outros autores seus contemporâneos, era a de que o Brasil era um país por definir-se enquanto povo, enquanto nação, advindo dessa preocupação diferentes propostas e diagnósticos. Euclides da Cunha irá propor a integração regional como elemento condicionante da definição da nacionalidade, fundamentado no positivismo comteano e posteriormente no evolucionismo spenceriano. Positivismo e Evolucionismo Social eram as teorias sociais mais modernas de então. Euclides lançou mão delas, embora tenha procurado superá-las, conforme procuramos demonstrar neste trabalho. No mesmo contexto de mudanças sociais são encontrados os avanços tecnológicos que possibilitaram novos conhecimentos das etiologias das doenças, o que irá impulsionar o movimento sanitarista, este mesmo em grande medida constituído em agente de tais mudanças sociais e de exercício do poder. Terminamos o capítulo abordando um aspecto da trajetória pessoal de Euclides da Cunha que, no nosso entendimento, é fator preponderante no resultado final do seu engajamento social e político. Trata-se do fator orfandade ainda na infância. Propusemos a identificação da propensão de Euclides da Cunha em tomar partido do oprimido, naquilo que alguns autores denominaram de quixotismo euclidiano com um traço de personalidade desenvolvido a partir de suas perdas.

No Capítulo 2 – *Da Terra Seca à Terra Molhada: o Nordeste e a Amazônia de Euclides da Cunha* – apresentamos uma resenha do tema integração regional encontrado nas duas obras em estudo, *Os Sertões* e *À Margem da História*. Verifica-se que, no entendimento de Euclides da Cunha, tanto o Nordeste, quanto a Amazônia são vitais para o projeto de nação e integrá-las ao restante do país é uma questão de soberania nacional. O elemento humano encontrado nessas regiões, o sertanejo, é o elemento dotado da *moris* buscada por Euclides para uma nação que está por realizar-se e que está plantada numa parte do globo onde a natureza se mostra portentosa e hostil ao elemento humano. Nosso entendimento é que a

bravura sertaneja, sua fibra moral que suplanta os reveses naturais é o elemento psíquico buscado e proposto por Euclides como o elo capaz de fomentar a unidade nacional.

O Capítulo 3 – *Paisagem e Filiação: a janela por onde Euclides olha o mundo* – é uma proposta de interpretação do tratamento dado por Euclides da Cunha ao elemento paisagem tanto no livro *Os Sertões*, quanto no livro *À Margem da História*. Nosso argumento é que Euclides da Cunha lança mão do elemento *Paisagem* para fazer uso dela como contraponto da luta do sertanejo pela sobrevivência, de modo a enaltecer a sua bravura. A hostilidade natural é descrita para realçar o elemento humano sertanejo, este sim de maior interesse para o autor. No bojo desse trato com a paisagem se encontra o estranhamento pessoal de Euclides com a paisagem amazônica, a qual se lhe apresenta desprovida de encantos e “chatamente rebatida” no plano. Nesse aspecto propusemos uma análise baseada nos impulsos pessoais do autor, dentro do conceito de experiência topofílica, quando concluímos que o estranhamento expresso por Euclides da Cunha em relação à paisagem amazônica se deve à sua ambientação de infância numa região montanhosa, de modo que as definições de belo e aprazível na mente do autor se consolidaram com as formas onduladas de morros e de montanhas, e em contraste a estes os vales profundos de longa vista desimpedida, situação que não ocorre na paisagem amazônica.

Por fim, cabe dizer que este trabalho se propôs visitar um autor influente para o pensamento social na Amazônia no intuito de encontrar nele um ponto de partida, uma referência de exame dos nossos dias. A conclusão a que chegamos é a de que Euclides da Cunha continua atual, talvez não pela sua genialidade, mas porque os nossos problemas sociais, políticos e econômicos são recorrentes, de modo a divergir a nossa vida hoje pouca coisa daquilo que Euclides descreveu há cem anos. O que se verifica é que Euclides da Cunha foi profético em relação aos nossos destinos, ao identificar na floresta aquilo que definimos por analogia como o caminho de Sísifo a que parece que estamos condenados. Apesar de todo o esforço dispendido por governos, pensadores, poetas etc., ainda aguardamos o dia de superar as análises euclidianas em relação à Amazônia. Ainda aguardamos o dia em que poderemos declará-lo inadequado, visto que, pelo menos do ponto de vista do diagnóstico dos nossos problemas, seus escritos ainda são aquilo que Arthur César Ferreira Reis (2000) declarou: “Euclides é um dos raros exegetas da formação e da realidade brutal de nossa vida”.

CAPÍTULO 1 – EUCLIDES DA CUNHA E A CONSCIÊNCIA DE SEU TEMPO: Sanitarismo, Positivismo, Evolucionismo, Republicanismo – Uma Contextualização

Não é exagero dizer que o estreito ambiente rural de sua infância solitária passada perto do angico da Fazenda São Joaquim, de onde fazia arengas ao gado, alargou-se como ondas num lago para finalmente engolfar no abraço de sua paixão todo o Brasil do Centro, do Nordeste e do Norte. E como acabou **enlanguescendo** no Rio modernizado, depois de ficar isolado dos “desertos” da Natureza brasileira! (FREDERIC AMORY, 2009).

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha, ou simplesmente Euclides da Cunha, se insere entre os pensadores brasileiros mais influentes no âmbito do grande debate acerca da nacionalidade brasileira. Figura na galeria onde estão também Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, apenas para citar alguns nomes de relevo da história do pensamento social brasileiro. Tem, no entanto, para si, o mérito de ter contribuído para a inserção da Amazônia na questão da formação nacional por meio não apenas de leituras à distância, mas por ter experimentado de modo direto o ambiente amazônico, por meio de viagem realizada ao Rio Purus.

Pinto (2012) define o trabalho de Euclides da Cunha sobre a Amazônia como o primeiro a realizar uma revisão crítica da produção literária acerca da região. O autor diz isso valendo-se das próprias palavras de Euclides, para quem os escritos de autores anteriores a ele acerca da Amazônia são monografias desconexas entre si, profundamente impregnadas pelo fascínio e fantasia frente ao exotismo, à grandeza e perigos da região, de modo a não escapar do êxtase frente ao maravilhoso, ao surpreendente, e pouco produtivas para a conceituação científica da região, cuja existência está ainda no âmbito do misterioso. Com a contribuição

de Euclides da Cunha, ele passa a se constituir em divisor de águas no pensamento social da Amazônia, conforme nos diz Pinto (2012):

Isso se torna evidente quando atentamos para o fato de que, depois de Euclides da Cunha, se inaugura um novo modo de perceber a história social do povo brasileiro e, em referência à Amazônia, dificilmente os que lhe sucederam conseguiram pensar a região sem tomar em consideração o corpo principal das ideias com as quais construiu sua interpretação da sociedade brasileira nesta sua parcela colocada "a margem da história". Um outro aspecto que sobressai de sua obra é o fato de que ela resulta de uma leitura cuidadosa e extensa dos autores que lhe antecederam e sobre os quais empreende um rigoroso trabalho de recuperação crítica (PINTO, 2012, p. 200).

Comparamos os escritos de Euclides com as análises feitas por Lepenies (1996), acerca do processo de consolidação da Sociologia na Europa, e acreditamos ter havido no Brasil uma situação social semelhante àquele processo. Também aqui se desenvolveu uma luta entre a Sociologia e a Literatura pela primazia no poder de definir a realidade social. Os escritos de Euclides da Cunha, a nosso ver, são esboços de uma análise sociológica nascente, ainda a meio caminho entre a expressão literária e o rigor científico, semelhante à situação alemã, francesa e inglesa, citadas por Lepenies (1996). Vê-se isso claramente em *Os Sertões*, onde a análise da realidade social local de Canudos e mesmo a realidade nacional aparecem como análise sociológica embutida numa racionalidade literária marcante. Essa indefinição entre escritos sociológicos ou literários é ainda mais nítida quando se verifica as questões tratadas durante o período de publicação de *Os Sertões* e mesmo de outros períodos bem próximos, em que a Antropogeografia e o Evolucionismo se fazem literariamente, cujas figuras mais centrais passam por Friedrich Hatzel (1844-1904) e Herbert Spencer (1820-1903).

Compreender a contribuição euclidiana no âmbito do Pensamento Social e, mais especificamente, a sua contribuição para a compreensão da Amazônia é um exercício necessário a todos que impõem a si mesmos a tarefa de ombrear a luta pela legitimidade e poder de definir, classificar e localizar a Amazônia no debate contemporâneo. Isso em razão de que, como acreditamos, não é possível contornar os escritos de Euclides da Cunha. Podemos pensar com ele, através dele, ou contra ele, mas nunca sem ele, em decorrência da forma marcante como se posicionou frente aos problemas encontrados na região e dos caminhos apontados em seus estudos.

Euclides da Cunha se auto intitula o vingador. Vê-se que ao dar voz aos sertanejos de Canudos, de onde resultou a sua obra *Os Sertões*, de fato ele surge como contraponto ao consenso que a grande imprensa havia consolidado, o de que Canudos era uma ameaça à República³. Esse consenso, aliás, ainda existe em Corporações como a Polícia Militar do Amazonas que ainda faz menção de sua participação na luta em Canudos como um feito heroico. Na visão de Euclides, no entanto, o que houve em Canudos foi um massacre. O autor toma partido dos sertanejos exaltando suas qualidades heroicas e tecendo críticas mordazes à República. Deixa claro que o anacronismo religioso de Antônio Conselheiro foi combatido com excessivo furor. O que se vê no ambiente circundante, a partir das linhas de *Os Sertões* é o orgulho ferido da República, com a sua máquina militar sendo rechaçada por jagunços desarmados e malnutridos, fazendo parecer que havia uma guerra, quando na verdade, na visão de Euclides, o que houve em Canudos foi um extermínio. O sertanejo forte resistiu até o último homem e a obra *Os Sertões* seria a proclamação da verdade contra a euforia generalizada de uma imprensa e uma sociedade desinformada, que tratou sertanejos empobrecidos como um risco para a soberania da nação.

Ao se deparar com a Amazônia, Euclides da Cunha revive momentos de intensa crise interna, incluindo frustrações, contentamento, sentimentos ambivalentes que aos poucos vão se conduzindo para um estado de percepção capaz de lhe indicar a necessidade de um novo livro *vingador* (grifo meu). Este livro que não chegou a ser escrito, teria a pretensão de vingar a região das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVII, conforme suas palavras. Obviamente, esse novo livro se referiria em parte aos escritos anteriores aos seus, em parte aos tipos humanos que adentraram a Amazônia pelos diferentes motivos e, em parte ao distanciamento que a Região evidenciava em relação à República, tanto política quando economicamente. Todavia, Euclides da Cunha é um ser humano. Como tal, ele é dotado de uma história social incorporada, inserido que está num contexto histórico, político e social. Nele se encontram representações sociais e disposições duradouras que norteiam seus atos e suas percepções. Como afirma Morin (1982), a complexidade humana só pode ser compreendida se tivermos em conta as dimensões biológica e sociocultural do indivíduo, pois para o autor, todo o ato humano é, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural, isso implica dizer que o comportamento do indivíduo ou a constituição de seu ser

³ O próprio Euclides da Cunha, antes de ter contato direto com a região de Canudos, escreveu artigos para a imprensa paulista confirmando esse ponto de vista.

social é resultante das características biológicas e da influência dos contextos sociais e culturais em que ele se insere. Nesse sentido, a análise das condições sociohistóricas é fundamental para a compreensão do modo de pensar e de agir de um indivíduo. Nestes termos, um breve exame dos principais movimentos do período em que viveu Euclides, como o sanitarismo, o positivismo, o evolucionismo e o republicanismo poderão nos conceder uma melhor compreensão de seus escritos.

A história social de Euclides da Cunha inclui a orfandade de mãe, a criação na segunda infância em companhia de tias, a formação numa escola militar, uma crise conjugal que findou por lhe tirar a vida, bem como duas importantes viagens, uma como correspondente jornalístico e outra como Comissário da República. Todos esses dados conduzem ao homem total, Euclides da Cunha, poeta, geógrafo, historiador, jornalista, sociólogo, engenheiro de obras públicas e servidor público.

Parece-nos evidente que Euclides da Cunha, como intelectual de seu tempo foi defensor, direta ou indiretamente, dos ideais do Sanitarismo, do Positivismo e do Republicanismo. É lícito afirmar que fazia parte do *Habitus científico* (BOURDIEU, 1989) daquele tempo no Brasil, a crença no Progresso, o melhoramento do ambiente físico como melhoramento das condições do homem e que tais crenças se fariam em melhores condições numa sociedade republicana.

É evidente nos escritos euclidianos que ele inicia sua idade adulta como entusiasta da República, mas logo se decepciona com ela, passando a se constituir em um dos seus críticos. A obra *Os Sertões* pode ser definida em parte como uma crítica ríspida à República, o mesmo ocorrendo em relação à Amazônia, cujas propostas de integração da região à nação denunciam, de algum modo, o alijamento da região em relação ao restante do país, mesmo num contexto republicano. Tal como ocorrera em sua viagem ao sertão baiano, cujo caráter era de correspondente de um jornal importante do Sul do país, gozando da proteção da República, por meio da máquina militar que assediava o arraial dos jagunços, a viagem à Amazônia tem os mesmos aspectos de oficialidade, agora como Comissário do Estado, em missão de fronteira. Em ambas as viagens, Euclides da Cunha contraria o senso comum e se revela um partidário dos oprimidos de ambas as regiões. Na Bahia é o jagunço, designado como o Sertanejo Forte, que é castigado pelo sol, pela sede, pela fome, que surge no texto como aquele que defende o seu lar e que suplanta seus agressores pela astúcia e inteligência. Na Amazônia é o sertanejo designado como Caboclo Titânico, que surge no texto como

aquele que supera a natureza que lhe é hostil, que é oprimido por um sistema de avilamento que o escravizava, e que mesmo assim, avança sobre o *deserto* e o suplanta.

Tanto o jagunço sertanejo, quanto o caboclo amazônico aparecem alijados do Brasil de fato, o Brasil litorâneo, concentrado no Rio de Janeiro e São Paulo e que sequer tem notícia da existência de ambos. Para Euclides da Cunha é impossível se pensar em nacionalidade sem a inclusão desses dois tipos humanos, ou destas duas regiões, no debate nacional e às próprias regiões à Nação brasileira. Para além do plano social mais aparente da análise euclidiana em *Os Sertões* e em *À Margem da História*, a leitura dos dois livros, comparados um com o outro deixa transparecer um estranhamento franco do autor em relação à paisagem amazônica. É nítido que aquilo que o autor vê na Amazônia não lhe agrada, muito embora procure perscrutá-la como cientista. Euclides deixa-se ver desnudo em seu desapontamento. Tal postura diante da paisagem, do clima, e até mesmo diante do homem nativo, leva-o a acrescentar críticas ao desenvolvimento da região, embora tenha elogiado a cidade de Belém no Pará como uma cidade moderna e bela.

Examinado pela luneta do tempo, vê-se que, sociologicamente, Euclides da Cunha aparece como Autor fundamental do que chamamos hoje de Pensamento Social e incontornável quando se trata do Pensamento Social na Amazônia. Tal fato se dá em função de que grande parte de suas teses ainda vigoram até hoje, como nos falou Artur César Ferreira Reis, “Euclides é um dos raros exegetas da formação e da realidade brutal de nossa vida [...]” (REIS, 2000. p. 5). Daí então que este capítulo tem o objetivo de situar brevemente o Autor no ambiente histórico do seu tempo, de modo a nos permitir que Euclides nos fale novamente. Desejamos, no entanto, que esta fala seja contextualizada nas limitações dadas ao seu tempo, de modo a não nos atermos nos seus “erros”, os quais se traduzem apenas como a ciência possível dos seus dias, para que a sua contribuição nos alcance. É nossa convicção que a atualidade temática de Euclides da Cunha é importantíssima. E por que uma contextualização breve? Isto se dá porque o contexto histórico vivido por Euclides da Cunha e outras figuras igualmente importantes já está razoavelmente esclarecido em obras de maior fôlego, não permitindo-se o escopo deste trabalho nada além de uma referência que atenda a função de situar o leitor minimamente.

Os dias que antecederam a vida adulta de Euclides da Cunha podem ser denominados como o fim do século revolucionário, como se expressou Gomes (2013). A sensação que se tem ao olhar-se a lista de acontecimentos é a de que o mundo esteve adormecido por séculos e

de repente acordou. O processo de mudança tecnológica acelerou-se de tal forma que em meio século a face do mundo estava mudada. Euclides chega à idade adulta na virada do regime monárquico para o republicano e, como não podia deixar de ser, foi um dos entusiastas do regime republicano. Havia aprendido o fervor republicano a partir de seu professor Benjamin Constant, mas logo após instalado o novo regime, Euclides verificou que a realidade cruel da nação não se modificaria pela simples mudança de regime, posto que a República que se fez, pouco se distinguira da monarquia que se desfez.

O Brasil do império era socialmente miserável, segundo dados levantados por Gomes (2013). Apenas quinze de cada cem brasileiros sabiam ler. A cada seis crianças, apenas uma frequentava a escola. Apenas oito mil pessoas possuíam diploma de nível superior. O intercâmbio entre as regiões era quase inativo, de modo que as gentes do Norte não tinham contato com as do Sul. O primeiro evento histórico que havia aproximado um pouco mais o Brasil de si mesmo foi a Guerra do Paraguai. Nesse obscuro episódio de violência externa, pela primeira vez, brancos, negros e mestiços lutaram juntos, surgindo daí um leve sentimento de unidade nacional. A sociedade era conservadora e patriarcal e a aristocracia rural exercia o domínio político. A escravidão tinha o seu elemento típico e único na história: aqui se escravizava pela cor.

Em contraste com esse Brasil miserável existia um Brasil opulento, concentrado no Rio de Janeiro e em São Paulo, conforme registra Sevcenko (2003). Nesses estados haviam ilhas de riquezas, com elites agrárias e urbanas possuindo vínculos sociais e culturais mais com a Europa e os Estados Unidos do que com o Brasil, e que procuravam de forma mimética, reproduzir a política, a economia e a cultura dessas nações no trópico úmido. Era um transplante da sociedade europeia para os trópicos. Era a cultura da imitação. Esse Brasil não se dava ao trabalho de examinar-se, de conhecer-se. Com a proclamação da República e o desfazimento das instituições monárquicas, a máscara social desse Brasil caiu, revelando um país por fazer-se. As definições da nacionalidade até ali tinham falhado duramente, como sumariza Gomes (2013):

Os artistas enviados para a Europa de lá voltavam repletos de modelos artísticos e iconográficos que pouco tinham a ver com a realidade brasileira. Os quadros de Victor Meirelles e Pedro Américo, as óperas de Carlos Gomes e os romances açucarados de José de Alencar refletiam o que se fazia na Europa e não à dura realidade tropical brasileira. O romantismo, fonte na qual bebiam, buscava redescobrir as raízes da nacionalidade brasileira, mas a matéria-prima eram modelos europeus (GOMES, 2013, p. 103).

Surge então, na transição do Império à República, no campo intelectual, a necessidade de se compreender o Brasil, mas não apenas isso. Surge também a necessidade de se fazer o Brasil, um novo Brasil, visto que o Brasil real estava sendo desnudado pelo dismantelo de suas instituições. Compreender para indicar rumos. É desse contexto que surgem os autores que se atribuem como missão o ato de escrever para mudar a realidade, da qual Sevcenko (2003) indica com maestria as obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto. As análises que são feitas, como não podiam deixar de ser, lançam mão da ciência do momento. Como resumizou Gomes (2013), o século XIX viu florescer uma lista de ideologias, que incluem o liberalismo, o capitalismo, o socialismo e comunismo, o nacionalismo, o imperialismo, o positivismo, todas prometendo uma nova sociedade e indicando a receita para atingi-la.

As grandes ideologias do século XIX tinham em comum a noção de que era possível reformar as sociedades e o Estado para acelerar o progresso humano rumo a uma era de maior prosperidade e felicidade geral. Acreditava-se que a ciência e a tecnologia seriam capazes de conduzir os seres humanos a um novo patamar de desenvolvimento, conforto e autorrealização (GOMES, 2013, p. 142).

Os autores desse período estavam amplamente influenciados pelo espírito progressista da época, um momento de franco desenvolvimento do capitalismo, a chamada *belle époque* (1871-1914). Sabe-se que esse foi um período de profunda inovação tecnológica, de mudanças sociais e econômicas, de efervescência cultural e intelectual, que trouxe ao mundo novos modos de pensar e agir cotidianamente. Período de culto ao triunfo da Ciência e do Progresso e, do qual, as elites do Sul e do Sudeste desfrutavam com toda a sofisticação e glamour, mesmo com a crise cafeeira, sua principal fonte de poder econômico e político, rondando seus espaços.

1.1 Sanitarismo

A Revolução Industrial ocorrida na Europa provocou grandes deslocamentos de populações naquele continente, resultando disso o inchaço das cidades, razão pela qual se fizeram necessárias medidas de contenção da proliferação de doenças. Datam do período preocupações governamentais com a limpeza pública, controle de água e esgoto, fiscalização e controle da atividade comercial, principalmente a referente ao comércio de alimentos e o controle portuário. Para imprimir esses controles todos e mudar comportamentos coletivos, ocorreram na Europa mudanças estruturais no exercício do poder. Foucault (2002) esclarece que nesse novo momento, o indivíduo é notado e de tal modo, que deve ser disciplinado para

o bem dos demais. A saúde passou a ser uma questão social. O poder soberano de vida ou morte do Estado sobre os súditos é agora exercido sutilmente sobre o indivíduo para a vida, pois o trabalho e a produção requerem que ele esteja são e a cidade esteja livre de epidemias. Novas estruturas, novos saberes são organizados com o fim de tornar os corpos disponíveis e dóceis. É o advento da Disciplina.

A partir da chegada da Família Real em 1808, dentre outras mudanças, o Brasil foi incluído no Comércio Exterior com outras nações e não mais apenas com a Metrópole, o que impulsionou ações de melhoramentos da salubridade pública. O *Sanitarismo*, conjunto de medidas governamentais já em profundo avanço na Europa, atravessa o oceano e aporta no Brasil embalado pela abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Era preciso garantir que os navios que aportassem no Brasil não fossem veículos de disseminação das inúmeras doenças que varriam o país, dentre as quais a mortal Febre-amarela, quando retornassem à Europa, bem como criar aceitação dos produtos brasileiros no exterior, (PONTE, 2007). Para isso se fazia necessário elevar o Brasil, pelo menos o Brasil portuário, a níveis modernos de higiene. No entanto, é com a inauguração da República que o Sanitarismo como movimento ganha força e assume papel de vanguarda no Brasil.

Neste sentido, o Sanitarismo como movimento surge ancorado em duas vertentes. A primeira é a necessidade de atender o interesse do Capital. A segunda é derivada da primeira e por via desta, e são os novos Saberes no campo da Ciência, mais notadamente no campo da tecnologia. Xavier (2006) faz menção do aparecimento do Microscópio como o grande feito que irá revolucionar de fato o mundo. Até o aparecimento dessa tecnologia óptica, o entendimento que se tinha a respeito das doenças é que elas estavam ligadas às condições ambientais. A *Malária* tem esse nome em função da ideia de que era derivada das condições do ambiente, do solo, da área, do ar, *Mal-aria*, daí as providências de se procurar melhores ares para o tratamento dos enfermos para todas as doenças. Expressões como *mudança de ares*, advêm da ideia de que havia climas mais ou menos propícios para a vida. Era o tempo da hegemonia da teoria dos *miasmas*, que postulava que as doenças eram resultado de estados atmosféricos (ROSEN, 1994). Com o aparecimento do Microscópio e o seu contínuo aprimoramento, descobre-se o mundo dos *microorganismos* e, dentre eles, as *Bactérias*. Com esse conhecimento em mãos, surge a teoria do *Contágio* e as ações de governo, ou de saúde pública se voltam agora para o indivíduo. No campo do poder, o *Bacteriologista* se reveste de autoridade, passando a reivindicar o poder de dirigir ações públicas de saneamento e

organização da vida coletiva. O Sanitarismo salta das condições atmosféricas para os *agentes transmissores*, mudando-se o controle sanitário para a Entomologia e a Bacteriologia e, finalmente, para a Imunologia, já bem mais tarde, na era das vacinas (XAVIER, 2006) e o cientista médico galga posição hegemônica, sendo cooptado pelo Estado burguês, ou diretamente produzido por ele, para exercer o domínio nos rumos da nova sociedade. Não raro, no Brasil, médicos ligados ao Movimento Sanitarista chegaram a cargos políticos, resultantes do *status* obtido nas “lutas” pela saúde pública.

No Brasil o Sanitarismo não se deu de modo diferente do europeu quanto aos seus motivos engendradores. No entanto revestiu-se de aspectos inerentes ao ambiente brasileiro, mais notadamente o aspecto autoritário, resultante da forma de governo que aqui se fez desde a colônia. Também é notória a sua inserção no campo das tentativas de definições da nacionalidade brasileira. No bojo do que temos chamado de construção da nacionalidade, o Sanitarismo brasileiro chega mesmo a influenciar e modificar a estrutura de poder estatal. A relação entre o poder central e o poder regional foi grandemente afetada, com prejuízo político para este último, marcadamente oligárquico, e que findou por perder influência, haja vista que o poder central, escudado no discurso sanitarista, inicia um processo de unificação, ou centralização das ações governamentais, pela instalação, apoio e consolidação de órgãos públicos federais destinados a imprimir nas populações os ditames do novo modelo de homem brasileiro, o homem higiênico, retirando das prefeituras locais o poder de dirigir as ações de saúde⁴.

Neste sentido os Sanitaristas acreditavam piamente que era possível curar o Brasil de suas enfermidades endêmicas, retirando-o do atraso em que se encontrava em relação à Europa no que se refere à saúde pública (ROSEN, 1994). E no esforço em mapear as enfermidades, diagnosticaram também o isolamento em que viviam as populações regionais e rurais, sem qualquer noção de nacionalidade. A única faceta que lhes transmitia alguma unidade eram suas credices comuns, conforme alertaram Belisário Penna e Arthur Neiva em seu famoso Relatório de 1916⁵. Saúde e Educação passavam a fazer parte das preocupações

⁴ CPDOC. FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/QuestaoSocial/MovimentoSanitarista. Consultado em 13.03.2016.

⁵ FIOCRUZ. BRASILIANA. A Divulgação Científica Do Brasil. Disponível em: www.museudavida.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid. Consultado em 13.03.2016.

governamentais muito em função do movimento Sanitarista que enxergava nessas atividades o único meio de sanear a população das doenças mais corriqueiras.

Na sua luta pela hegemonia, o movimento Sanitarista brasileiro transcendeu suas preocupações com a saúde pública, passando a desejar interferir no processo de formação de um novo Brasil, um novo povo brasileiro. Nesse sentido, Euclides da Cunha, com a obra *Os Sertões*, publicada em 1902, tem influência fundamental, porque contribuiu para o descrédito da velha explicação para o atraso do Brasil como uma resultante da mestiçagem. O Sertanejo Forte é também isolado, adoecido, mas não inferior em função de sua raça. O discurso Sanitarista se casa com esta nova visão do interior do Brasil e passa a postular a cura do Brasil pelo estabelecimento de novas condições de saúde pública para os sertões, engendrando mesmo um novo projeto de Nação (PONTE, 2007).

Neste sentido, o termo civilizado tem a conotação de higienizado, educado. Por estes termos, era preciso então, civilizar o Brasil, e os parâmetros estabelecidos vinham da Europa. Iniciou-se pelo Rio de Janeiro, a Capital Federal e principal porto do País, que deveria se tornar a referência nacional de moderna urbanização. Em 1903, ano em que Euclides da Cunha ingressa na Academia Brasileira de Letras, o Sanitarista Oswaldo Cruz foi designado pelo presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves, ou simplesmente Rodrigues Alves, para ser o chefe do recém-criado Departamento Nacional de Saúde Pública, precursor do atual Ministério da Saúde. Suas ações combinaram autoritarismo militar e saber científico. Guiado pela moderna Ciência da Bacteriologia, mas ainda crente no saneamento como medida profilática, suas ações incluem a derrubada de velhos casarões e cortiços no Rio de Janeiro, aterramentos de pântanos com o intuito de melhorar as condições sanitárias pela eliminação dos focos de doenças. O aspecto militar de suas ações surge nos termos usados para designá-las: luta, campanha, brigada etc., dando ao Sanitarismo brasileiro o sobrenome de *Campanhista*. Por trás desse interesse público de saúde, no entanto, estava a consolidação das novas elites que galgavam a posição de dominantes, cuja fantasia era tornar o Rio de Janeiro e outras cidades, uma extensão da Paris de todos os sonhos, ou como lecionou Sevcenko (2003), torná-las *belle* ou *chic* e para que isso ocorresse era preciso abrir largas avenidas e praças, passeios públicos, preparando o lugar para o embelezamento da cidade no padrão burguês.

Examinando o material euclidiano, encontramos-lo em *À Margem da História* se utilizando desta linguagem sanitarista. Embora Engenheiro de formação, suas análises da

região se fazem mediante a ciência do seu tempo, pelo que é notório que o seu olhar sobre as condições do homem amazônico, notadamente sobre a precariedade de sua alimentação, o coloca dentro do Discurso Sanitarista, ainda que não propositadamente. Euclides se constitui em grande municador de argumentos a favor do Sanitarismo Campanhista. Ao defender que o clima amazônico é aviltado quando é acusado de ser inapropriado para a vida, Euclides assim se expressa:

Em todas as latitudes foi sempre gravíssima nos seus primórdios a afinidade eletiva entre a terra e o homem. Salvam-se os que melhor balanceiam os fatores do clima e os atributos pessoais. O aclimado surge de um binário de forças físicas e morais que vão, de um lado, dos elementos mais sensíveis, térmicos ou higrométricos, ou barométricos, às mais subjetivas impressões oriundas dos aspectos da paisagem; e de outro, da resistência vital da célula ou dos tons muscular, *às energias mais complexas e refinadas do caráter* (CUNHA, 1999, p. 35, grifo meu).

Vê-se que Euclides se mantém fiel à sua tese de que o Sertanejo Forte, transmudado em Caboclo Titânico, vence no sertão nordestino e vence na Amazônia por uma questão de fibra moral, ou de “um binário de forças físicas e morais”, conforme se vê acima. Se à primeira vista as populações amazônicas aparecem desprovidas de ânimo, como a viram os cronistas Frei João de São José, Bispo do Grão-Pará em 1762 e Russel Wallace cem anos depois, não é o caso agora. Com Euclides da Cunha o novo homem que se refaz na luta, se aclima e alarga a pátria como um domador do *deserto*. Mesmo em péssimas condições de salubridade o Caboclo Titânico triunfa. Sobre a sua alimentação Euclides diz:

A alimentação, que é a base mais firme da higiene tropical, não lhe fornece, durante largos anos, a mais rudimentar cultura. Constitui-se, ao revés de todos os preceitos, adstrita aos *fornecimentos escassos de todas as conservas suspeitas e nocivas*, com o derivativo aleatório das caçadas (CUNHA, 1999, p. 36, grifo meu).

Em mãos de Sanitaristas como Belisário Penna e Arthur Neiva que percorreram em 1912 os sertões do Nordeste, tal como fez Euclides, ou em mãos de Carlos Chagas que percorreu o Rio Negro no Amazonas em 1913, esse discurso euclidiano traduz-se em discurso sanitarista, para quem a reconstrução do Brasil a partir de seu próprio povo é uma possibilidade real, bastando que as condições sanitárias melhorassem. Desse ponto de vista o discurso sanitarista se apresenta como uma progressão da tese levantada por Euclides de que o homem sertanejo é um forte, e o que lhe falta é integração aos níveis mais elevados de civilização. Essa ideia prospera e vem a se consolidar mais tarde em medidas governamentais de melhoramento da saúde rural. Já em 1918 o Sanitarismo havia alcançado níveis elevados de influência de modo a mover o Governo para ações mais centralizadas e organizadas de

combate às doenças. O Serviço de Profilaxia Rural, subordinado à Inspetoria de Profilaxia, órgão do Governo Federal passa a atuar a partir desse ano⁶. Tratando das ações dos Sanitaristas como ações de um projeto de Nação, Ponte (2007) assim resume:

Os sanitaristas trouxeram de suas expedições uma visão de nossos sertões diversa da que prevalecera até então, romântica e ufanista. O retrato do Brasil era pintado com pinceladas fortes e mostrava um povo doente e analfabeto, abandonado pelo Estado e entregue à própria sorte. Para eles, era urgente integrar essas populações nos marcos da nacionalidade e da cidadania, conferindo-lhes condições de lutar pela melhoria da própria vida (PONTE, 2007, p. 76).

Coube ao movimento Sanitarista a constatação de que, afastado das metrópoles, o povo brasileiro era completamente abandonado à própria sorte. A medicina do povo era aquela aprendida no ambiente familiar e repassada de geração a outra, que consistia em garrafadas, óleos, chás, etc. Ou quando não, era mística, por meio de curandeiros, dada a ausência de médicos fora dos grandes centros urbanos.

Na Amazônia, o Sanitarismo é a orientação que irá conduzir ao embelezamento das principais cidades da região, Belém e Manaus nos mesmos moldes do que se passava na Capital Federal, Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2012). O Autor menciona os Códigos de Postura dessas cidades, editados naquele período, como os registros fidedignos dessa orientação, destacando que o Sanitarismo se apresenta como movimento de modernidade, como força indutora de mudanças:

Nesse espectro de mudanças, os sucessivos Códigos de Postura do município aprovados e a criação da Intendência de Saúde e Higiene constituem meios que regulamentam o modo como os indivíduos podem dispor do espaço urbano. A partir do modelo de embelezamento da cidade, define-se o que é proibido no perímetro urbano: casas cobertas de palha, criar porcos e outras formas tradicionais, típicas do estilo de vida dos trabalhadores nativos; toda e qualquer enfermidade devem ser comunicadas pelos enfermos ou seus familiares à Intendência, aqueles que não fizerem ficam sujeitos à pena de multa, o que obriga os familiares de qualquer pessoa doente a registrar a enfermidade na Intendência de Saúde (RIBEIRO, 2012, p. 35).

Tal como ocorrera na Capital Federal, Manaus e Belém ganharam atmosfera de mini Paris dos trópicos. Vê-se, portanto, que na Amazônia ocorre da mesma forma a cultura de empréstimo denunciada por Euclides da Cunha em referência ao Brasil litorâneo, manifestada também pela imitação do modelo europeu. Nota-se que estamos tratando de um Código de

⁶ FUNASA. *Cronologia Histórica da Saúde Pública*. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/museu-da-funasa/cronologia-historica-da-saude-publica/>. Acesso em: março de 2016.

Postura de 1892, portando, já na era Republicana, mas que ainda reproduz uma atmosfera cultural mais aproximada à cultura do Império.

A orientação Sanitarista na Amazônia encontra um marco em José Francisco de Araújo Lima (1884-1945), ou simplesmente Araújo Lima. Em sua obra *Amazônia, a terra e o homem* de 1931, Araújo Lima procura desmistificar a propaganda imperialista que indicava a impossibilidade de uma civilização moderna na Amazônia em decorrência de um clima inapropriado, fato que Euclides da Cunha já havia refutado, mas é em Araújo Lima que essa refutação alcança *status* de científica. Vejamos o resumo dessa refutação nas palavras de Ribeiro (2012, p. 55):

Amazônia: a terra e o homem, livro de Araújo Lima, lançado em 1931, sintetiza as posições de grande parte dos intelectuais locais na luta contra os estigmas imputados à região. Araújo Lima munido de um acervo de informações e com base no que havia de mais avançado na medicina, na física, na geografia, na história, na economia e na antropologia refutou e deu um duro golpe nas teses que apontavam o clima e o meio físico como fator que impediria o desenvolvimento da civilização moderna na Amazônia. Imediatamente o livro *Amazônia, a terra e o homem* tornou-se referência para os que buscavam uma explicação científica para o atraso da região, longe dos estigmas e preconceitos difundidos por uma literatura incapaz de compreender a problemática amazônica em sua integridade.

É devido ao uso intensivo do que havia de mais moderno no pensamento científico à época, principalmente no campo da medicina que Araújo Lima ganhou da parte de Leandro Tocantins o título de Primeiro Cientista Social da Amazônia. Tal como Euclides da Cunha já havia denunciado, Araújo Lima irá denunciar as péssimas condições de nutrição em que se encontrava a população amazônica, firmando em definições médicas modernas para refutar autores famosos como Frederico Ratzel e La Blache e seus determinismos. Diz-nos Araújo Lima:

O meio físico ou cósmico não age diretamente, não age exteriormente, mas sim por intermédio do meio interno, fisiológico ou psicológico. A ação faz-se exercer, através do aparelho vegetativo e do sensorial, sobre as funções do organismo. São os alimentos, os tóxicos, introduzidos no seio da economia viva; são as impressões sensitivas, recebidas pelas terminações nervosas periféricas e recolhidas aos órgãos centrais do sistema nervoso, onde se projetam sob a forma de sensações para a elaboração do pensamento. É o pão; é o veneno; é a ideia. A vida é função do meio interno líquido, que embebe todas as células, todos os tecidos; é o plasma intersticial, o plasma nutritivo, de cuja composição depende o equilíbrio metabólico. As deficiências nutritivas (as avitaminoses) e as perversões alimentares (as intoxicações) são outros tantos elementos comprometedores, ou corruptores do organismo humano, independentemente do clima, do meio cósmico, dos fatores ambientais (LIMA, 1975, p. 16).

Araújo Lima irá afirmar um deslocamento conceitual no entendimento do que vem a ser o meio influente. Não mais o meio físico domina o homem, mas sim o meio humano. O meio físico é dominável pelos recursos mentais que capacitam o homem a se desviar das ações do meio. É, portanto, o meio humano que deve ser considerado, pois o elemento humano é constituído em sociedade, Lima (1975). Portanto, o problema a ser resolvido na Amazônia ainda é o mesmo denunciado por Euclides da Cunha, é o isolamento (trataremos deste assunto no capítulo 2 com mais vagar). Eis o que nos diz Araújo Lima:

O que constitui realmente o elemento humano é a sociedade. Os homens só valem pela associação. O isolamento, a segregação, o afastamento, a que são eles condenados pela dispersão ou pela disseminação, tiram-lhe os predicados e as características. A sociedade é o meio humano, o ambiente em que age o homem em face da natureza (LIMA, 1975, p. 17).

Para não nos alongarmos muito mais, é importante dizer que Araújo Lima irá propor o saneamento da terra por meio da ciência moderna como forma de torná-la propícia à civilização, convicto de que, obstadas as condições de vida dos insetos vetores, a vida humana se prolifera em qualquer quadrante do planeta. Qual o elemento principal? A Educação. Mirando-se no exemplo japonês, Araújo Lima irá dizer que a elevação dos níveis culturais de um povo é o elemento fundamental para tornar o ambiente habitável. Neste sentido, então, Araújo Lima se revela o Sanitarista típico, firmando-se no combate às doenças e na prevenção delas por meio da educação higiênica, conforme visto acima.

1.2 Positivismo, Evolucionismo e Republicanismo

O Positivismo avançou sobre o Brasil a partir do próprio Isidore Auguste Marie François Xavier Comte, ou simplesmente Augusto Comte, posto que está estabelecido que muitos brasileiros foram seus alunos em Paris (SÊGA, 2004). Mais do que mesmo a França, berço do Positivismo, o Brasil se tornou a pátria do Positivismo na América, posto que aqui suas marcas foram mais profundas, encontrando-se estampado até mesmo no pavilhão nacional. Se hoje, a palavra Positivismo tem outra conotação e remete geralmente a uma situação negativa, principalmente no campo das Ciências Sociais, no século XIX, era o principal instrumento teórico e analítico da realidade social. Significava o coroamento da ciência e remetia naturalmente a ideia de progresso e de ordem como forma de garantir o desenvolvimento/evolução da sociedade. Essa corrente filosófica representava o que havia de melhor no pensamento científico, embalado pelo progresso tecnológico que encurtava as distâncias com a invenção de velocíssimos novos meios de transporte, que venciam as doenças

com a descoberta de suas etiologias, que aproximava pessoas pelo uso de novos meios de comunicação etc. Como dito anteriormente, a face do mundo havia mudado tanto em cinquenta anos que parecia mesmo impossível qualquer regresso. O Progresso, seja ele tecnológico ou humano, parecia inevitável e a ciência se credenciava pelos seus avanços a tomar o lugar de Deus. Foi nessa “fé” que o Positivismo se desenvolveu, constituindo-se mesmo numa forma de religião no seu ramo ortodoxo.

Sêga (2004), e outros, lecionam que o Positivismo científico se tornou visível no Brasil a partir de 1850, iniciando na Escola Militar, depois no Colégio Pedro II, prosseguindo às demais escolas, a da Marinha, a de Medicina e a Politécnica. Já a vertente religiosa só chegou em 1881, por meio de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira, tratando-se do Apostolado Positivista, uma espécie de igreja da humanidade (GOMES, 2013). Como corrente de pensamento, o Positivismo brasileiro é uma reação ao catolicismo romanista, então ainda imperante no país. Tal influência romanista se dá mais por ausência de outras correntes do que mesmo por seus méritos, posto que nesse período a Igreja Romana estava subordinada ao Imperador e tinha pouca expressão, pois o seu clero estava preso ao Monarca, naquilo que ficou conhecido como *regalismo*, e era ignorado pelos intelectuais de viés racionalista (SILVA, 2013).

A especificidade do Positivismo brasileiro fica por conta do casamento entre suas teses e os anseios locais pela implantação da República. Desde a sua chegada ao Brasil, República e Positivismo iniciam uma caminhada que finda por se misturarem, a ponto de serem quase sinônimos por volta de 1889. Contribuiu para esse quadro o enfraquecimento da ala positivista monarquista, decorrente do próprio enfraquecimento da Monarquia. A intelectualidade gestada nos anos finais do Império possuía, em sua maioria, tendência Positivista, porque essa corrente filosófica havia alcançado o *status* de teoria geral, ensinado regularmente nas escolas como verdade absoluta. Desse modo, até mesmo a carolice da Princesa Isabel era motivo de preocupação, posto que a atitude carola da Princesa dava sinais de que a Monarquia não estava à altura dos novos tempos (GOMES, 2013). Mas é o Positivismo Republicanista que irá alcançar a hegemonia já nos anos 1880, a partir da atuação de Positivistas nas escolas militares, com destaque para o republicano Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1833-1891), ou simplesmente Benjamin Constant, entusiasta da Revolução Francesa e fiel seguidor dos preceitos Comteanos (GOMES, 2013). Benjamin Constant se encarregou de incutir na mente daqueles jovens oficiais das escolas militares a

sensação de viverem sob a égide de uma missão histórica de grandes proporções. De acordo com Sêga (2004):

A atividade doutrinária bem no interior da massa pensante das forças armadas brasileiras foi fundamental para criar um espírito de corpo na caserna, pois boa parte da oficialidade se achou imbuída do destino histórico de implantar um regime republicano que fosse fundamentado na razão e na ciência positivista (SÊGA, 2004, p. 1).

O Positivismo teria avançado muito mais no Brasil se as condições aqui não fossem as piores para a propagação de uma ideia. Como dito, apenas quinze entre cem brasileiros estavam aptos a ler um jornal. Pouquíssimas crianças estavam na escola. Em condições como as tais, o Positivismo ficou restrito às camadas letradas, principalmente nos meios militares, razão pela qual se impregnou na sua doutrina o viés autoritário, próprio da caserna. Tal fato se verifica no quadro de perfeita harmonia entre a ideia de República e Ditadura Militar, que perdurou nos primeiros anos da República. Por seu turno o Evolucionismo Social, embora parta de uma base comum ao Positivismo comteano, qual seja, a rejeição do sobrenatural como explicação da realidade, desenvolve-se a partir do Século XIX com a aplicação, no campo das ciências sociais, dos enunciados de Charles Darwin para o campo da biologia. O nome de referência é o de Herbert Spencer (1820-1903), inclusive no Brasil. O evolucionismo de Spencer apresentou-se no Brasil como uma espécie de maturidade intelectual, principalmente em razão do "fracasso" da república positivista, a qual não conseguiu cumprir as promessas feitas. Além das questões práticas o Evolucionismo Social também apresentava consistência teórica maior do que o positivismo comteano com a sua Lei dos Três Estados e a sua proposta de religião da humanidade. Ambos tinham em comum a rejeição da Metafísica e toda e qualquer divagação que não pudesse ser verificado por análise de causas naturais. A resultante mais breve da aplicação às sociedades da conceituação darwiniana foi a ideia de que as sociedades são regidas pelas mesmas forças propostas por Darwin para o campo da Biologia, resultando disso que estas, as sociedades, assim como as raças que a compõem, se encontram também em processo evolutivo, logo algumas são superiores a outras e na luta entre as sociedades as mais fortes prevalecem sobre as menos aptas. Daí para o surgimento do preconceito de raça foi questão de tempo, onde o mestiço passou a ser olhado como um ser inferior em razão dos cruzamentos inter-raciais.

Apesar das divergências conceituais e proposicionais entre Positivismo e Evolucionismo, ambos, separadamente, ou em forma de síntese constituíram-se em *Senso Comum Douto* (BOURDIEU, 1989) no Brasil em fins do século XIX e início do XX. Não é

difícil encontrar nos autores brasileiros do período a crença no Progresso, a ideia de leis da história, a “fé” na ciência, etc. AMORY (2009) indica que Euclides da Cunha fez a transição do Positivismo para o Evolucionismo pela rejeição do primeiro em favor do segundo em razão de que o Positivismo não encontrava adequação diante das novas ideias evolucionistas introduzidas por Darwin, Alfred Wallace e Spencer (AMORY, 2009, p. 19). Segundo este autor, Euclides da Cunha prosseguiu a vida intelectual carregando em si as duas escolas filosóficas em formato de síntese, mantendo o rigor científico do Positivismo e as deduções conceituais do Evolucionismo Social.

Na última década do século XIX, a intelectualidade brasileira sofreu uma mudança, passou do paradigma científico de Comte para Darwin e os evolucionistas ingleses, ou de uma reforma positivista da sociedade brasileira para a ideologia capitalista do darwinismo social. Euclides teve de fazer esquecer em certos locais a reputação de ser um positivista permanente, mas, como outros intelectuais brasileiros, procurava em Spencer outro credo social e científico que fosse mais consoante com as incipientes industrialização e urbanização do Brasil do que com o velho positivismo de Comte (AMORY, 2009, p. 78).

No entanto, como se verá mais à frente, Euclides da Cunha parece ter transcendido também o Evolucionismo, chegando a limites muito próximos do *interacionismo* (TOCANTINS, 1978), que irá ser defendido por Araújo Lima (1975). Apesar desse esforço pessoal de chegar à sua própria síntese, há evidências documentais de que Euclides da Cunha não superou inteiramente o senso intelectual do seu tempo, mantendo ideias tanto positivistas, quanto evolucionistas em suas propostas de intervenção da realidade, com certa prevalência do evolucionismo.

Antes de adentrar em maiores detalhes a respeito do Republicanismo brasileiro, cabe ressaltar que o termo *Republicanismo* aqui usado deve-se unicamente ao desejo de alguns brasileiros de derrubarem o império e seu regime centralizador. O regime monárquico brasileiro, dito *Monarquia Constitucional* era, de fato, um arremedo de Monarquia Constitucional, pois o Imperador controlava tudo, do comércio à Igreja, da vida civil à política, apoiado por uma única camada da população, a aristocracia agrária que mandava em tudo (GOMES, 2013 p. 78). Esse centralismo gerava descontentamentos, mas somente isso. Nunca houve no Brasil uma República, ousa dizer Florenzano (2004). Ou pelo menos uma República nos moldes das atuais conceituações, onde Republicanismo surge em separado das formas de governo. Os republicanos brasileiros não chegaram à sofisticação de discutirem as questões profundas da liberdade, da representatividade, da participação individual e coletiva de modo a agregar o contingente populacional que vivia à margem da própria aristocracia de

onde provinham a maioria deles. Portanto, o termo *Republicanism* aqui refere-se unicamente ao movimento positivista brasileiro que atentou contra a Monarquia e a derrubou mediante um golpe militar.

Sêga (2004) e Gomes (2013), lecionam que o Republicanismo brasileiro começa oficialmente em 1870 com o Manifesto Republicano e em 1873 naquilo que ficou conhecida como a Convenção de Itu, que foi a reunião de partidários da república que fundaram o PRP – Partido Republicado Paulista. Para ambos autores, desde o seu início o movimento republicano prossegue com duas alas, uma inspirada no Republicanismo americano, que naqueles dias estava já comemorando os seus cem anos de fundação, e outra Positivista, como dissemos, de viés autoritário, que pretendia uma República Ditatorial.

Gomes (2013) lista três grandes linhas de divergência entre os republicanos. As duas primeiras diziam respeito ao formato de república a ser implantada e o modo de como implantá-la, havendo nesses pontos três grupos. O primeiro grupo, composto por cafeicultores paulistas em maioria, que desejavam uma república federalista nos moldes da República dos Estados Unidos da América. O segundo grupo, formado principalmente por civis ligados ao jornalismo, admiradores da Revolução Francesa, que desejavam uma revolta popular naqueles moldes e até mesmo a execução da família imperial. O terceiro grupo, formado basicamente por militares seguidores de Auguste Comte, que pregavam uma ditadura republicana. O terceiro ponto de divergência dizia respeito à questão da escravidão, que os republicanos em Itu passaram de largo, mas que entraria em choque com o Movimento Abolicionista em pouco tempo. A escravidão era um problema da Monarquia, diziam, e trataram de se livrar do assunto, como aconselhou Francisco Glicério, em carta anotada por Gomes (2013, p. 161): “nosso objetivo é fundar a República e não libertar os escravos”.

Sem ressonância nas ruas, o Partido Republicano passou a olhar para os militares como um instrumento para acelerar a derrubada da Monarquia (GOMES, 2013). Naquele Brasil aristocrático, as escolas militares e o clero eram as únicas alternativas de ascensão para as camadas mais pobres. Foi também ali que prosperou o Positivismo, como já mencionado acima e germinou a ideia de ditadura militar republicana.

A mocidade militar foi o fermento de um bolo ao qual se juntariam mais tarde, já às vésperas do golpe, os demais ingredientes da Proclamação da República, incluindo oficiais militares mais veteranos, como os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, os fazendeiros do oeste paulista e

toda a galeria de jornalistas, advogados e intelectuais republicanos (GOMES, 2013 p. 166).

Pela galeria dos nomes que tomaram parte no golpe final ao Império, basicamente ocupada pelos Positivistas Militares, verifica-se o triunfo dos republicanos em cooptar o exército, cujo personagem principal é sem dúvida Benjamin Constant e sua doutrinação positivista nas escolas militares. Positivismo e desejo republicano se amalgamaram de maneira tal, que é impossível dissociá-los. A mocidade militar estava de tal forma impregnada de ambos que os alunos se autodenominavam, segundo Gomes (2013), de “Os Científicos”, ou seja, “homens contaminados pelo Século das Luzes, imbuídos da missão de entender e transformar o mundo” (GOMES, 2013 p. 167). Euclides da Cunha estava entre eles, por volta dos seus 22 anos. Como jovem do seu tempo abraçou tanto o positivismo como o ideal republicano teórico e se considerava um operário dos novos tempos.

Sêga (2004), assim leciona, ainda acerca da contribuição do positivismo na organização formal da República:

Foram numerosas as influências do positivismo na organização formal da República brasileira, entre elas o dístico Ordem e Progresso da bandeira; a separação da Igreja e do Estado; o decreto dos feriados; o estabelecimento do casamento civil e o exercício das liberdades religiosa e profissional; o fim do anonimato na imprensa; a revogação das medidas anticlericais e a reforma educacional proposta por Benjamin Constant. (SÊGA, 2004, p.2).

A república positivista brasileira, no entanto, tomou suas próprias características, negando em parte sua própria doutrina. O positivismo tem por meta a *sociocracia*, isto é, a soberania do povo como um todo, o que não ocorreu no Brasil, onde as *oligarquias agrárias* prosseguiram dominantes, conforme relata Gomes (2013):

O regime instalado desmentia grande parte da campanha republicana que mobilizara o país nos anos anteriores. Nos discursos, agitadores populares como Silva Jardim e Lopes Trovão reproduziam a retórica da Revolução Francesa convocando o povo a participar ativamente da transformação nas ruas. O Manifesto Republicano de 1870 afirmava que a Monarquia brasileira era incompatível com soberania nacional. O poder, segundo seus autores, deveria se basear na vontade popular. O que se viu nos dez anos seguintes à implantação da República foi o oposto disso (GOMES, 2013, p. 312).

As oligarquias se perpetuaram em todo o país, caso dos Acioly no Ceará, dos Nery no Amazonas e dos Rosa e Silva em Pernambuco. No até então instável Rio Grande do Sul, o presidente Borges de Medeiros, discípulo de Júlio de Castilhos, ficaria no poder por longos 25 anos [...]. No fundo, o novo sistema era muito semelhante ao dos velhos tempos da Monarquia. Em vez de um imperador vitalício, governava o país um presidente da República eleito ou reeleito a cada quatro anos, mas a diferença era apenas nominal e de aparência. Os agentes mudavam de nome, mas os papéis permaneciam os mesmos (GOMES, 2013, p. 379).

Por seu turno, Sêga (2004), lembra que o Positivismo se fez notar, ou perdurou no Brasil até pelo menos a década de 1920. Era ainda a doutrina positivista que fundamentava as *Revoltas Tenentistas*, ou até em dias mais adiantados à década de 20:

Tendo influenciado poderosamente o movimento que levou à Proclamação da República, o positivismo foi a principal corrente de pensamento na formação intelectual dos militares que cursaram as escolas militares, influência que se estendeu às rebeliões tenentistas da década de 20. Em sua vertente gaúcha, o positivismo esteve presente na organização estatal formulada por Vargas e em seu projeto de desenvolvimento nacionalista burguês (SÊGA, 2004 p. 3).

A trajetória de Euclides da Cunha está fartamente documentada, de modo a estar diretamente ligado a essa atmosfera, como aluno egresso das Escolas do Exército e da Politécnica, ambas impregnadas pelo Positivismo Comteano, adotou por algum tempo, ambas as coisas, a saber, o anseio pelo regime republicano e a orientação positivista de sociedade. Nossa proposição decorrente da análise da trajetória pessoal de Euclides da Cunha, atestada com base no depoimento de seus amigos pessoais e biógrafos, é a de que há em toda a sua vida, *uma propensão a tomar partido dos oprimidos*⁷.

Durante a juventude, mal saído da adolescência, aos 18 anos, estudante do Colégio Aquino, após uma aula de história, Euclides da Cunha determinou-se a homenagear os heróis da Revolução Francesa de 1789 em forma de poesia e assim o fez (CUNHA, 2000), demonstrando dessa forma o entendimento de que aqueles vultos eram heróis justamente por terem tomado partido das camadas menos favorecidas da sociedade francesa de então. Esse fato atestado de sua trajetória vem somar-se a outros que podem ser abstraídos de seus escritos, como exemplo a citação recolhida por Amory (2009) de um manual de retórica francesa, manuseado por Euclides:

Eu tenho um fanatismo tão insensato pela palavra, pela tribuna que, faça embora o que fizer de melhor para a sociedade, terei cumprido mal o meu destino se não tiver ocasião de, pelo menos uma vez, erguer a minha palavra sobre a frente de qualquer infeliz, abandonado de todos. Quanto a mim, vou ser um jornalista (AMORY, 2009, p. 61).

Euclides tinha afeição pelos oprimidos e o seu anseio pela república se devia à sua utopia de que este regime, uma vez instalado, pudesse vir ao encontro das camadas populares

⁷ Essa propensão, no entanto, deve ser relativizada no tocante ao envolvimento político de Euclides da Cunha quanto à defesa dos nativos, ou dito de maneira corriqueira, dos indígenas, estes sim, secularmente oprimidos ao ponto do extermínio. Euclides da Cunha não incluiu a opressão do indígena dentre as suas preocupações centrais, embora seja perceptível a sua sensibilidade quanto à maneira desumana com que um índio Campa foi tratado em *Os Caucheiros*, conforme se verá mais adiante.

que ele via em condições precárias de existência. Quando a República chegou e nada mudou, então Euclides vê seus ideais traídos por aquele regime que ele ajudara a formar, até mesmo com risco pessoal. Teodoro Sampaio, amigo pessoal de Euclides assim se reporta dez anos após a sua morte:

Maior ainda era o seu nojo pelas cousas públicas, quando consideradas no terreno da política indígena. Não as queria comentadas por mais em foco que se lhe deparassem elas na tela da vida nacional. A república, que ele sonhara e pela qual até sacrifícios fizera, não a reconhecia ele nesse arremedo de instituição política, que então era o governo do Brasil, tão ao avesso dos seus ideais de mocidade ardorosa, intransigente. Abaixava então a vista para não ver a miséria a que chegara a ruína dos seus ideais desvanecidos (SAMPAIO, 2000. p. 86).

Teodoro Sampaio faz lembrar no mesmo texto que seu amigo Euclides dava mostras de abandonar o positivismo já em 1892, o que equivale a dizer que ainda aos trinta e um anos de idade e apenas há três anos da proclamação da República. Daí por diante, o enfoque de sua vida mudou. Percebe-se que não mais a República como regime político, mas a República como Nação fazia parte de suas preocupações. Euclides alteou seus ideais para uma categoria mais abrangente e necessária, *a formação e o sentido do Brasil*, preocupação tal que irá perdurar por cem anos no Brasil, pois alcançou Darcy Ribeiro em 1995 e sua obra de mesmo nome. Quando, porém, o episódio de Canudos estourou, Euclides aparece indeciso. Escreve artigos para o jornal *O Estado de São Paulo* onde procura explicar aquela conjuntura como um ato necessário do Exército e se mostra ainda partidário da República, em preferência talvez, ao Império que era a grande falácia midiática que se pregava. No artigo de 17 de julho de 1897 intitulado *A Nossa Vendeia 2*, portanto, cinco anos depois da percepção de Teodoro Sampaio mencionada acima, Euclides escreve de modo a parecer desejar a vitória do exército republicano, expressando-se com as seguintes palavras:

Os tropeços que se antolham às forças da República, a morosidade das operações de guerra e os combates mortíferos, surgem naturalmente das próprias condições da luta, como um corolário inevitável. O nosso otimismo impenitente, porém, que preestabelecem às marchas das colunas do general Arthur Oscar, a celeridade e o destino feliz das legiões de Cesar, mas sofria uma nova desilusão e caracteriza como um insucesso, como um prenúncio inequívoco de derrota, o que nada mais é do que um progredir lento para a vitória (CUNHA, Euclides da. In: *O Estado de São Paulo*, tiragem de 27 de Julho de 1897).

Partindo para Canudos, vivenciando as condições da terra e do homem sertanejo, Euclides deixa-se vencer pelo seu impulso costumeiro de tomar partido ao lado dos oprimidos. É também o que viu e confirma Teodoro Sampaio:

Quando, porém, por entre fogo e sangue aquele lúgubre episódio terminou; vencida, mas não rendida, a pertinácia do jagunço, fanatizado, e Euclides, convencido e também desiludido, tornou ao seio da família, a alma do patriota agora é que se revoltava, o coração confrangido, o ânimo a explodir contra a vilania de quem não soube vencer sem manchar; contra a miopia daqueles que não souberam ver, para além do jagunço fanático, a alma do brasileiro do sertão capaz dos mais sublimes rasgos de heroísmo. Euclides resolveu então escrever as suas impressões daquela tragédia lúgubre; era um como que protesto íntimo contra aquele criminoso extermínio que nem a mulheres e crianças tinha poupado. *Os Sertões*, que ele então escreveu, teve esse fundamento de protesto do seu espírito de patriota revoltado (SAMPAIO, 2000. p.88).

De onde provém a empatia pelo oprimido que Euclides manifesta? Compulsando os seus escritos se verifica que a mudança de ânimo apontada acima por Teodoro Sampaio, em que Euclides da Cunha abandona totalmente o seu alinhamento em relação à República e passa a ser um crítico ferrenho dela, tomando partido dos oprimidos, irá aparecer em todos os demais escritos. Há uma disposição mental que irá funcionar como uma bússola, um impulso, como já o dissemos, que o faz tomar partido sempre que confrontado com uma realidade deprimente ou injusta. Ao nível consciente, Euclides elege uma nova utopia, a Nação brasileira, e em nome dela irá se contrapor a qualquer obstáculo, no entanto, sua crítica não se referirá à República em si, mas à omissão do governo na questão da integração regional, da cegueira social que perpetua o isolamento e as injustiças sociais. Essa disposição mental a que aludimos, no entanto, não está no nível consciente. Ela brota da alma. Foi assim na Amazônia. Euclides foi o único escritor até aqueles dias a enxergar o isolamento em que vivia o extrator da borracha, suas precárias condições de vida na selva e sua conflituosa relação de trabalho. Depois vieram outros como Ferreira de Castro em sua obra *A Selva*, mas antes disso, não. Logo que se depara com essa realidade vivida pelo caboclo amazônico Euclides se alinha a ele, pelo que prometeu escrever um livro que o vingasse à semelhança dos sertanejos nordestinos. Foi assim no âmbito da política internacional, quando toma partido da Bolívia no conflito de fronteira contra o Peru, posição que ficou registrada na obra *Peru versus Bolívia*. No entendimento de Euclides da Cunha assistia razão à Bolívia, atacada injustamente pelas pretensões peruanas.

1.3 O Euclides vingador

Doravante nossa preocupação é mostrar que em meio a esse turbilhão de ideias, inovações tecnológicas e mudanças políticas em que interage Euclides da Cunha há uma faceta humana presente no subtexto. Os escritos euclidianos são o resultado, segundo o que

estamos propondo, de uma experiência profunda, anterior aos fatos analisados e ou tratados pelo autor Euclides da Cunha, impregnados na memória do ser humano Euclides, capaz de norteá-lo sem se dar a conhecer, enfim, trata-se do seu *Habitus* (BOURDIEU, 1983).

No percurso da pesquisa documental e bibliográfica sobre o autor, encontramos em Venâncio Filho, um de seus biógrafos, a informação que julgamos ser o ponto que irradia essa disposição duradoura para a defesa do oprimido. Diz-nos esse autor a respeito da primeira infância de Euclides:

Nesta cidade, aprende as primeiras letras, com o professor provecto e afamado, Francisco José Caldeira da Silva, revelando vivacidade de inteligência, **traços precisos de personalidade, como grande piedade pelos escravos**, a par de temperamento irritadiço e violento por vezes (VENANCIO FILHO, 2000. p. 61, grifo meu).

Vê-se por essa informação biográfica que a empatia pelo oprimido vem desde a infância, portanto, incrustada nas suas memórias mais antigas. Nosso entendimento é que Euclides acumula uma trajetória de vida marcada por perdas e experiências pessoais extremamente dolorosas. As perdas que teve de amargar desde a infância são elementos que devem ser considerados nessa análise, desde que visamos encontrar o homem por detrás da obra. Isto porque nenhuma obra existe no vácuo. Ela carrega as idiossincrasias de seu autor, de suas experiências, da história social por ele incorporada como disposições duradouras (BOURDIEU, 1989). Nesse sentido, sustentamos, ao contrário de Teodoro Sampaio, que a simpatia de Euclides pelos oprimidos não é despertada no episódio de Canudos, como deixou transparecer, mas advém de uma fase anterior à sua ida aos sertões da Bahia, adquirida em razão das experiências de perdas vividas na infância, mais explicitamente a orfandade aos três anos de idade.

Tratando do entendimento do que vem a ser a Experiência (socialização por meio da qual o indivíduo internaliza e externaliza hábitos), o autor sino-americano Yi-Fu Tuan (2013) diz que a experiência não é algo que se obtém de um momento somente. Ela é algo que perpassa toda a vida do indivíduo, desde a mais tenra idade, até o fim dos seus dias. Ao tratar acerca do espaço e lugar, o autor menciona que a Experiência se constitui das diferentes maneiras pelas quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Ela é um ato de sair de si, pois está voltada para o mundo exterior, razão porque também assume a característica de totalidade daquilo que uma pessoa suportou ou sofreu com o uso regular de seus sentidos. Para esse autor,

[...] a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experimentar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento (TUAN, 2013, p. 18).

Sentimento e pensamento não são, segundo Tuan (2013), coisas díspares entre si, apenas se constituem nos dois extremos de um *continuum* experiencial, sendo ambos, formas legítimas de conhecimento. O espaço e o lugar, portanto, são apreendidos pela Experiência, e esta por sua vez definida como aquilo que se obtém tanto pelos sentidos quanto pela abstração, isto é, pela vivência do pensamento. Daí, espaço e lugar obterem apreensões diversas, de acordo com a cultura e o ambiente de cada um. Os sentidos e a mentalidade do homem refletem os seus espaços e os seus lugares, com base na Experiência. A Experiência, por sua vez, somente ocorre a partir do próprio homem, isto é, tem início sempre a partir do ser individual. Noções de espaço e lugar só fazem sentido para aquele que fala se ele está em condições de determinar onde ele se encontra, qual a sua localização naquele instante em que fala e qual o seu lugar no mundo. A ambientação em determinada paisagem, segundo o autor, irá influenciar também na visão de mundo do indivíduo e no modo como ele se orienta. O entorno natural, diz ele, e a visão de mundo, estão estreitamente relacionados. Embora não admita determinismos geográficos, Tuan (2012) está seguro de que o *topos* é parte influente na auto definição humana, individual e coletivamente. A menos que alguém seja estrangeiro, sua cosmovisão se forma, necessariamente, a partir dos fatores preponderantes da realidade física e social de seu povo (internalização dos valores societários por meio da socialização). Disso resulta que o lugar da experiência formativa de alguém, passa a se constituir também na sua referência da realidade, naquilo que o autor designou como Topofilia, que significa o amor humano pelo lugar, ou todos os vínculos afetivos do ser humano com o entorno material (TUAN, 2012). Embora o entorno não se constitua na causa única do sentimento topofílico, ele se constitui em elemento formativo fundamental e tem caráter diverso da paisagem em si, pois o lugar, e o sentimento que ele evoca é um constructo da mente humana, marcada na memória afetiva por uma experiência que evoca sentimentos.

Por seu turno Pierre Bourdieu (1989), leciona que a trajetória de vida, a História Social Incorporada no indivíduo o norteia diante da realidade no nível das práticas sociais e não do inconsciente. Aspectos históricos pessoais são incorporados na visão de mundo de cada um, condicionando suas análises e o modo como ele se relaciona com a cultura e o mundo material enfim. Cada indivíduo está exposto a sistemas de disposições duráveis – *Habitus* –

que se constituem em maneiras de ser, um estado habitual, uma predisposição, uma tendência, e ainda uma propensão a agir de determinada maneira, ou mesmo a negar viver e pensar de acordo com o *habitus* (BOURDIEU, 1989). Neste sentido, cabe observar aqui a nossa ousada liberdade para intercambiar o uso de ambos os conceitos, posto que vislumbramos uma importante similaridade entre os dois autores, sendo ambos suficientes para afirmar que as facetas vividas por Euclides da Cunha irão influenciar seu olhar sobre os fenômenos sociais à sua frente, com um impulso que provém da alma, como já dissemos.

Francisco Venâncio Filho, no escrito *Retrato humano de Euclides da Cunha*, encontrado no livro *Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaaios Amazônicos*, e organizado por Hildon Rocha será utilizado aqui como fonte principal, ao lado dos arquivos da Academia Brasileira de Letras, bem como a biografia escrita por Frederic Amory, já citado e outros escritos a serem mencionados oportunamente. Do exame do retrato feito por Francisco Venâncio Filho concluímos que a trajetória pessoal de Euclides da Cunha foi inteiramente influenciada pelo fato histórico de sua orfandade. Euclides da Cunha perdeu a mãe aos três anos de idade. Após esse fato, passa a viver com a tia Rosinda de Gouveia, de cuja companhia desfruta apenas dois anos, isto é, aos cinco anos de idade Euclides enfrenta mais uma perda definitiva, agora a morte de sua segunda mãe Rosinda, da qual obtivera a nutrição e parte dos afetos de que fora privado pela morte da mãe. Estas perdas irão determinar uma tendência para o isolamento nunca superada por Euclides, conforme atestado por amigos íntimos como Teodoro Sampaio. Com a morte de dona Rosinda, Euclides passa a morar com outra tia, dona Laura Moreira Garcez, em Conceição de Ponte Nova, Fazenda de São Joaquim e São Fidélis, Rio de Janeiro.

Amory (2009), tratando sobre a influência do fato histórico orfandade para a vida de Euclides, afirma que o fato o marcou para o resto de sua vida a nível de distúrbio psíquico, pois teve pelo menos duas experiências de visão fantasmagórica da mãe já em idade adulta. Diz este biógrafo que amigos íntimos atestaram o compulsivo choro de Euclides sobre o caixão da mãe, embora com tenra idade, imaginando que estariam a enterrar a mãe ainda viva.

A morte da mãe perturbou para sempre as lembranças que Euclides guardava dela. [...] mais tarde, por volta dos de seus trinta anos de vida, uma pós-imagem da mãe como a 'dama de branco' influenciou-lhe a visão. Seu distúrbio psíquico, mesmo quando não estava 'vendo coisas', tornou-o um homem excepcionalmente supersticioso, ainda mais se levarmos em conta que gostava de ser considerado, profissionalmente, um homem de ciência, o que na verdade era, se não por natureza, pelo menos por ser formado em engenharia e ter recebido uma boa educação geral (AMORY, 2009, p. 26).

É fato que Euclides teve uma pré-adolescência e uma adolescência tumultuada. A instabilidade trazida pela perda da mãe e em seguida da tia é agravada pelas frequentes trocas de endereço. Após o período de vida com dona Laura, Euclides é enviado a Salvador/BA, para morar com a avó paterna. Essa nova mudança o obriga a ficar distante da única irmã e distante do pai que permaneceu no Rio de Janeiro. Foram frequentes as trocas de colégio, incluindo nelas a escola militar de Praia Vermelha. Desse tempo, o testemunho de seus colegas, segundo Francisco Venâncio Filho, é que Euclides se mostrou um homem inteligente, vivaz, raciocínio rápido e rudemente franco, mas ainda mantendo o temperamento tendente ao isolamento e taciturno.

Em que lugar Euclides encontraria a largura suficiente para um espírito inquieto? Mesmo no início da idade adulta, mantinha o temperamento taciturno e vivia meio isolado dos companheiros. A natureza ambiente, a paisagem natural circundante era o centro de sua atenção, advindo daí a sua poesia e o conforto de seu insulamento (BERNUCCI & FOOT HARDMAN, In: CUNHA, Euclides da, 2009). Esse insulamento foi vencido em poucos momentos de sua vida, como no caso de sua amizade com Francisco Escobar e família, fato registrado por Francisco Venâncio Filho, que informa que Francisco Escobar se tornou o arrimo de afeto e carinho que sempre faltaram a Euclides, cujo ambiente familiar e de amizade possibilitou a escrita de grande parte da obra *Os Sertões*. Ainda na academia militar, após ser restaurado ao Exército, após a Proclamação da República, estudava somente para passar dignamente nos exames, dedicando-se o restante do tempo ao seu mundo particular da escrita libertária, onde as questões sociais, diga-se os marginalizados e oprimidos, eram enfocados. Embora pessoalmente não tenha encampado a campanha abolicionista em seus escritos (ROSSO, 2009), diz-nos esse autor que Euclides é libertário em sentido categórico mais amplo, do liberalismo social, onde o Republicanismo científico surge como a esperança de inclusão social não apenas dos negros escravizados, mas de todos os demais desvalidos. Senão vejamos com que ternura se refere ao jagunço:

Lá dentro, encouchado num recanto escuso, o morador repellido descarregava-lhes em cima o último tiro e fugia. Ou então esperava-os a pé firme, defendendo tenazmente o lar paupérrimo. E revidava terrivelmente – sozinho – em porfia com a matula vitoriosa, com a qual se afoitava, apelando para todas as armas (CUNHA, 1998, p.326, grifo meu).

Mas o jagunço não era afeito à luta regular. Fora até demasia de frase caracterizá-lo inimigo, termo extemporâneo, esquisito eufemismo suplantando o ‘bandido famigerado’ da literatura marcial das ordens do dia. O sertanejo defendia o lar invadido, nada mais (CUNHA, 1998, p.453, grifo meu).

Na Amazônia não foi diferente. Vejamos com que variedade de cores Euclides da Cunha relata a opressão do homem amazônico:

É que, realmente, nas paragens exuberantes das *heveas* e *castilhoas*, o aguarda a mais criminoso organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo. De feito, o seringueiro, e não designamos o patrão opulento, senão o freguês jungido à gleba das “estradas”, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se (CUNHA, 1999, p.13).

E vê-se completamente só na faina dolorosa [...] constringido a calcar durante a vida inteira a mesma ‘estrada’, de que é ele o único transeunte, trilha obscurecida, estreitíssima e circulante, que o leva, intermitentemente e desesperadamente, ao mesmo ponto de partida. Nesta empresa de Sísifo, a rolar em vez de um bloco o seu próprio corpo – partindo, chegando e partindo – nas voltas constrictoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado *numa prisão sem muros* (CUNHA, 1999, p. 36, grifo meu).

É, porém, no capítulo denominado de *Judas-Asvero* que a empatia pelo oprimido sobressai sobre todas as emoções e percepções de Euclides da Cunha. A forma terna com que percebeu o drama do homem incrustado na floresta, desprovido dos aparatos comuns ao homem em sociedade, como vida em coletividade, a assistência espiritual comunitária, o lazer e a diversão, são percepções raras da realidade do homem amazônico, registradas até então. Não lhe escapa o fato de que o Sertanejo Forte está manietado pela dívida com o patrão velhaco. Mas também não lhe escapa a nitidez com que enxerga a alma do caboclo frente ao isolamento. O seringueiro, diz ele:

[...] é um excomungado pela própria distância que o afasta dos homens. [...] Ali – é seguir, impassível e mudo, estoicamente, no grande isolamento de sua desventura. Além disto, só lhe é lícito punir-se da ambição maldita que o conduziu àqueles lugares para entregá-lo, manietado, escravo, aos traficantes impunes que o iludem – e este pecado é o seu próprio castigo, transmutando-lhe a vida numa interminável penitência. O que lhe resta a fazer é desvendá-la e arrancá-la da penumbra das matas, mostrando-a nuamente, na sua forma apavorante, à humanidade longínqua (CUNHA, 1999, p. 53-4).

Enquanto em comunidades mais ligadas à vida comunitária dos centros mais habitados a Sexta-feira da Paixão é o momento da comunhão, da assistência espiritual de um sacerdote, ali no seu isolamento o seringueiro parece mesmo um excomungado. Nota-se que o centro da atenção de Euclides é a vida pouco humanizada do caboclo, no sentido de que lhe são negados no meio em que está inserido, os seringais, dos meios de exercício de sua própria cultura. Trata-se de homens de cultura católica romanista, portanto, habituados aos rituais próprios daquela religião e seu batismo, confissões, extrema-unção, missas. Nada disso há. Resta ao caboclo improvisar um festejo na sexta-feira santa que demonstre que ele ainda é um devoto.

Sua confissão vem em forma de imagem de si mesmo no ícone do Judeu Errante, uma forma de aplicar a si mesmo o mesmo status de pecador. Não é de somenos importância que Euclides tenha percebido este aspecto da alma do caboclo, pois revela um acurado olhar antropológico e imaginação sociológica.

Notável também é o fato de que a respeito do seringalista, o patrão, a quem Euclides atribui o status de opressor, visto que é ele quem mantém o seringueiro em condições de mínima vivência, o capítulo em tela menciona somente poucas linhas. Apenas as suficientes para denunciar-lhe os desmandos. Não poderia o sofrimento lhe passar despercebido. De pronto, Euclides se propõe servir de arauto ao caboclo. Deseja escrever um livro que vingue não apenas os oprimidos dos seringais, mas a própria floresta, abusada, cortada desordenadamente.

Do acima exposto vê-se que há uma nítida tomada de posição ao lado do oprimido que vai desde as primeiras letras até os últimos escritos. Vê-se que há um fato histórico evidente, a orfandade, capaz de influenciar toda uma trajetória, que pode ter sido fundamental. Embora não descrito neste trabalho, mas fartamente conhecido por outros escritos, dentre os quais os citados acima, vê-se um destino documentado e marcado pelo sofrimento pessoal que o qualifica por uma vida trágica. Vê-se que aquele traço de personalidade, *a simpatia pelos escravos*, detectada em tão tenra idade extravasou-se para os escritos euclidianos como uma fonte que se transforma em lago, os quais foram impregnados por um quixotismo fervente (TOCANTINS, 1978), fazendo-o tomar partido ao lado do oprimido, sempre. Todos esses elementos combinados parecem suficientes para explicar o Euclides da Cunha vingador como se propôs fazer-se.

A mudança de olhar de Euclides sobre o episódio de Canudos não pode, em nosso entendimento, ser explicado pelo seu republicanismo frustrado, nem pelas noções racialistas que até então utilizava e abraçava em grande medida, nem pelo seu positivismo já em vias de abandono, nem pelo seu evolucionismo que o colocaria em posição oposta com suas próprias declarações. Há que se buscar um elemento anterior, um elemento que o acompanhe em toda a sua trajetória, *capaz de o guiar sem se mostrar ao nível da consciência*, uma disposição duradoura, a *Experiência* de sua vida. É nosso entendimento que a orfandade é o fato histórico que desencadeou todo o processo de sofrimento pessoal que marcou o olhar de Euclides da Cunha em relação ao sofrimento alheio. A janela pela qual Euclides olha o mundo tem a moldura de uma grande perda pessoal que o levou a solidarizar-se com o oprimido, dos quais

ele mesmo era um deles, capacitando-o a enxergar a opressão onde outros olhos não a enxergaram, ou pelo menos, não com a mesma nitidez e empatia.

Essa transferência de experiência pessoal ao texto não é estranho a Euclides da Cunha. Comparando as cartas escritas por ele a seus amigos a partir de Manaus, com os escritos do capítulo *Um Clima Caluniado* de *À Margem da História*, o que se verifica ali é uma descrição em forma de crítica daquilo que o autor vivenciou pessoalmente quando de sua chegada e permanência na região. Trata-se de uma transferência direta de uma experiência pessoal para o texto. Vejamos alguns trechos e cartas:

Manaus, dez. 1904. Afonso Arinos / Somente hoje posso mandar-te uma breve notícia – tais as atrapalhões, tais os embaraços que me salteiam aqui nesta ruidosa, ampla, mal-arranjada, monótona e opulenta capital dos seringueiros. Escrevo-te doente, este delicioso, clima do ilustre e ingênuo Bates resume-se num permanente banho de vapor – à noite, pela madrugada, pela manhã, durante o dia todo em que reina a canícula, livremente oscilando de 29 a 30°. Deve ser admirável para o organismo das palmeiras. / Daí a minha ânsia de partir – buscando a forte distração do meu duelo com o deserto, nesta majestosa arena de quinhentas léguas que me oferece o Purus (CUNHA, 2000, p. 370, grifo meu).

Manaus, s.d. 1905. Mal tenho tempo de escrever-te. Manaus, onde eu julgava ficar tão poucos dias e onde estacamos de improviso, a braços com os maiores empecilhos na aquisição de meios de transporte, é hoje para mim uma Cápua abrasadora, trabalhosa, que me devora energias, menos pelo excesso de felicidade que pela sobrecarga de preocupações. Imagina esta situação de parada forçada e inaturável na minha engenharia de César. *Quis chegar, observar e voltar, mas cheguei e parei.* Estaquei à entrada de meu misterioso deserto do Purus; e, para maior infelicidade, depois de caminhar algumas três milhas, caí na vulgaridade de uma grande cidade estritamente comercial de aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapatos brancos. Comercial e insuportável. O crescimento abrupto levantou-se de chofre fazendo que trouxesse, aqui, ali, salteadamente entre as roupagens civilizadoras, os restos das tangas esfiapadas dos tapuias. Cidade meio caipira, meio europeia, onde o tejupar se achata ao lado de palácios e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado do yankee espigado... o seringueiro achamboado, a impressão que ela nos incute à de uma maloca transformada em Gand. *Imagina como atravesso estes dias agravados pela canícula de 30° à sombra e à noite... na constância formidável de uma estufa. Daí a moléstia, em que pese à minha organização de salamandra. / Escrevo-te com febre, uma febre monótona em que o termômetro se arrasta traiçoeiramente, com uma lentidão medrosa, a 37 e 38° – resolvi diariamente solicitar a aliança perigosa de um médico.* Do teu / Euclides (CUNHA, 2000, p. 371, grifo meu).

Manaus, 13 jan. 1905. José Veríssimo / Meu bom amigo – escrevo-lhe dissentindo abertamente da sua opinião sobre este singularíssimo clima da Amazônia – e embora ela, já de si mesma valiosa, tenha o reforço de Wallace, Walleis, Maury e quantos cuidaram deste assunto, não posso ferrar-me à experiência dolorosa que neste instante – menos pela sujeição da coluna mercurial desde ontem firme em 30°, que por um completo aniquilamento orgânico – mas revela as exigências excepcionálissimas de uma aclimação difícil. Em carta neste momento escrita ao Arinos disse que quem resiste a tal

clima tem nos músculos a elástica firmeza das fibras dos buritis e nas artérias o sangue frio das sucuriúbas. E, *sem o querer, achei o traço essencial deste portentoso habitat. É uma terra que ainda se está preparando para o homem – para o homem que a invadiu fora de tempo, impertinente, em plena arrumação de um cenário maravilhoso.* Hei de tentar demonstrar isto. Mostrarei, talvez, esteiando-me nos mais secos números meteorológicos, que a natureza, aqui, soberanamente brutal ainda na expansão das suas energias, *é uma perigosa adversária do homem.* Pelo menos em nenhum outro ponto lhe impõe mais duramente o regímen animal. *Neste perpétuo banho de vapor todos nós compreendemos que se possa vegetar com relativa vantagem, mas o que é inconcebível, o que é até perigoso pela soma de esforços exigidos, é a delicada vibração do espírito e a tensão superior da vontade a cavaleiro dos estimulantes egoísticos. É possível que uma maior acomodação me faça pensar de outro modo, mais tarde [...]* (CUNHA, 2000, p. 372, grifo meu).

Vê-se pela data das cartas anotadas acima que Euclides da Cunha acabou de chegar a Manaus. O desconforto natural de quem vem de fora quando chega e permanece por pouco tempo em Manaus é mesmo esse, descrito com tanta franqueza por Euclides. O contato com o clima quente e úmido da região para quem vem de climas frios, ou temperados, induz a um processo adaptativo, a fim de manter a homeostase do organismo. A homeostase se dá por meio da vasodilatação, que é um processo integrante da *termo regulação*. Quando ocorre aumento da temperatura exterior, ocorre também um aumento natural da temperatura corporal. Nesses casos de aumento de temperatura o organismo reage por meio do complexo hipotálamo-hipofisário que recebe a mensagem externa e envia uma mensagem nervosa tendente a produzir vasodilatação. A vasodilatação tem por finalidade o envio do calor interno para a área externa do corpo (BAIN, 2004).

Em outras palavras, o recém-chegado é de fato assaltado por banhos seguidos de suor, até que seu organismo conclua o processo adaptativo e a sensação de conforto aumente, permitindo que a consciência funcione a plena capacidade. De fato, é sofrível o estado do recém-chegado. Não é possível a elevação do pensamento, como reclamou Euclides, e isto ocorre porque em estado de calor excessivo para o recém-chegado, a consciência sofre desligamento pelo próprio organismo, o qual está em busca de manter o corpo funcionando, a fim de que outras atividades vitais sejam mantidas. Se o sulista chega e sai rapidamente, será esta a sensação que levará do clima da região, e dirá, com certa razão, que aqui se tem um clima amaldiçoado.

É neste ponto que se identifica a transferência da experiência vivida por Euclides da Cunha quando de sua chegada a Manaus diretamente ao texto de *Um Clima Caluniado*. Compare-se a sua luta contra o clima registrado nas cartas e o ânimo do sulista descrito no capítulo:

O recém-vindo do Sul chega em pleno desdobrar-se daquela azáfama tumultuária, e, **de ordinário, sucumbe**. Sente-se deslocado no espaço e no tempo; não já fora da pátria, senão arredio da cultura humana, extraviado num recanto da floresta e num desvão obscurecido da História. **Não resiste**. Concentra todos os alentos que lhe restam para **o só efeito de permanecer algum tempo, inútil e inerte, no posto que lhe marcaram; mal desempenhando os mais simples deveres**; indo-se-lhes os olhos em todos os vapores que descem e o espírito ausente nos lares afastados, longo tempo, em um exaustivo agitar de apreensões e conjeturas – até que o sacuda, inesperadamente, em pleno dia canicular, um súbito estremeção de frio, delatando-lhe a vinda salvadora, e por vezes reconditamente anelada, da febre. E é uma surpresa gratíssima. A vida desperta-se-lhe de golpe, naquela cotovelada da morte que passou por perto. O impaludismo significa-lhe, antes de tudo, a carta de alforria de um atestado médico. É a volta. A volta sem temores, a fuga justificável, a deserção que se legaliza e o medo sobredoidado de heroísmo, desafiando o espanto dos que lhe ouvem o romance alarmante das moléstias que devastam a paragem maldita. Porque é preciso coonestar o recuo. Então cada igarapé sem nome é um Ganges pestilento e lúgubre; e os igapós, ou os lagos, espalmam-se nas várzeas empantanadas como lagunas Pontinas incontáveis (CUNHA, 1999, p. 30, grifos meus).

Ao que nos parece, esse sulista vencido é o próprio Euclides da Cunha. O que o autor fez aqui foi transportar, com algumas pinceladas a mais ou a menos, os seus dias tristes de espera pela viagem em Manaus para o texto, quando suava às bicas. No entanto, à medida que o tempo avança, e o processo adaptativo conclui o seu trabalho, permitindo a diminuição da sudorese e disso resultando maior sensação de conforto, o recém-chegado é capaz de ter a sua atenção voltada para outras questões que não meramente a sobrevivência pessoal. Foi exatamente isso que ocorreu com Euclides. Passado algum tempo, eis que o seu humor em relação à cidade mudou. O registro está ainda nas cartas escritas de Manaus:

Manaus, 18 jan. 1905. Muito de propósito, Porchat, escrevo-te nas aperturas deste cartãozinho para mandar-te notícias minhas. Tenho medo da saudade [...]. Temo que ela se expanda livremente em quatro páginas. É o que mais me dói nesta vida aventureira: as imagens dos amigos constantemente evocadas e cada vez mais impressionadoras à medida que se aumentam as distâncias. Quero escrever-te a correr, como quem foge de uma tortura. – Como vão os teus? / *Eu, firme na minha envergadura esmirrada e seca, faço neste clima canicular prodígios de salamandra. Vou bem. Nem o mais ligeiro abalo, agora. Fiz as pazes com o sol do Equador e adapto-me admiravelmente na atmosfera úmida e quente, feita para as fibras das palmeiras e os nervos dos poetas.* Manda-me notícias de todos e não te esqueças nunca do / Euclides (CUNHA, 2000, p. 373, grifos meus).

Nota-se que é o fim da luta com a sudorese. Euclides se declara aclimado e a cidade não é mais imprópria para a elevação do espírito como afirmara anteriormente, mas o lugar dos poetas. Tendo-se afeiçoado à terra, e permanecido nela mais tempo do que muitos outros a ponto de ter a sua própria aclimação, Euclides da Cunha teve a oportunidade de perceber para além das primeiras impressões o valor da região. Então, saiu logo em defesa do clima

amazônico como um vingador. É no mesmo texto de *Um Clima Caluniado* que o autor desfaz o que disse aos amigos em cartas e no capítulo introdutório intitulado *Impressões Gerais*:

Não se compreende a reputação de insalubridade de um tal clima. Evidentemente o que se realizou e se realiza ainda, embora em menor escala no Acre, foi a "seleção telúrica", de que nos fala Kirchoff: uma sorte de magistratura natural, ou revista severa exercida pela natureza nos indivíduos que a procuram, para só conceder o direito da existência aos que se lhe afeiçoam (CUNHA, 1999, p. 34).

Não é o caso dos que fogem. Não é o caso daqueles que não venceram o primeiro momento. Aqueles que não quiseram permanecer para afeiçoarem-se à terra. Aqueles que não quiseram se afeiçoar à sua gente, são também aqueles que saem com as primeiras impressões, e para justificar a sua fuga, caluniam o clima:

Traça-se um quadro nosológico arrepiador e trágico, num imaginoso fabular de agruras; e, dia a dia, **a natureza caluniada pelo homem vai aparecendo naquelas bandas**, ante as imaginações iludidas, como se lá se demarcasse a paragem clássica da miséria e da morte [...] (CUNHA, 1999, p. 30, grifo meu).

“Naquelas bandas” no dizer de Euclides é o Brasil do Sul, virado de costas para a região amazônica e indiferente a ela. Muito próximo ao final de sua vida, e ainda amargando perdas, o “deserto” amazônico foi o objeto das preocupações de Euclides e foi o objeto de seus anseios. Gastou horas reunindo informações para o seu sonhado livro *Um Paraíso Perdido*⁸. Desejou retornar a Amazônia e escrever o livro que seria o seu porta-voz, para vingá-la das *gentes adoidadas*. Não o conseguiu. Foi tirado do mundo.

Ver-se-á mais à frente que houve um processo de mudanças profundas no pensamento de Euclides da Cunha a partir de sua viagem ao Purus. Também houve continuidades, mas a viagem ao Purus passou a ser um divisor de águas na vida do autor. No momento cabe somente destacar que Euclides tomou parte em momentos históricos importantes ocorridos no Brasil, assimilando não apenas as ideias do seu tempo, mas também, a consciência de sua geração. No entanto, mais do que seus pares, tratou de libertar-se de ideias que não encontravam ressonância na realidade tal como a entendia, concentrando então as suas energias em novas utopias. Com efeito, as utopias de Euclides não foram vividas ou imaginadas tendo como parâmetro a definição de utopia do senso comum, que a define como

⁸ A obra aqui citada com o mesmo nome não se trata deste livro. Trata-se de uma homenagem póstuma. O livro *À Marge da História* inclui material a respeito da Amazônia e por isso tem sido chamado de *Um Paraíso Perdido*, no entanto, o livro a que o autor se refere em cartas nunca foi escrito.

algo inatingível, quimérico e que deve ser sempre abandonada, cuja recomendação é sempre direcionada para a vivência de algo concreto e realizável imediatamente ou no curto prazo. As utopias de Euclides se enquadram mais na definição de Victor Hugo exposta no texto *Os miseráveis* (1862), onde o autor afirma: “não há nada como o sonho para criar o futuro. Utopia hoje, carne e osso amanhã”. Ou ainda no sentido dado por Ernest Bloch (2005) segundo ao qual, a utopia não é algo irrealizável, quimérico, mas uma esperança. Esta por si só não garante o surgimento do novo, todavia, deve ser baseada em um processo transformador, que ele identifica como o *otimismo militante*.

Euclides revestiu-se da consciência de seu tempo de que era preciso construir o Brasil, era preciso explicá-lo, era preciso integrá-lo como uma nação de fato. E assim o fez, no ofício que lhe brotava das veias, a escrita. Ao exercer a missão de escrever (SEVCENKO, 2003), Euclides exala a sua alma, marcada pela sua trajetória e *Experiência* de sua vida (TUAN, 2013). A empatia pelo oprimido, demonstrada nas obras *Os Sertões* e *À Margem da História*, propostas pelo próprio autor como obras vingadoras, advém de uma experiência pessoal de sofrimento, que ao nível inconsciente, foi devidamente canalizada para uma propensão de defesa dos oprimidos. Por outro lado, o ideal libertário de Euclides da Cunha não se deve exclusivamente ao fato de ter vivido em tempo histórico especificamente marcado por transformações sociais, mas também pelo fato de ter experimentado o sofrimento como parte de sua trajetória de vida. A sua *Experiência* (TUAN, 2013), o tornou um homem sensível à dor do outro, tanto que, tão logo a República não correspondeu aos seus anseios libertários, passou a ser crítico dela e abandonou em parte o próprio positivismo. A simpatia pelo oprimido que se demonstrava pela compaixão aos escravos ainda na infância fortaleceu-se no transcorrer da vida, resultando numa escrita sensível, terna, vigorosa, desafiante e firme (AMORY, 2009).

Euclides escreveu para mudar o Brasil. Qual é a grande preocupação dele? Um tema esteve sempre presente tanto na obra *Os Sertões*, quanto em *À Margem da História*, que é o tema da integração das regiões Norte e Nordeste ao projeto de Nação. Euclides se dispôs a pensar as questões regionais não apenas numa, mas em ambas as regiões, conforme veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – DA TERRA SECA À TERRA MOLHADA: o Nordeste e a Amazônia de Euclides da Cunha

Os nossos olhos deslumbrados abrangiam, de um lance, três dos maiores vales da terra; e naquela dilatação maravilhosa de horizontes, banhados no fulgor de uma tarde incomparável, o que eu principalmente distingui, irrompendo de três quadrantes dilatados e trancando-os inteiramente – ao sul, ao norte, ao leste – foi a imagem arrebatadora de nossa pátria que nunca imaginei tão grande (EUCLIDES DA CUNHA, 2000).

1. O elo Nordeste-Amazônia

Está seguramente estabelecido na literatura científica a respeito dos escritos de Euclides da Cunha que há propósitos muito claros na sua produção literária. Euclides é um homem de ação, ou de missão (SEVCENKO, 2003). Empenhado na missão de escritor, Euclides se vê na obrigação de interferir na realidade, no sentido de conduzi-la para um fim desejado. Essa intervenção se dá principalmente no âmbito da política, posto que o autor não se preocupou apenas com a realidade brasileira, mas, neste campo, interferiu também na realidade dos países vizinhos, Peru, Bolívia e até mesmo do Velho Continente, fato muito bem demonstrado por Rosso (2009).

Identificamos que dentro da preocupação política de Euclides há um tema central, o qual está presente em todas as suas obras, que é o tema da Integração Regional. Tudo indica que está implícita nessa preocupação, uma crítica ao federalismo brasileiro que deixava no ostracismo os estados do Nordeste e do Norte. Veja-se, neste sentido, o Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre, de 1926, onde o autor expõe as vicissitudes do federalismo brasileiro. Na mente euclidiana, assim como na de muitos outros pensadores de seu tempo, o

Brasil era um país ainda por ser feito, devido aos inúmeros problemas não resolvidos. Euclides identifica o problema da nacionalidade como uma questão de regionalidade, ou melhor, um problema de integração. Não era possível fazer-se um país unificado com tamanhas desigualdades regionais. Daí que o autor se propõe a pensar a questão da nacionalidade como algo que incluía as regiões no processo de formação e consolidação não apenas do que viria a ser o povo brasileiro, mas também, de seus próprios limites geográficos.

Euclides pensa a integração por vieses inicialmente racialistas e geográfico evolucionista. Ambas as categorias são encontradas tanto em *Os Sertões*, quanto em *À Margem da História*. Quando Euclides chega ao Nordeste, ele ainda está influenciado em grande medida, pelo racialismo, categorias com as quais analisa, por algum tempo, não apenas o homem que encontra diante de si, mas aquele homem que viria a ser, quando o seu ideal de integração houvesse alcançado um ponto desejável. O sertanejo seria o elemento racial capaz de dar uma configuração nova ao povo brasileiro. Quando o autor chega à Amazônia, uma mudança ocorre em seu pensamento. Agora, muito mais maduro, Euclides passa a refletir ainda em termos de influência do ambiente sobre o homem, mas adianta-se a um ponto em que este homem, vencendo as condições do ambiente que lhe é hostil, faz-se a si mesmo e faz o mundo a sua volta, consolidando vislumbres que já havia esboçado em *Os Sertões*⁹. O Caboclo Titânico, que é ninguém menos que o Sertanejo Forte, é o elemento novo que surpreende o autor na Amazônia, consolidando como um insight aquele designativo (Forte) que poderia ser mera moldura poética na fraseologia de *Os Sertões*. Fadado à morte, um desterrado na própria pátria, despachado para o deserto como uma carniça malcheirosa, o Sertanejo sobrepuja a todas as expectativas e ousa sobreviver, contrariando os diagnósticos racialistas e positivistas da época. Tal constatação conduz e consolida um maior distanciamento de Euclides do determinismo geográfico e do próprio positivismo. O Sertanejo Forte não sucumbiu ao deserto. Contrariamente a isso, adaptou-se. O Sertanejo transformou o ambiente numa nova pátria, afeiçoando-se à terra e sendo ele mesmo aceito por ela. A *Terra Imatura*¹⁰ que hostilizava o homem, tratando-o com um intruso num salão de festas ainda em

⁹ Ainda de maneira incipiente, quase intuitiva, a atribuição do designativo *Forte* ao mestiço sertanejo é de todo modo contrário ao que o próprio Euclides da Cunha lhe havia atribuído nas páginas iniciais, quando o designou como um degenerado.

¹⁰ Em obra de mesmo título, Alfredo Ladislau (1882-1934), retoma a tese euclidiana menos de dez anos depois, quando por meio de seu personagem Arianda defende a ocupação da Amazônia pelos brasileiros do Nordeste, deixando implícito que a natureza deve ser domada e a região incorporada ao desenvolvimento nacional.

arrumação, conforme o dizer de Euclides numa primeira análise, também é surpreendida pela bravura sertaneja. Este homem foi provado e aprovado, transmudando-se no Caboclo Titânico que doma a terra e alarga a pátria. Neste sentido, Euclides é meio que forçado a admitir uma situação antropológica que só viria a se consolidar em tempos mais distantes no meio científico, que é a interação homem/natureza, onde ambos se constroem, se transmudam e se influenciam¹¹. Leandro Tocantins (1978)¹² reconheceu esse insight euclidiano como sendo uma inovação frente ao colonialismo cultural dos brasileiros, tão afeitos a valorizarem os cânones europeus e assim se reporta quanto a este fato:

Isso escrito em 1906, quando se louvava em coro as excelências dos métodos europeus de colonização, com o incensamento da empresa colonial, que seria perfeita e civilizadora, deve ter soado mal aos ouvidos dos que se acostumaram a só considerar as informações laudatórias dos agentes do colonialismo europeu. Os estudos sociais não haviam progredido além das teorias transformistas e evolucionistas. Eram a fonte do conhecimento da época. Mas nem por isso Euclides ficou preso a elas, ou a modo de pensar estranho às realidades brasileiras. Ele é o primeiro, em nosso País, a propor, embora de maneira um tanto indefinida, mas delineada pela compreensão que nascia em si espontaneamente, os problemas de intimidade e harmonização entre homem e natureza, como fundamento de uma política de integração e mesclagem de valores em área onde o homem ainda procura o seu equilíbrio biótico. Revela-se, assim, o primeiro engenheiro ecólogo do Brasil (TOCANTINS, 1978, p. 147).

Há, portanto, um elo humano entre o Nordeste e a Amazônia, o Caboclo Titânico. Um tipo humano marcado pelo distanciamento daquele Brasil litorâneo tanto em sua casa de origem, o Nordeste, quanto na sua casa nova, os beiradões amazônicos. Esse elo traduz-se como o ponto de partida para um novo Brasil, mas que se encontra esquecido do Brasil litorâneo, não obstante a sua bravura. É contra esse distanciamento que Euclides se insurge, por entender que o Brasil não se fará sem estas duas regiões. É preciso integrá-las ao projeto de nação e essa integração se fará mediante a inclusão, principalmente da Amazônia ao processo produtivo do país, daí suas propostas de obras públicas estruturantes e sua preocupação com a geografia física das regiões. No entanto, há um elemento que subjaz ao olhar euclidiano nessa relação litoral-sertão-tropical úmido que é marcante em sua análise da

¹¹ Araújo Lima, conforme já abordado, é o autor amazônico que irá defender o interacionismo, com prevalência do homem sobre o meio, na obra *Amazônia, a terra e o homem*, de 1931, portanto 22 anos depois de Euclides da Cunha.

¹² TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido: tentativa de interpretação de uma presença singular na Amazônia e a conseqüente evolução de um pensamento sobre a paisagem étnico-cultural, histórica e social brasileira, alargando-se nos horizontes da história transcontinental*. Prefácio de Arthur Cezar Ferreira Reis. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

questão da nacionalidade, isto é, o fato de que, ao seu ver, o litoral é imitador dos costumes estrangeiros, vivendo numa cultura de empréstimo. Mais afeito a caricaturar-se do que fazer-se a si mesmo, faltava ao Brasil do Sul-Sudeste a bravura que Euclides enxergava pujante no homem sertanejo e amazônico¹³. Não obstante o seu anacronismo, o homem bruto nordestino e, portanto, o caboclo titânico, estava mais apto a constituir-se em elemento formador da nação do que os grã-finos litorâneos, pois aqueles sertanejos estavam dotados de uma bravura capaz de dominar a terra, de reagir diante das condições dadas e fazer-se a si mesmos, adaptar-se reinventando-se, ao passo que estes litorâneos haviam optado por adaptar-se pela imitação, pouco afeitos a definirem-se a si mesmos, vivendo as circunstâncias, ora afrancesados, ora britanizados, ora chic, ora smart, mas sempre sob uma cultura de empréstimo, sempre louvando o elemento europeu como padrão civilizatório (SEVCENKO, 2003).

Euclides enxerga a cegueira com que o Brasil do litoral encara o Brasil dos sertões. No entendimento euclidiano aparece patente o desprezo, o descaso, a indiferença para com os sertões, a ponto de o sertão nordestino ter-se alongado até o século XX com as mesmas credices portuguesas medievais, como que estacionado no tempo, anacrônico. Não obstante, este homem sertanejo é ainda assim um bravo, resistente, perspicaz, rígido, determinado. Frente a uma natureza hostil, o sertanejo se fortalece na fadiga, no enfrentamento, curando-se do isolamento pela redefinição do seu mundo em isolamento, ou seja, estreitando as fronteiras de seus horizontes, de suas ambições, de seus apetites, de seus modos, vivendo na prática o ensino apostólico da simplicidade, do viver em contentamento em toda e qualquer circunstância, ensino este certamente recebido de maneira vívida dos sacerdotes andarilhos que a Igreja Católica Romana semeou entre eles e que meio às avessas era incorporado por Antônio Conselheiro. Transplantado para a Amazônia, este mesmo homem marcado pela dureza da vida, leva consigo suas memórias afetivas, seus sinais da cruz e seus santinhos de devoção. O elo Nordeste-Amazônia ressurge mais evidente na farra do Judas Asveros, uma espécie de erupção da alma sertaneja agora travestido dos aspectos amazônicos. O que

¹³ Embora neste ponto estejamos interessados em fazer a exegese do autor, cremos ser oportuno a indicação de que há muito mais retórica do que realidade nessa posição euclidiana, visto que, em realidade, esse caboclo a quem o autor chama de titânico vem a sucumbir às condições brutais da exploração extra-econômica e aos fatores agressivos e descontrolados da natureza, tornando essa elevação do homem sertanejo mais poética do que deveria ser. Há que se observar que há um processo de integração encabeçado pelas elites oligárquicas, da qual o elemento imigrante é parte integrante e, observar ainda que os discursos de bravura do sertanejo têm origem racista e oligárquica.

Euclides encontra na Amazônia não é um Judas estático, dependurado numa forca, mas um verdadeiro judeu errante, posto que o Judas amazônico é um navegador, é um mensageiro do abandono, do isolamento. Descendo sobre as águas barrentas do Rio Purus, do Rio Juruá, do Rio Madeira, estraçalhado por rajadas de chumbo, maltrapilho e maltratado, aquele ícone do Caboclo Titânico leva uma mensagem clara, como que a gritar a plenos pulmões aos quatro ventos, dizendo: lá acima, nas cabeceiras deste rio há um povo. Dentro do rio há um povo que um dia deixou no leste a sua casa, que habita em distâncias infindas, que de tão isolado é aquele que percorre, diariamente e pela vida toda, a mesma estrada sem sair do lugar. Já que o homem do sertão não pode fazer aquela viagem de descida, que vá ao menos o seu ícone, para anunciar acerca da tragédia que é viver numa região rica, mas negligentemente isolada.

Euclides usa a mesma linguagem e o mesmo tom para se referir ao isolamento de ambas as regiões. É sempre uma questão de fibra moral ou física¹⁴. O Sertão, tanto o nordestino, quanto o amazônico, aos quais Euclides chama de deserto, é sempre o lugar dos bravos e dos fortes. É neste sentido que lemos em Os Sertões:

Nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para o definir. Martius por lá passou, com a mira essencial de observar o aerólito, que tombara à margem do Bendegó e era já, desde 1810, conhecido nas academias europeias, graças a F. Mornay e Wollaston. Rompendo, porém, a região selvagem, *desertus australis*, como a batizou, mas atentou para a terra recamada de uma flora extravagante, *silva horrida* no seu latim alarmado. Os que o antecederam e sucederam, palmilharam, ferretados da canícula, as mesmas trilhas rápidas, de quem foge. De sorte que sempre evitado, aquele sertão, até hoje desconhecido, ainda o será por muito tempo (CUNHA, 1998, p. 36)¹⁵.

Esta é a linguagem com a qual encontramos o mesmo tema em À Margem da História. Ao se referir aos agentes de Estado que adentram os rincões amazônicos, Euclides os coloca sob a pecha de caluniadores do clima, posto que, executam ali, o mais breve possível a sua tarefa para retornar rapidamente, isso quando não se livram dela mediante um atestado médico que os “salva”, que os tira de lá, e uma vez de volta ao litoral, posam de heróis sobreviventes, passando tecer comentários negativos sobre uma região para a qual não apresentaram fibra para resisti-la, para enfrentá-la e dominá-la. Fogem dela, como fugiram

¹⁴ Ao referir-se nesses termos Euclides da Cunha deixa transparecer muito nitidamente o seu evolucionismo, visto que essa afirmação acerca da fibra moral nos remete à questão da seleção natural.

¹⁵ Grifei sublinhando, o itálico é do autor.

todos aqueles que se desviaram do sertão nordestino. Assim se reporta o autor, dizendo que o homem do Sul costuma fracassar diante da luta:

Não resiste. Concentra todos os alentos que lhe restam para o só efeito de permanecer algum tempo, inútil e inerte, no posto que lhe marcaram; mal desempenhando os mais simples deveres; *indo-se lhes os olhos em todos os vapores que descem* e o espírito ausente nos lares afastados, longo tempo, em um exaustivo agitar de apreensões e conjeturas – até que o sacuda, inesperadamente, em pleno dia canicular, um súbito estremeção de frio, delatando-lhe a vinda salvadora, e por vezes reconditamente anelada, da febre. E é uma surpresa gratíssima. A vida despertasse-lhe de golpe, naquela cotovelada da morte que passou por perto. O impaludismo significa-lhe, antes de tudo, a carta de alforria de um atestado médico. É a volta. *A volta sem temores, a fuga justificável, a deserção que se legaliza* e o medo sobreidoirado de heroísmo, desafiando o espanto dos que lhe ouvem o romance alarmante das moléstias que devastam a paragem maldita (CUNHA, 1999, p. 30, grifo meu).

Cabe ressaltar que esse desejo ardente de não pertencer ao local, de não permanecer na região é altamente contagiante, a ponto de contaminar ainda hoje os próprios amazonenses, tão afeitos a negar suas origens, desejosos de se auto designar um status de meros transeuntes, vasculhando no passado uma genealogia que não os estabeleça como totalmente locais. Essa transitoriedade é ainda tão vívida em nossos dias, a ponto de mesmo entre as forças armadas, que propagam a ideologia de defensores da Amazônia, tem o tempo de serviço na região contado em dobro, como se fora alguma maldição estar nessa região. Euclides parece afirmar que esse aspecto não fazia parte do espírito sertanejo. Estes vieram como desterrados, de modo que ambos se deram um ao outro, isto é, a terra ignota, imatura e enjeitada da nação acolheu de bom grado aqueles bravos, abrindo-lhes os mananciais de suas seivas, ao passo que o sertanejo se aferrou a ela de corpo e alma, transmutando os seus hábitos e adaptando-se, fazendo a si mesmo um novo homem e para si uma nova pátria. O Caboclo Titânico a quis, embrenhou-se nela e a amou, de modo que a terra, não obstante as precariedades prementes, o aperfeiçoou, o elegeu para a vida. Assim é que, falando sobre o povoamento do Acre, Euclides diz que o clima, ao contrário do que dizem os caluniadores, fez-se amigo:

Neste caso atiremos de lado, de uma vez, um estéril sentimentalismo e reconhecamos naquele clima uma função superior. Ante as circunstâncias nocivas que originaram e impulsionaram o povoamento do Acre, largos anos aberto à intrusão de todas as moléstias e de todos os vícios *favorecidos pela indiferença dos poderes públicos*, ele exercitou uma fiscalização incorruptível, libertando aquele território de calamidades e desmandos, que seriam, além de toda a proporção, muito maiores do que os que ainda hoje lá se observam. Policiou, saneou, moralizou. Elegeu e elege para a vida os mais dignos. Eliminou e elimina os incapazes, pela fuga ou pela morte. E é certo um clima admirável o que prepara as paragens novas para os fortes, para os perseverantes e para os bons (CUNHA, 1999, p. 40, grifo meu).

Dito desta forma, sem verificar o todo, até parece que Euclides ainda está aferrado ao seu Evolucionismo, fazendo menção a uma espécie de seleção natural. Todavia, essa seleção é absurdamente contrária ao evolucionismo clássico, quando se verifica que aqueles que triunfaram na Amazônia não foram os mais aptos e fortes no sentido comum, mas sim os enjeitados, os desvalidos tirados das vistas das cidades litorâneas para onde os flagelos da seca os haviam conduzido. Trata-se de uma seleção às avessas de “todos os fracos, todos os inúteis, todos os doentes e todos os sacrificados expedidos a esmo, como o rebotalho das gentes, para o deserto” (CUNHA, 1999, p. 33). Euclides da Cunha reconhece que o triunfo do sertanejo na Amazônia não pode ser explicado de maneira simples, determinista, que se esperava que ele o fizesse, pois, o dado empírico diante de si demonstra o contrário do cânone, visto que os selecionados para essa grande saga humana são aqueles, na verdade, que a ciência evolucionista chamaria de restolho. Vejamos o que ele nos diz dos selecionados:

Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores¹⁶, com aqueles *fardos agitantes consignados à morte*. Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços da família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partiam para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, *com os seus famintos, os seus febreiros e os seus variolosos*, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. Mas feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. Cessava a intervenção governamental. Nunca, até aos nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem (CUNHA, 1999, p. 33-4, grifo meu).

Triunfa quem se afeiçoa à terra. Essa é a surpreendente tese de Euclides. Ao final não é o meio quem determina quem vence, mas uma interação entre ambos, onde a hostilidade natural é vencida pela vontade de sobreviver. É uma questão moral. É uma questão de fibra pessoal. Os fracos fogem do sertão, os fortes triunfam no deserto. E os fortes não são os mais aptos, mas aqueles forjados na dor e no sofrimento, enrijecidos pela ausência do frescor da abundância. Euclides parece induzir a ideia de que não há revanchismo na alma cabocla, não obstante a forma cruel e indiferente como foi tratado pelo Estado. Não passa na alma do Caboclo Titânico o sentimento de vingança, configurando-se numa espécie de novo “bom selvagem” tão caro ao Romantismo e que Euclides procurou evitar com o seu cientificismo. O Caboclo Titânico é nobre, elevado. Ele amou a terra amazônica como amou o sertão nordestino e fez da Amazônia a terra da promessa. Ele foi derrotado uma vez em razão das

¹⁶ Vapores – trata-se de um tipo de embarcação propelida por um motor a vapor que faz girar uma roda de água. Ficou conhecido na Amazônia como Gaiola, ou Vaticano.

secas, foi deportado, mas enfim triunfou. Ele triunfou no deserto. Triunfou, não para si mesmo, mas para a nação toda. Euclides da Cunha impõe lirismo na questão, embora sem romantizá-la declaradamente. Euclides está consciente de que o sertanejo é um enjeitado, portanto é preciso destacar sua bravura e imprimir na alma do leitor um sentimento de irmandade para com aqueles homens destemerosos. Daí que o sertanejo é pintado como um novo Bandeirante carregado de brasilidade. Então o Acre é sertanejo, mas também é Brasil: “cem mil sertanejos, ou cem mil ressuscitados, apareciam inesperadamente e repatriavam-se de um modo original e heroico: *dilatando a pátria* até aos terrenos novos que tinham desvendado” (CUNHA, 1999, p. 34, grifo meu). O sertanejo não quis vingar-se, associando-se ao estrangeiro. Não quis render-se quando os estrangeiros reivindicaram sua posse, lançando mãos de arma para defender o seu chão.

É por conta desta singeleza de alma do novo homem amazônico que a integração da Amazônia ao projeto de nação chega a se constituir numa questão de justiça. Justiça do Estado para com uma região assustadoramente perdulária, devendo canalizar a sua pujança. Mas também, justiça da nação para com aqueles bravos, ainda em isolamento, pois “hoje, como há trinta anos, mesmo fora das aperturas e dos tumultos das secas, os imigrantes avançam sem o mínimo resguardo, ou assistência oficial” (CUNHA, 1999, p. 34). A integração, portanto, proposta por Euclides da Cunha seguirá estas duas linhas mestras, como juntos caminham os trilhos de uma ferrovia. Surpreendentemente, o autor irá propor o que tem sido uma prática deste então em nossos governos, a ideia de que o Estado precisa instalar equipamentos de infraestrutura, não porque há uma demanda, mas sim para que o equipamento instalado crie a dita demanda, ao mesmo tempo em que humanize a paisagem, oportunize a fixação, interligando regiões antes isoladas. Difere um pouco a solução apresentada para o Nordeste, posto que ali sua proposta visa as obras de infraestrutura que recriem um ambiente favorável às populações, sem a conotação de ligação entre regiões.

2.2 A integração do Nordeste - uma necessidade cultural

É no final do capítulo “A Terra”, em Os Sertões que Euclides indica o modo de tornar o sertão nordestino mais apropriado à permanência das populações humanas e de animais. Trata-se de uma obra de engenharia já desenvolvida em outros países e que vem a ser o barramento dos vales, de modo a impedir o desperdício das águas que escoam em

determinadas épocas, mas que pela peculiaridade da terra são facilmente tragadas. Diz o autor:

Abeirados os vales, inteligentemente escolhidos, em pontos pouco intervalados, por toda a extensão do território sertanejo, três consequências inevitáveis decorreriam: atenuar-se-iam de modo considerável a drenagem violenta do solo, e as suas consequências lastimáveis; formar-se-lhes-iam à auréola, inscrita na rede de derivações, fecundas áreas de cultura; e fixar-se-ia uma situação de equilíbrio para a instabilidade do clima, porque os numerosos e pequenos açudes uniformemente distribuídos e constituindo dilatada superfície de evaporação, teriam, naturalmente, no correr dos tempos, a influência moderadora de um mar interior, de importância extrema (CUNHA, 1998, p. 70).

Vê-se, portanto, que a integração da região nordeste ao restante da nação não se dá em termos de ligação espacial, mas sim em termos de aproveitamento do seu potencial em receber as obras que o Brasil litorâneo deveria desenvolver ali. O Brasil litorâneo deve agir associando-se à luta pela sobrevivência do homem sertanejo com obras de engenharia que fixem o sertanejo na sua terra. Tornar a vida possível sem remoção de populações. A terra é amigável, generosa, embora martirizada. Requer cuidados, mas prova ser generosa quando, mesmo no seu abandono, a terra exerce ainda o poder de sustentar os seus filhos, os quais são dependentes dela, vivendo numa espécie de simbiose. Nela vive o umbuzeiro e vive o homem, igualmente:

É a árvore sagrada do sertão. Sócia fiel das rápidas horas felizes e longos dias amargos dos vaqueiros. Representa o mais frisante exemplo de adaptação da flora sertaneja. Foi, talvez, de talhe mais vigoroso e alto – e veio decaindo, pouco a pouco, numa intercadência de estios flamívoros e invernos torrenciais, modificando-se a feição do meio, desinvoluindo, até se preparar para a resistência e reagindo, por fim, desafiando as secas duradouras, sustentando-se nas quadras miseráveis, mercê da energia vital que economiza nas estações benéficas, das reservas guardadas em grande cópia nas raízes. *E reparte-as com o homem*. Se não existisse o umbuzeiro aquele trato de sertão, tão estéril que nele escasseiam os carnaubais tão providencialmente dispersos nos que circunvizinham até ao Ceará, estaria despovoado (CUNHA, 1998, p. 56, grifo meu).

A integração do Nordeste à nação, segundo a leitura euclidiana, deve levar em conta o fato de que o sertanejo ama a sua terra. Ele a quer. Ele se aferra a ela e só a deixa no "último pau-de-arara"¹⁷. O reverdejar do sertão na breve temporada de chuvas é uma prova de que a terra tem potencial para sustentar a sua gente. Falta-lhe o emprego da tecnologia que domine os extremos e suavize a luta do homem contra a natureza hostil. Euclides encontra essa

¹⁷ Música "Último Pau-de-arara", de José Palmeira Guimarães, o Palmeirinha, Marcos Cavalcante de Albuquerque, o Venâncio e Manoel José, o Corumbá, de 1973.

disposição no homem sertanejo, pois este vê a seca chegando e não se apavora, contrariamente a outros povos sujeitos a calamidades:

O sertanejo adivinha-se e prefixa-a graças ao ritmo singular com que se desencadeia o flagelo. Entretanto não foge logo, abandonando a terra a pouco e pouco invadida pelo limbo candente que irradia do Ceará. Buckle, em página notável, assinala a anomalia de se não afeiçoar nunca, o homem, às calamidades naturais que o rodeiam. Nenhum povo tem mais pavor aos terremotos que o peruano; e no Peru as crianças ao nascerem têm o seu berço embalado pelas vibrações da terra. Mas o nosso sertanejo faz exceção à regra. *A seca não o apavora. É um complemento à sua vida tormentosa, emoldurando-a em cenários tremendos. Enfrenta-a estoico*¹⁸. Apesar das dolorosas tradições que conhece através de um sem-número de terríveis episódios, *alimenta a todo transe esperanças de uma resistência impossível. Com os escassos recursos das próprias observações e das dos seus maiores, em que ensinamentos práticos se misturam a extravagantes credences, tem procurado estudar o mal, para o conhecer, suportar e suplantar* (CUNHA, 1998, p. 136, grifos meus).

Nota-se nessa descrição que há uma vontade clara, uma determinação no coração do sertanejo de permanecer no seu lar, de fazer-se, de manter-se, de erguer-se contra o flagelo, de vencer a hostilidade do meio em que se encontra¹⁹. Ele se defende, não o desprezando, ele aprende não o abandonando. O seu conhecimento vem da forja do enfrentamento, valendo-se da sua ciência possível, a experiência que se repassa de uma geração a outra. Não é à toa que dessa luta surja um homem forte, rijo, capaz de suplantar outros na Amazônia, terra igualmente hostil, ainda que pelo lado inverso. Ali nos sertões amazônicos não é mais o agreste, o árido sertão, a caatinga, mas os igapós, os furos, os paranás, a várzea e a terra firme, a alagação, não mais a planura, mas a densa selva, não mais os rochedos, mas as terras caídas. Portanto, a integração do Nordeste ao projeto da nação perpassa por uma conversão do olhar (BOURDIEU, 1989) por parte do Governo, agora instituído pela recém-criada República, acerca da realidade sertaneja. O que há em relação àquela região é uma cegueira conceitual, uma miopia governamental, uma hermenêutica obtusa, pois a República não foi capaz de fazer a leitura correta do episódio de Canudos, o que é, segundo o olhar euclidiano, sintomático da cegueira geral com que ambas as regiões são olhadas:

¹⁸ Estranho acreditar nisso. A declaração de Euclides só cabe se de fato a tese que estamos afirmando está em destaque, isto é, Euclides da Cunha está elevando a bravura sertaneja para pintá-lo como o cerne da nacionalidade. Do contrário é preciso lembrar que a seca destroi o sertanejo, o imobiliza, o torna retirante, pau-de-arara, baiano no sul.

¹⁹ Euclides da Cunha deixa de perceber que esse apego à terra não é exclusividade do sertanejo nordestino, mas sim uma característica do homem ligado à terra, do homem rural.

O caso, vimo-lo anteriormente, era mais complexo e mais interessante. Envolvia dados entre os quais nada valiam os sonâmbulos erradios e imersos no sonho da restauração imperial. **E esta insciência ocasionou desastres maiores que os das expedições destroçadas. Revelou que pouco nos avantajávamos aos rudes patrícios retardatários.** Estes, ao menos, eram lógicos. Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas (CUNHA, 1998, p. 350, grifos meus).

Em lugar de destruir o jagunço, a República deveria tê-lo estudado, como uma ruinação. Canudos era antes de tudo um ensinamento. Deveria ter despertado aquela curiosidade científica que despertaria um sítio arqueológico. No entanto, reclama o autor:

[...] entre nós, de um modo geral, despertou rancores. Não vimos o traço superior do acontecimento. Aquele afloramento originalíssimo do passado, patenteando todas as falhas da nossa evolução, era um belo ensejo para estudarmos-las, corrigirmos-las ou anularmos-las. Não entendemos a lição eloquente (CUNHA, 1998, p. 351).

Isto nos remete à percepção de que, para Euclides, o Nordeste, tal como se verá também em relação à Amazônia, permaneceu invisível aos olhos da nação por três séculos e, se porventura houver uma nação no futuro, haverá que se olhar aquelas regiões com melhores lentes, num mais elevado exercício hermenêutico, capaz de perceber as especificidades da região, num verdadeiro novo olhar. No pensamento Euclidiano o episódio de Canudos deveria trazer a lume um retrato da nação em que ficasse patente o anacronismo que campeou por ambos os lados da disputa, preparando-nos para essa reconversão do olhar. Em que batalhas mundo a fora um único jagunço repele uma brigada? (CUNHA, 1998, p. 444). Euclides entende que esse fato é uma demonstração clara da bravura daquela gente, mas não apenas isso, é também, uma denúncia da miopia da República, pois ao negar-se a avaliar as condições do terreno, da alma aguerrida do homem sertanejo, ao subestimar suas astúcias, a República passa o vexame de cair por mais de uma vez aos pés de jagunços mal equipados e, por vezes, aos pés de mulheres velhas, como descreveu. Ao registrar tais detalhes da luta, Euclides anuncia que a arrogância e a indiferença para com aquela região são não apenas perigosas atitudes da República, mas é até mesmo uma atitude mortal:

Soldados possantes que vinham resfolegando de uma luta de quatro horas, *caíram, alguns mortos por mulheres frágeis. Algumas valiam homens.* Velhas megeras de tez baça, faces murchas, olhares afuzilando faúlhas, cabelos corredios e soltos, arremetiam com os invasores num delírio de fúrias. E quando se dobravam, sob o pulso daqueles, juguladas e quase estranguladas pelas mãos potentes, arrastadas pelos cabelos, atiradas ao chão e calcadas pelo tacão dos coturnos – não fraqueavam, morriam num estertor de feras,

cuspiendo-lhes em cima um esconjuro doloroso e trágico (CUNHA, 1998, p. 447, grifo meu).

Faltou à nação, representada aqui pelo exército republicano, o conhecimento de sua própria terra. Esse desconhecimento, posto em devidas proporções, é também, o desconhecimento de si mesmo. O Brasil não conhece o Brasil. Euclides deixa evidente que as seguidas derrotas do exército em Canudos se deveram principalmente ao desconhecimento do terreno, ao despreparo das tropas, apegadas a uma cultura de empréstimo, marchando como uma coluna prussiana num terreno onde a guerrilha sertaneja era a mais adequada, reforçado pela arrogância com que o Brasil litorâneo sempre olhou para o sertão.

A luta é desigual. A força militar decai a um plano inferior. **Batem-na o homem e a terra.** E quando o sertão estua nos bochornos dos estios longos não é difícil prever a quem cabe a vitória. Enquanto o minotauro, impotente e possante, inerme com a sua envergadura de aço e grifos de baionetas, sente a garganta excicar-se-lhe de sede e, aos primeiros sintomas da fome, reflui à retaguarda, *fugindo ante o deserto ameaçador e estéril, aquela flora agressiva abre ao sertanejo um seio carinhoso e amigo* (CUNHA, 1998, p. 244, grifos meus).

Quando foram vencidos, os soldados da República sofreram mais as agruras do terreno do que aquelas em função das balas inimigas. Quando venceram, não havia do que se orgulhar. Canudos é uma mentira. Eis a vingança de Euclides. Para o autor, vingar é expor o que está oculto debaixo de uma penumbra midiática, é dar a conhecer uma realidade de miséria até então desconsiderada. Ao final do conflito, o jagunço revelou-se mais nobre, mais forte, mais tenaz. O Jagunço realizou proezas morais esperadas naturalmente da parte de oficiais do exército, mas que não vieram, uma vez que os soldados se revelaram o verdadeiro homem mau, agindo barbaramente em vingança ao orgulho ferido apenas. Nesse sentido, Euclides parece esclarecer que todas as demais expedições resultaram do mesmo erro de avaliação da primeira expedição. Daí parece claro que a República continuaria enviando o seu exército para Canudos até que o último homem tombasse, pois ao final, não se tratava mais de unificação da Nação em torno da República como a propaganda oficial alardeava, mas de vingança bárbara. O resultado satisfatório para as forças republicanas não poderia ser outro senão o extermínio do arraial. Nem mesmo a nobreza do inimigo foi percebida como lição por parte da República, posto que o exército cego de sua própria nacionalidade, ataca e mata não um inimigo de fato, mas apenas um compatriota e empedernido defensor do seu próprio lar. No entendimento euclidiano o heroísmo verdadeiro da República era salvar aquele povo da miséria e da ignorância, já que aquele triunfo repugnava, como repugna uma máquina de guerra sobre desvalidos.

Nesse sentido, podemos refletir e indagar: sobre o que lutava o exército republicano em Canudos? A imprensa da época se encarregou de apregoar que se lutava pela unificação do país. A leitura euclidiana, inicialmente litorânea, no sentido de ser equivocada em termos de informação acerca do episódio, por conseguinte, apoiadora da ação repressora da República, toma agora ares de denúncia do anacronismo desta, porque a República reage com brutalidade a um ato de fé sertaneja. Uma fé mistificada, extravagante, sincrética, anacrônica, mas ainda assim, a expressão da alma de um povo que se forjou na miséria, de onde retirava a sua bravura bárbara. A obra *Os Sertões* termina com esta nota triste, em que se denota a desproporção da força e o equívoco da leitura feita:

Mas eram terríveis lances, obscuros para todo o sempre. Raro tornavam os que os faziam. Aprumavam-se sobre o fosso e sopeavam-lhes o arrojo o horror de um quadro onde a realidade tangível de uma trincheira de mortos, argamassada de sangue e esvurmando pus, vencia todos os exageros da idealização mais ousada. E salteava-os a atonia do assombro. Fechemos este livro. Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: *um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados* (CUNHA, 1998, p. 585, grifo meu).

Essa, definitivamente, não é a forma de unificação da nação que Euclides endossaria. Para Euclides da Cunha, aqueles mestiços, aqueles homens simples que defendiam o seu lar, surgem como “o cerne de uma nacionalidade” (CUNHA, 1998, p. 572). Em que sentido? Nossa proposição é que Euclides começa a ver aqui o elemento psíquico procurado para se constituir em elo da nacionalidade, e acha-o na bravura sertaneja. O autor inicia suas análises sobre o tema raça em *Os Sertões* dizendo que “não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca” (CUNHA, 1998, p. 76); mas ao se deparar com os fatos de Canudos é forçado a ver a possibilidade de que o elo exista, mas não necessariamente restrito ao conceito de raça. Esse elo existe como resultado de um conjunto de fatores que envolvem condições históricas, geográficas e morais. Veja-se que, mesmo de relance, quando o autor descreve o clima amazônico nas páginas iniciais de *Os Sertões*, o elemento em destaque é a hostilidade da natureza para com o homem e reconhece de pronto as dificuldades naturais para sua fixação. Essas mesmas condições serão reconhecidas e vencidas pelo sertanejo transplantado para aquelas paragens, deixando transparecer que o elo buscado por Euclides se esconde numa disposição de alma, um querer vencer, uma determinação de constituir-se em nação autônoma, cujo exemplo histórico está patenteado na saga sertaneja que se inicia nas terras secas do Nordeste e prossegue pelas terras molhadas da Amazônia. Percebe-se que o autor,

embora identifique como ruim aquele anacronismo cultural sertanejo no Nordeste, reconhece que o homem sertanejo, na sua luta pela vida no sertão, findou por constituir-se em algo distinto, próprio da interação homem-natureza. Há uma herança espiritual do elemento português, mas há também uma cultura própria, que é bárbara, mas que também é original. É esse elemento que está em confronto com a cultura de empréstimo do Brasil litorâneo e que Euclides vê como um cerne da nacionalidade.

Outro elemento impactante é notado em relação à postura do governo central, historicamente míope na relação Norte/Sul. Sem uma mudança na percepção do Governo com respeito àquela região, não será possível qualquer projeto de nação e a alma sertaneja, na percepção euclidiana, tem muito a contribuir para essa nova visão. Para tanto é preciso vencer o abismo histórico que se abriu entre estas duas faces do Brasil:

Enfeudado o território, dividido pelos donatários felizes, e iniciando-se o povoamento do país com idênticos elementos, **sob a mesma indiferença da metrópole**, voltada ainda para as últimas miragens da "Índia portentosa", abriu-se separação radical entre o Sul e o Norte. Não precisamos rememorar os fatos decisivos das duas regiões. São duas histórias distintas, em que se averbam movimentos e tendências opostas. Duas sociedades em formação, alheadas por destinos rivais – **uma de todo indiferente ao modo de ser da outra**, ambas, entretanto, envolvendo sob os influxos de uma administração única (CUNHA, 1998, p. 87, grifo meu).

Entendemos que essa indiferença prossegue em nossos dias pela relação que ainda se dá entre as duas regiões, uma constituindo-se em parasita da outra. Nunca houve de fato uma nação. Ainda hoje o que temos são Brasis distintos, onde ocorre uma colonização do Sul sobre o Norte, numa espécie de imperialismo impróprio, onde as levas de homens do Sul ainda desembarcam no Norte apenas para o saque, como hordas de piratas. No caso das obras em análise, entende-se que Euclides percebe que o amor do sertanejo pela sua terra é díspar em relação ao sentimento que anima os homens que se introduzem nos sertões vindos de fora. Historicamente as sucessivas levas de homens que adentram os sertões trazem a pilhagem e a extração predatória e descompromissada como elemento principal de suas ações, sem jamais haver aquele ânimo de tornar aquela terra o seu próprio lar²⁰. Não é à toa que, embora pratique a extração das seivas amazônicas, o sertanejo transplantado para a Amazônia, na visão euclidiana não é um invasor, e a razão está em que ele veio para fixar-se, para ser parte

²⁰ Euclides parece ignorar, neste caso específico, as tentativas Holandesas de colonização do Nordeste, cujo ânimo era uma colonização de fixação do homem à terra e não meramente de saque, conforme se pode verificar dos registros da Igreja Protestante Holandesa que se implantou no Brasil.

da paisagem, ao contrário das “gentes adoidadas” que nela penetram apenas para enriquecerem-se e partirem tão logo possível. Ambas as regiões sofrem da mesma prática de pessoas que não se afeiçoam à terra para fazer dela o seu lar, portanto predadores e inimigos da integração sonhada por Euclides.

Encontrada em *Os Sertões*, a título de antecedentes históricos, as palavras seguintes são repetidas quase que *ipsis literis* acerca da Amazônia em *À Margem da História*, mostrado no texto logo a seguir:

O trato do território que recortam as cadeias de Sincorá até as margens do S. Francisco era, havia muito, dilatado teatro de tropelias às gentes indisciplinadas do sertão. Opulenta de esplêndidas minas, **aquela paragem, malsina-a a própria opulência**. Procuram-na há duzentos anos irrequietos aventureiros ferroteados pelo anelo de espantosas riquezas, e eles, esquadrinhando afanosamente os flancos das suas serranias e as nascentes dos rios, fizeram mais do que amaninhar a terra com a ruína das catas e o indumento áspero das grupiarias: legaram à prole erradia e, de contágio, aos rudes vaqueiros que os seguiram, *a mesma vida desenvolva e inútil* livremente expandida na região fecunda, onde por muitos anos foram moeda corrente o ouro em pó e o diamante bruto. De sorte que **sem precisarem despertar pela cultura as energias de um solo em que não se fixam** e atravessam na faina desnorteada de faiscadores, conservam na ociosidade turbulenta a índole aventureira dos avós, antigos fazedores de deserto (CUNHA, 1998, p. 220, grifos meus).

O aventureiro ali vai com a preocupação exclusiva de enriquecer e voltar; voltar quanto antes, fugindo àquela terra melancólica e empantanada que parece não ter solidez para aguentar o próprio peso material de uma sociedade. Acompanha-o, em todas as conjunturas da sua atividade nervosa e precipitada, o espetáculo das cidades vastas, onde brilhará um dia transformando em esterlinos o *oro negro* do caucho. Dominado de todo pela nostalgia incurável da paragem nativa, que ele deixou precisamente para a rever apercebido de recursos que lhe facultem maiores somas de felicidades – atira-se às florestas; enterreira e subjuga os selvagens; resiste ao impudismo e às fadigas: agita-se, adoidadamente, durante quatro, cinco, seis anos; acumula algumas centenas de milhares de soles e desaparece, de repente [...] (CUNHA, 1999, p. 49, grifos meus).

A exploração desordenada praticada por séculos, sob a aprovação do governo central, ou sem o seu controle, seja ele o governo da Metrópole, seja o governo do Império, ou da recém-formada República, fez com que ambas as regiões estacionassem em seu processo civilizatório. Essa expressão é entendida por Euclides como sendo a implantação e o desenvolvimento nas mesmas regiões dos aparatos institucionais e tecnológicos do homem moderno, incluindo o Estado. Sem a fixação do homem na Amazônia, e sem o aprimoramento tecnológico do Nordeste, sem as vias de acesso físicas e culturais que ligasse ambas as regiões ao Sul do país, só poderia ocorrer um descompasso histórico e cronológico entre estas. As regiões dos sertões, bem como o homem sertanejo e o tipo de vida e cultura que ali se fazem

são desconhecidas desse Brasil litorâneo. O Brasil do Norte é invisível aos olhos do Brasil do Sul.

A distância cultural entre os dois Brasis é tamanha que mesmo os soldados da República, homens embrutecidos pela guerra, perceberam esse distanciamento, conforme anotado por Euclides:

[...] viam-se em terra estranha. Outros hábitos, outros quadros, outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pitoresca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. *Sentiam-se fora do Brasil*. A **separação social completa** dilatava a distância geográfica; criava-se a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria (CUNHA, 1998, p. 499, grifos meus).

Causa estranheza, no entanto, a reação dos governos centrais, quando estas regiões se fazem notar pelas revoltas, à semelhança de Canudos, a Cabanagem. Nestes casos o poder central reage como que insultando o homem do sertão, numa espécie de pedagogia da ameaça e da palmatória, semeando o terror. Neste sentido a anotação a seguir:

Os rebeldes seriam destruídos a ferro e fogo[...]. Como as rodas dos carros de Shiva, as rodas dos canhões Krupp, rodando pelas chapadas amplas, rodando pelas serranias altas, rodando pelos tabuleiros vastos, deixariam sulcos sanguinolentos. Era preciso um grande exemplo e uma lição. Os rudes impenitentes, os criminosos retardatários, que tinham *a gravíssima culpa de um apego estúpido às mais antigas tradições*, requeriam corretivo enérgico. Era preciso que saíssem afinal da barbaria em que escandalizavam o nosso tempo, e entrassem repentinamente pela civilização adentro, **a pranchadas** (CUNHA, 1998, p. 255, grifos meus).

Não resta-nos tempo para incluir aqui outros episódios que indicam a indiferença do Governo para com a Região Nordeste e para com o povo nordestino, tão vívidos na escrita euclidiana. Dá-se por satisfeito, partindo do pressuposto de que a obra *Os Sertões* é extremamente lida e conhecida. Podemos concluir esta parte dizendo que na mente euclidiana a integração da nação, mediante a inclusão do Norte e Nordeste na vida nacional, não é meramente uma digressão. É uma necessidade premente. Ao sertão nordestino ainda muito mais, posto que requer não apenas medidas físicas como obras de engenharia, mas ainda medidas culturais que arranquem aquela parte do país do descompasso temporal em que se encontra em relação ao Sul. Cabe ressaltar que Euclides não chega a atribuir ao Brasil litorâneo o modelo para o sertão, mas seu ponto é que o Nordeste está em descompasso histórico com o homem moderno. Embora criticando o modo de vida mimético do Brasil litorâneo, é naquela parte do país que se realiza o tipo de desenvolvimento desejado por Euclides para o Nordeste.

2.3. A integração da Amazônia - uma questão de soberania nacional

Passando para o exame da obra *À Margem da História*, percebe-se que o pensamento do autor é mais nítido. O tema da integração regional aflora mais volumoso. É ali que Euclides irá se constituir como herói nacional, dado que suas teses vieram mesmo a se tornar políticas de governo na região. Falando da influência de Euclides para a região Amazônica, Arthur César Ferreira Reis (2000, p. 57, grifo meu) assim se reporta:

Euclides não deve ser lido, portanto, para nele encontrarmos as verdades científicas devidamente comprovadas. Quando poucos desviavam suas atenções para o extremo norte, **ele soube conduzir a opinião nacional para a primeira meditação acerca dos destinos dele**, obrigações e responsabilidades de que o país precisava tomar consciência. O Brasil, nos dias que correm, **tomou-se da decisão de integrar, definitivamente, a Amazônia, por atos de governo, ao seu complexo de civilização**. A contribuição de Euclides para a criação desse estado de espírito está nos capítulos deste livro, que se divulga, justamente, para realçar a importância da obra daquele brasileiro admirável como consciência cívica e para evidenciar a participação dele, distante, mas efetiva nesse processo de integração.

Desde as primeiras páginas de *À Margem da História* se percebe um Euclides atento às condições sociais da região amazônica. Olha-a com lente de aumento, posto que já está habilitado pela experiência no sertão nordestino. Vê o que outros não o conseguem, enxerga a injustiça campeando os beiradões. Aponta a solução sem titubear:

Mas todos esses males, que fora longo miudear, e que não velamos, provêm, acima de tudo, do fato meramente físico da distância. Desaparecerão, desde que se incorpore a sociedade sequestrada ao resto do país, e para isto requer-se, desde já, como providência urgentíssima, o desenvolvimento da navegação até o último ponto habitado, completada pelo telégrafo, ao menos entre Manaus e Boca do Acre (CUNHA, 1999, p. 311).

Antes, porém, de examinar o tema integração da Amazônia, cabe ressaltar aqui o que venha a ser uma terra sem história, ou à margem da história, no entendimento euclidiano. Do exame dos escritos, se verifica que o autor denominou sob o título *Terra Sem História* toda a região amazônica, o que suscita a necessidade de verificação do que venha a ser esta afirmação. É no capítulo *Um Clima Caluniado* que surgem as primeiras definições, quando diz:

O recém-vindo do Sul chega em pleno desdobrar-se daquela azáfama tumultuária, e, de ordinário, sucumbe. Assombram-no, do mesmo lance, a face desconhecida da paisagem e o quadro daquela sociedade de caboclos titânicos *que ali estão construindo um território*. Sente-se deslocado no espaço e no tempo; não já fora da pátria, senão arredio da cultura humana, extraviado num recanto da floresta e *num desvão* obscurecido da História (CUNHA, 1999, p. 30, grifos meus).

Das palavras acima se percebe que, para Euclides, a História é produto do trabalho humano. Ela resulta da cultura. E a cultura, por sua vez, ocorre entre os homens. É no ajuntamento humano que este homem constrói o seu mundo e, desse modo, faz a sua história. Neste sentido, Euclides entende como fatos históricos a serem lidos como sendo a obra humana sobre a terra, seja ela a construção simbólica do mundo, seja ela a cultura material. Vejamos outra referência onde o conceito surge com mais nitidez:

O primitivo explorador vai, afinal, ajustando-se ao solo, sobre o qual pisou durante tanto tempo indiferente. As suas barracas desafogam-se nas **derrubadas**; e já nas praias, que as vazantes desvendam, já nos “firmes”, a cavaleiro das cheias, se delineiam **as primeiras áreas de cultura**. Os tristonhos barracões cobertos de folhas de ubuçu, transmutam-se em vivendas regulares, ou amplos sobrados de pedra e cal. Sebastopol, Canacori, São Luís de Cacianã, Itatuba, Realeza, e dezenas de outros sítios do baixo Purus; Liberdade e Concórdia, nos mais longínquos trechos, com as suas casas numerosas, que se arruam às vezes ao lado de pequenas igrejas, ampliam-se em verdadeiras vilas. São **a imagem material do domínio** e da posse definitiva. A evolução é, desse modo, tangível. Delatam-se até os nomes originais, extravagantes alguns, mas eloqüentes todos, das primitivas e das recentes fundações. **Na terra sem história os primeiros fatos escrevem-se, esparsos e desunidos, nas denominações dos sítios**. De um lado está a fase inicial e tormentosa da adaptação, evocando tristezas, martírios, até gritos de desalento ou de socorro; e o viajante lê nas grandes tabuletas suspensas às paredes das casas, de chapa para o rio: Valha-nos Deus, Saudade, São João da Miséria, Escondido, Inferno [...]. De outro um forte renascimento de esperanças e a jovialidade desbordante das gentes redimidias: Bom Princípio! Novo Encanto, Triunfo, Quero Ver! Liberdade, Concórdia, Paraíso... (CUNHA, 1999, p. 37, grifos meus).

Nota-se que a construção material, a derrubada de áreas para cultivo, a presença humana na área e até mesmo os ânimos que se revolvem na luta contra a natureza, são os elementos que Euclides atribui à História. É, portanto, a ausência em grande escala desses atributos sobre a região amazônica que faz com que Euclides não apenas a chame de Deserto, mas que a denomine como Terra Sem História. Introduzir a região amazônica na história, no sentido euclidiano, é integrá-la ao processo industrial em curso nas sociedades europeias e Estados Unidos, firmando-a numa cultura diversa da simples extração dos produtos da floresta que leva ao nomadismo e/ou ao vazio demográfico. Neste sentido, a História euclidiana é uma história muito próximo ao Capitalismo, muito embora não haja elementos claros de que ele endossaria o próprio Capitalismo predatório como modo de produção e que era o praticado nos seus dias noutros países. Considerando a crítica que Euclides realiza aos Caucheiros, dificilmente ele endossaria uma exploração industrial da Amazônia que representasse danos à

floresta²¹, ainda que isso pareça contraditório com a sua proposta de integração. Vê-se, no entanto, que a bravura sertaneja é enaltecida em muito, exatamente porque, fixando-se na terra, está escrevendo a história daqueles sertões.

Continuando, podemos afirmar que a Integração proposta por Euclides para a Amazônia possui três frentes: leis sociais justas, povoamento e infraestrutura. Antes da viagem ao Purus, Euclides já escrevia sobre a questão da integração da Amazônia. Os dois artigos publicados em maio de 1904 no jornal O Estado de São Paulo – “Contra os Caucheiros” e “Entre o Madeira e o Javari” – dão conta dessas preocupações, onde a suma se faz em termos de reconhecimento do abandono da região, razão porque lha chama de Deserto. Ali também enaltece a perfeita adaptação do caboclo para a defesa do território em melhores condições do que a própria Força Regular, o exército republicano neste caso, e a convicção de que o processo de ocupação da região é inevitável. Nesse caso, a luta então será tornar a Amazônia verdadeiramente nacional, sob pena de perdê-la.

2.3.1 Leis sociais justas como sinal da presença do Estado

O olhar de Euclides se detém demoradamente sobre o fato de que as explorações feitas até então na região não são objeto de preocupação racionalizada do Governo, como já foi dito. Porque feita desordenadamente, essa exploração não poderia resultar em algo mais elevado do que uma defraudação das forças, tanto naturais, quanto da mão-de-obra empregada – o sertanejo. Quando Euclides se refere à ocupação desordenada, ou à gandaia, como se expressou, essa afirmação existe num contexto de crítica ao poder central do país, pois o que logo saltou aos seus olhos no trato do assunto foi a quase completa ausência dos resguardos administrativos dessa ocupação. Uma coincidência natural veio estabelecê-la em favor do Brasil, pois em tudo poderia ter sido um fracasso se não fora a diferença básica entre a árvore do caucho e a árvore da seringa. Enquanto o caucho se extrai pela derrubada da árvore, portanto sem oportunidade de a árvore se reerguer, o látex da seringueira se extrai com pequenos cortes que possibilitam a reabilitação da árvore, ou no mínimo uma exploração mais duradoura. O caucheiro é um nômade incorrigível, já o seringueiro é um extrator adstrito a uma estrada permanente. Para completar a coincidência em favor do Brasil, a seringueira nasce em contiguidade com as possessões tradicionalmente brasileiras.

²¹ Leandro Tocantins enaltece a postura de Euclides chamando-se de o primeiro engenheiro ecólogo do Brasil (TOCANTINS, 1978, p. 147).

Bem mais justas do que as relações sociais advindas da exploração do caucho, mas ainda assim injustas, a exploração da seringueira se dá em meio da “mais criminosa organização do trabalho” (CUNHA, 1999, p. 13). O que se pratica nos seringais é uma anomalia que reduz o seringueiro a um tipo de escravo, segundo o olhar euclidiano, resultado do descompasso histórico da região em relação aos centros mais avançados, posto que ali se pratica mesmo uma relação de trabalho feudal, onde o seringueiro patrão se traveste de senhor feudal, distante de qualquer noção de Estado e Governo no sentido republicano. Adstrito a contratos draconianos, o morador dos seringais diretamente ligado à extração sequer está livre para construir uma casa digna de sua pessoa, sujeito que está a qualquer momento de ser expulso dali, como citado acima. Essa descrição do quadro do seringal é surpreendente, pois aparentemente é um dos fatores componentes do segundo tópico das preocupações de Euclides, o povoamento, que será tratado mais adiante. Neste ponto, ela serve para sustentar a nossa proposição de que para Euclides, a integração da região perpassa necessariamente pelo advento de novas relações sociais que se traduzem pela presença de leis justas e Estado presente e atuante na região.

Amory (2009) interpretando o evolucionismo de Euclides, diz que o autor acreditava no progresso material da humanidade pelo industrialismo, mas que o Brasil teria que lançar mão do Estado para o fomento dessa possibilidade de progresso. Essa posição se coaduna com a posição referida mais à frente, quando tratarmos da integração por meio de obras de infraestrutura. Diz o autor:

Euclides tinha plena consciência de que o Brasil, que acabou de iniciar sua jornada para tornar-se uma nação independente, não podia prescindir "do prestígio oficial do governo", obrigado como é não só a manter a lei e a ordem, *mas também a implantar 'os primeiros elementos do progresso'* (AMORY, 2009, p. 105-6, grifo do autor).

Ainda sobre a questão das injustiças sociais que se praticava na Amazônia no âmbito dos seringais, verifica-se em Leandro Tocantins (1982), uma interpretação desse quadro social no período áureo da borracha em que se identifica o seringueiro patrão como um senhor de escravos, semelhante ao senhor de engenho. O autor afirma que, por vezes, o seringueiro era mesmo aviltado no seu corpo por meio de castigos violentos. Diz, ainda, que o regime mono extrator da borracha afastou as populações de outras atividades produtivas e aristocratizou a figura do seringueiro patrão em detrimento da figura aviltada do seringueiro extrator, além de dar lugar ao aparecimento de latifúndios. Sobre o quadro social do período o autor assim afirma:

O patrão, dono de seringal, seringalista na linguagem posterior ao grande rush da borracha, foi a personalidade mais frisante que surgiu na Amazônia, paralela em riqueza psicossocial à do senhor de engenho, de quem imitou muitos modismos, fato explicável pela origem das populações, que vieram, todas, do Nordeste para a Amazônia. Como nos canaviais, o regime patriarcal imperou no seringal, ao lado do complexo social e de cultura, monoextrator e assalariado. Assalariado *sui generis*, sem definir bem se havia relações de salário ou de sociedade de indústria. O real, porém, é que o seringueiro, embora livre fisicamente, constituía-se num escravo moral do patrão pela dependência econômica, rígida, e às vezes, até mesmo num genuíno escravo, vítima de castigos corporais, tolhido nas liberdades que fundamental a existência livre (TOCANTINS, 1982, p. 103).

Essas relações sociais injustas são advindas da ausência do Estado. A distância do Estado como regulador das relações e a indiferença do governo para com a região é tanta que pode ser facilmente percebida no simbolismo dos degredos. A Amazônia tantas vezes foi feita a terra dos degredados²². Talvez seja essa a razão por que a descoberta, a exploração, o auge gomífero e a derrocada da borracha tenha-se dado quase que totalmente à revelia do Estado. Nesse sentido, ainda Tocantins (1982) se refere à atuação do comércio inteiramente nas mãos das casas de financiamentos, chamadas de Casas Aviadoras, localizadas principalmente em Belém, ocupando lugar de instituições como o Banco do Brasil, por exemplo, que só tardiamente abriu uma agência em Belém:

É que por Belém e Manaus transitavam as grandes safras de borracha de exportação, e entravam as mercadorias destinadas ao consumo interno. À sombra desses fatos da geografia econômica cresceram organizações comerciais para dar a necessária movimentação de bens e de riquezas da terra. Não existindo uma rede bancária para financiar a produção, as chamadas "casas aviadoras" preencheram o seu posto, abrindo crédito ao dono do seringal, em forma de mercadorias e gêneros, crédito resgatável pela entrega da safra produzida no ano de fábrica. As casas aviadoras, por sua vez, estavam presas às casas exportadoras que monopolizavam o comércio de exportação da borracha, todas estas agentes dos grandes trusts de Liverpool, Hamburgo e Nova York (TOCANTINS, 1982, p. 106-7).

As anotações de Euclides poderiam se prolongar em muito, diz ele, daí que parte logo para o ponto que lhe interessa, trazer ao conhecimento do restante do país o estado deplorável em que encontrou o seringueiro, alertando que é preciso mudar aquela situação:

Esta resenha comportaria alguns exemplos bem dolorosos. Fora inútil apontá-los. Dela ressalta impressionantemente a urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: **uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem**; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma

²² Durante algum tempo as personagens indigestas ao poder dirigente na nação tinham como destino o degredo para a região amazônica. Neste sentido ver: Gomes (2013, p. 356), bem como Amory (2009, p. 102), ambos se referindo ao episódio perpetrado pelo Marechal Floriano Peixoto, quando do exercício da Presidência.

forma qualquer do homestead que o consorcie definitivamente à terra (CUNHA, 1999, p. 15, grifo meu).

Não escapa ao olhar de Euclides o fato de que sem novas relações sociais mais justas a integração seria impossível. Era preciso ajustar o relógio da região amazônica ao século XX, pois segundo a sua percepção, a região caminhava estranhamente num nomadismo prejudicial e atrasado, o que resultava em instabilidade social e relações feudais de trabalho. A história deveria ser construída com uma nova relação do homem com a terra, pois a daquele momento, o deixa vulnerável.

Não o ligam sequer à terra. Um artigo do famoso 'Regulamento' torna-o eterno hóspede dentro da própria casa. Citemo-lo com todo o brutesco de sua expressão imbecil e feroz: Todas as benfeitorias que o liquidado tiver feito nesta propriedade perderá totalmente o direito uma vez que se retire. Daí o quadro doloroso que patenteiam, de ordinário, as pequenas barracas. O viajante procura-as e mal descobre, entre as sororocas, a estreitíssima trilha que conduz à vivenda, meio afogada no mato. É que o morador não despense o mais ligeiro esforço em melhorar o sítio de onde pode ser expelido em uma hora, sem direito à reclamação mais breve (CUNHA, 1999, p. 15).

Pioneiro a perceber a situação vivencial do trabalhador da floresta, Euclides não deixou escapar as péssimas condições de alimentação do seringueiro, notando que esta, se dava basicamente de conservas. Assim pudera, posto que o seringueiro trabalhava só e tinha a obrigação de percorrer toda a estrada, de modo que pouco tempo lhe restava para outros fins, pelo que se alimentava precariamente, ainda que diante de uma natureza fértil e farta de animais de caça e pesca. Tocantins (1982) faz menção dessa condição de subsistência do seringueiro, afirmando que a ganância pelo látex era tamanha, que ocupava todos os braços disponíveis, a ponto de minguar a quase zero a produção de alimentos agrícolas, abrindo caminho para as importações de enlatados, principalmente da Europa. De acordo com o autor:

[...] Ao esmiuçar-se as notas de fornecimento para os seringais, há uma revelação surpreendente, que é a numerosa lista de alimentos em conserva: carne de bife, carne-seca, salmão, sardinhas portuguesas, toucinho, chouriço, atum, ervilhas, doces enlatados, leite condensado, camarões em conserva, queijos da Holanda, manteiga francesa, bacalhau português [...] (TOCANTINS, 1982, p. 110).

Com os enlatados vieram também as enfermidades, decorrentes de uma alimentação precária, dentre as quais, o Beribéri, que serviu para engrossar o coral de infamantes da região. Da análise do material euclidiano, percebe-se, porém, que o caboclo não se submete a essas relações desiguais inconscientemente. Segundo nosso entendimento essa consciência da situação degradante das relações de trabalho e produção por parte do sertanejo se evidencia na obra euclidiana em dois quadrantes, um exterior ao seringueiro e outro psíquico. Não obstante

a percepção de sua tragédia, a emancipação apresenta-se em condições tão remotas que tem aparência de sonhos. Sobre o primeiro quadrante Euclides da Cunha evidencia a condição de desterrado do sertanejo. Essa condição soma-se às agruras das secas que ainda assombram a alma desse sujeito, de modo que seu olhar é sempre para frente, nunca para trás. Ainda que as circunstâncias aparentes indiquem o contrário, ele veio para ficar, e veio para ficar porque ainda que sonhe um retorno, a dívida com o patrão o impedirá de sair por longos anos. Neste ponto, se verifica que Euclides não romantiza essa situação, embora imprima às suas páginas profundo lirismo, conforme já apontado. No entanto o autor exprime um certo exagero na rigidez dessas relações. Vejamos o que nos diz sobre a percepção do seringueiro extrator:

Fugir? Nem cuida em tal. Aterra-o o desmarcado da distância a percorrer. Buscar outro barracão? Há entre os patrões, acordo de não aceitarem, uns os empregados de outros, antes de saldadas as dívidas, e ainda há pouco tempo houve no Acre numerosa reunião para sistematizar-se essa aliança, criando-se pesadas multas aos patrões recalcitrantes. Agora, digei-me, que resta no fim de um quinquênio do aventureiro sertanejo que demanda aquelas paragens, ferretoado da ânsia de riquezas? (CUNHA, 1999, p. 15).

Por outro lado, examinando a obra *Amazônia, a terra e o homem*, é possível avaliar o exagero de Euclides. Escrevendo sobre essa mesma questão, Araújo Lima evidencia que a relação entre o seringueiro patrão e o seringueiro extrator não era tão rígida a ponto de impedir o saldo, bem como que, de fato, o saldo ocorria frequentemente. Mesmo o tão sonhado retorno ao Nordeste se iniciava, mas em decorrência do isolamento exacerbado e mantido por longo tempo, usualmente o seringueiro extraviava seus ganhos em gastanças em Manaus ou Belém e findava por não completar a viagem, tendo de se entregar outra vez à servidão do patrão (LIMA, 1975, p. 91). É evidente que Araújo Lima está em situação mais privilegiada do que a de Euclides, seja por ser-lhe posterior em quase duas décadas, seja pelo avanço das análises sobre a região impulsionadas pelo próprio Euclides, seja ainda pelo fato de que Araújo Lima se localiza no período pós fausto do látex. O certo é que Araújo Lima apresenta uma análise mais consistente e profunda dessa relação seringueiro extrator-patrão-aviador ou casas aviadoras. O autor identifica que o real problema da economia gomífera da região amazônica era o crédito fácil, o desregramento das despesas que geravam a carestia e ausência do Estado, de modo que, mesmo no período de fausto do látex, a economia da região já se encontrava ferida de morte.

Prosseguindo, vejamos agora o segundo quadrante. Euclides da Cunha notou essa consciência de relações sociais extravagantes encenada na farra do Judas Asveros. Segundo o entendimento euclidiano, quando o seringueiro extrator realizava a farra do Judas, na verdade,

ele estava punindo a si mesmo, inconscientemente, e de maneira teatralizada. Pune-se por ter caído na ambição da riqueza. Essa autopunição inclui também a consciência das agruras pelas quais passa na nova terra, vingando-se da sua realidade escorchante pelo extravasamento de si mesmo para um ícone do Judeu Errante, feito à sua semelhança, conforme afirmou. Vê-se que o elemento consciência social atribuída por Euclides ao seringueiro extrator tem pouco efeito sobre ele mesmo, no sentido de melhoramentos dessa relação de exploração. Tanto o quadrante exterior, quanto o quadrante psíquico dessa consciência, não resultaram em qualquer mobilização social do tipo a provocar mudanças no quadro histórico. Curiosamente, o elemento consciência de nacionalidade foi mais evidente e mobilizadora da ação coletiva do Caboclo Titânico, posto que o levou a enfrentar conflitos armados com os vizinhos bolivianos, na defesa do território ocupado no Acre (TOCANTINS, 1978, p. 106).

2.3.2 O povoamento e a luta contra o deserto

O segundo ponto que sugerimos ter sido abordado por Euclides da Cunha na questão da integração é o Povoamento. Esse tema aparece em contraste com a imensidão do território a ser integrado. Aqui, o autor se utiliza de uma palavra: deserto. São vinte e duas repetições do mesmo termo, estando assim distribuídas: seis vezes no capítulo “Um Clima Caluniado”, oito vezes em “Os Caucheiros”, seis vezes em “Brasileiros”, e duas vezes em “Transacreana”. São muitíssimas vezes em Os Sertões e outros escritos. Os sentidos da palavra Deserto usados nos escritos amazônicos são sempre similares e incluem: sete vezes no sentido de desabitado, três vezes no sentido de confins, distante, uma vez no sentido de atrasado, dificultoso, isolado, bruto, sertão, bárbaro, hostil e quatro vezes no sentido de incivilizado. Tudo isso para dar força a um quadro que precisa ser mudado em razão de que a natureza ali vence o homem. cremos já estar estabelecido que é sempre o homem que interessa a Euclides, considerado aqui os limites dessa observação, visto que Euclides não incluiu o índio como participante do seu projeto de integração. Apesar disso, ele não esteve insensível à situação do nativo. Veja-se que em Os Caucheiros, o elemento indígena aparece como uma das vítimas do explorador do Caucho, ao lado da própria natureza. São tratados à bala de rifle. São deixados insepultos. Quando mulheres, elas são dadas como regalo. Um dos momentos mais líricos da escrita do capítulo Os Caucheiros é a respeito da vitimização do nativo Piro, amauaca ou campa que encontra pelo caminho:

Esta cousa indefinível que por analogia cruel sugerida pelas circunstâncias se nos figurou menos um homem que uma bola de caucho ali jogada a esmo, esquecida pelos extratores – respondeu-nos às perguntas num regoço quase

extinto e numa língua de todo incompreensível. Por fim, com enorme esforço levantou um braço; estirou-o, lento, para a frente, como a indicar alguma cousa que houvesse seguido para muito longe, para além de todos aqueles matos e rios; e balbuciou, deixando-o cair pesadamente, como se tivesse erguido um grande peso: “Amigos”. Compreendia-se: amigos, companheiros, sócios dos dias agitados das safras, que tinham partido para aquelas bandas, abandonando-o ali, na solidão absoluta (CUNHA, 1999, p. 51-2).

O deserto é hostil, mas é domável. Euclides encontra a prova desse domínio no Acre e atribui essa conquista à bravura do Caboclo Titânico, aquele que vira triunfar sobre a seca do sertão nordestino. O autor assim se expressa quando percebe que, não obstante a hostilidade do deserto, o homem avança sobre ele, tornando-o mais próximo do ideal produtivo que Euclides tem em mente:

As gentes que a povoam talham-se pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: **domam-na**. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. **Estão amansando o deserto**. E as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem [...]. E não desapareceram. Ao contrário, em menos de trinta anos, o Estado que era uma vaga expressão geográfica, **um deserto empantanado**, a estirar-se sem lindes, para sudoeste, **definiu-se de chofre, avantajando-se aos primeiros pontos do nosso desenvolvimento econômico** (CUNHA, 1999, p. 29, grifos meus).

Euclides vê no modelo extrativista implantado no Acre um atraso à ocupação populacional da área, ocupação esta que é, na sua visão, fator fundamental de integração da região ao restante do país. Ao contrário dos caucheiros destruidores da floresta e do elemento nativo, o seringueiro tem a preferência de Euclides, uma vez que este se fixa na área explorada. Entretanto, ainda assim, esse modelo está longe de agradá-lo. Há escassez de pessoas na região, e isso é resultado em grande medida do tipo de exploração que se pratica ali:

O homem é um solitário. Mesmo no Acre propriamente dito, onde a densidade maior das árvores de borracha permite a abertura de 16 estradas numa légua quadrada, toda esta área capaz de sustentar, de acordo com a unidade agrícola corrente, cinquenta famílias de pequenos lavradores, requer a atividade de oito homens apenas, que lá se espalham e raramente se veem. Calcule-se um seringal médio, de duzentas “estradas”: tem cerca de 15 léguas quadradas; e este latifúndio, que se povoaria à larga com 3.000 habitantes ativos, comporta apenas a população invisível de 100 trabalhadores, exageradamente dispersos. **É a conservação sistemática do deserto**, e a prisão celular do homem na amplitude desafogada da terra (CUNHA, 2000, p. 335, grifo meu).

O ideal euclidiano para a região aparece em forma poética. Euclides chama a ação civilizadora de aformoseamento da terra. Somente o homem que se fixa na terra, sem o desejo

de abandoná-la, e agrupa-se em comunidade poderá configurá-la para um ambiente de conforto humano mais próximo daquele padrão urbano que o autor tem em mente, dando início à escrita da história na região. A acurácia de Euclides foi capaz de detectar o ânimo do povoador na sua luta contra o deserto. De maneira eloquente Euclides percebe que enquanto o sertanejo sobe o rio e vai se colocando nas paragens, ele expressa temor frente àquela imensidão desértica. Daí é que o sítio onde se fixa é batizado com nomes do tipo de Valhanos Deus. Subindo mais o rio, agora mais refeito de seu horror, batiza os lugares com nomes mais felizes. É o resultado da aclimação que avança sobre o corpo do homem, e este homem aclimado com a região, recobra suas antigas feições de bravura sertaneja e vê acontecer o “renascimento de esperanças e a jovialidade desbordante das gentes redimidas: Bom Princípio! Novo Encanto, Triunfo, Quero Ver! Liberdade, Concórdia, Paraíso [...]” (CUNHA, 1999, p. 36-7). E conclui em tom animado:

À medida que se sobe o rio a renascença se acentua. Passada a confluência do Acre vai-se, em vários trechos, entre as estâncias que se defrontam ou se ligam às margens, como se se percorresse cultíssima paragem há muito descoberta. Nada mais do tosco e do brutesco dos primitivos abarracamentos. Em Catiana, em Macapá, como nas demais a montante, até a última, Sobral, com a minúscula plantação de cafeeiros que lhe bastam ao consumo, *nota-se em tudo, da pequena cultura que se generaliza, aos pomares bem cuidados, o esforço carinhoso do povoador que aformoseia a terra para não mais a abandonar* (CUNHA, 1999, p. 38, grifo meu).

É certo que o esforço pessoal do caboclo em se fixar é exitoso, segundo o percebe Euclides, no entanto ele é ainda limitado em razão do imenso vazio populacional da região. Esse povoamento deve ser apressado, ainda mais porque Euclides tem em mente que sem esse povoamento regular, a própria soberania nacional na região estará ameaçada, visto que os vizinhos peruanos têm o seu próprio projeto de ocupação do oriente. Para tanto é preciso que o governo socorra ao homem da floresta no sentido de encurtar-lhe as distâncias.

2.3.3 Obras de Infraestrutura como elemento fomentador do progresso

Intimamente ligado ao tema do povoamento, a luta contra a natureza e contra o isolamento se faz mediante Obras de Infraestrutura. Do mesmo modo sugerido em Os Sertões, onde as obras de engenharia tenderiam para a facilitação da vida do homem sertanejo, na Amazônia, elas deveriam vir ainda como instrumentos de ocupação da região. Para Euclides, os leitos de rios e igarapés que cortam a região, se por um lado permitem o acesso fácil às riquezas do extrativismo, por outro, escravizam o homem ao imobilismo. Deixam-no adstrito a direções contínuas e obrigatórias, porque entre um curso de água e outro se lhe interpõe a

floresta densa, agravado pelo fato de os leitos dos principais rios não se comunicarem. Euclides entende que o extrativismo deve ser substituído pela cultura permanente, meio único de libertá-lo do próprio senhorio que os rios exercem sobre ele:

Entre um curso d'água e outro, a faixa da floresta substitui a montanha que não existe. **É um isolador. Separa.** E subdividiu, de fato, em longos caminhos isolados, as massas povoadoras que demandavam aquela zona. Viu-se então, de par com primitivas condições tão favoráveis, este reverso: **o homem, em vez de senhorear a terra, escraviza-se ao rio.** O povoamento não se expandia: estirava-se. Progredia em longas filas, ou volvia sobre si mesmo sem deixar os sulcos em que se encaixa – tendendo a imobilizar-se na aparência de um progresso ilusório, de recuos e avançadas, do aventureiro que parte, penetra fundo a terra, explora-a e volta pelas mesmas trilhas – ou renova, monotonamente, os mesmos itinerários da sua inambulação invariável (CUNHA, 1999, p. 73, grifos meus).

O resultado imediato desse domínio dos rios sobre o povoamento amazônico é que, de maneira lógica, ele provoca enormes vazios populacionais, enquanto as populações existentes se concentram no estirão das calhas principais. Ligados pelos rios, mas ainda assim isolados, posto que o caminho do rio não se mede em quilômetros, mas em dias de viagem. Daí o autor vaticinar a solução: “Ora, este aspecto social desalentador, criado sobretudo pelas condições em começo tão favoráveis, dos rios, corrige-se pela ligação transversa de seus grandes vales” (CUNHA, 1999, p. 73). E como observador atento, Euclides constata que o caboclo já encontrou esta solução possível. O reagir do caboclo às adversidades geográficas dadas é tão original e válido que o engenheiro Euclides a ele se une e concede-lhe de bom grado a sua chancela. O caboclo corta a floresta em direção transversa ao leito dos principais rios, abrindo sulcos por terra a que chama de varadouro e que fazem ligação rápida de uma calha a outra. É a insubmissão máxima do caboclo, diz Euclides. Carregando por terra o barco que o carrega, lançando-lhe em calhas novas sem que se submeta aos volteios e da necessidade de chegar até às embocaduras dos rios, o caboclo vence o isolamento.

E do Acre para o Iaco, para o Tahuamano e para o Orton; do Purus para o Madre-de-Dios, para o Ucaiali, para o Javari, trilhando aforradamente o território em todos os quadrantes, os acrianos, despeados do antigo traço de união do Amazonas longínquo, que os submetia, dispersos, ao litoral afastado, vão em cada uma daquelas veredas atrevidas, firmando um símbolo tangível de independência e de posse (CUNHA, 1999, p. 74).

Euclides enxerga esse impulso caboclo como o enlevo faltante para a integração e posse final da Amazônia pelos brasileiros. Porém, vai além da reação ligeira do caboclo e enxerga sobre os varadouros os trilhos reluzentes de uma ferrovia, a Transacreana. E que não venham os temerosos levantarem questões de dificuldades naturais, se defende o autor, pois “a engenharia existe para vencê-las” (CUNHA, 1999, p. 77), argumenta. Crente no progresso,

Euclides não apenas acredita piamente na viabilidade da ferrovia Transaccreana, mas propõe que a infraestrutura instalada na região irá criar a sua própria demanda, garantindo assim não só o fim do isolamento, mas também, a integração de um deserto ao restante do país, além de que irá mesmo tornar-se um instrumento de paz entre as nações sul americanas:

Sem dúvida, de uma tal superestrutura, a que se liga o imperfeito do material rodante, de tração ou transporte, resultará reduzidíssima capacidade de tráfego. Mas a linha acreana, a exemplo da Union Pacific Railway, não vai satisfazer um tráfego, que não existe, senão criar o que deve existir (CUNHA, 1999, p. 79).

Portanto, parece claro que os três pontos da integração euclidiana estão entrelaçados entre si. As obras de infraestrutura trarão o povoamento regular e seguro, ao mesmo tempo em que o fim do isolamento permitirá que não haja mais lugar a sistemas de exploração desumanizada do homem da floresta, alcançando-se leis mais justas. É o próprio autor quem defende a sua tese, dizendo:

É o que sucederá com a que prefiguramos. Das primeiras linhas deste artigo ressaltam-lhes os efeitos sociais, que se não pormenorizam por demasiado intuitivos, nos múltiplos aspectos que vão do simples fato concreto da **redistribuição do povoamento** – locando-se com segurança os núcleos coloniais ou agrícolas e demarcando-se legalmente as terras indivisas – à **gerência mais pronta, mais desimpedida, mais firme, dos poderes públicos**, que hoje ali se triparte, desunida, em sedes administrativas impostas exclusivamente pelas vicissitudes geográficas. Tais resultados por si sós bastariam a justificar excepcionais dispêndios (CUNHA, 1999, p. 78, grifos meus).

Como autor imbuído de uma missão, Euclides desceu até o mais profundo da alma amazônica no estreito espaço que dela percorreu, numa viagem ao Purus apenas. Nenhum outro autor, no entanto, havia enxergado até então, a solidão do caboclo do beiradão como algo ruim, como algo ante humano. Ninguém melhor do que ele viu a necessidade de tornar a posse brasileira de vastas regiões do Norte uma realidade tangível, pois desde as eras mais remotas da colonização portuguesa no Brasil, a Amazônia é mero apêndice, ou quando não, é prostituta de fácil e passageiro deleite.

As questões levantadas por Euclides quanto à Integração da Amazônia ao restante do País não se esgotaram nele mesmo. Prosperaram em forma de políticas governamentais posteriores. Suas teses foram debatidas. No entanto, a mística do caminho do seringueiro extrator parece ter-se impregnado na nossa História. Sim, segundo a conceituação euclidiana exposta acima, hoje temos alguma história. Nossa acanhada Manaus, continua acanhada em diversos tópicos de sua vida urbana, mas definitivamente se fez uma grande metrópole em

pleno deserto. Extraordinariamente, num lugar onde não se encontram rochas para uso na construção, o caboclo amazonense construiu uma cidade, contrariando todas as expectativas. Todavia, ainda vivemos em círculos, ou em ciclos, como se não houvéssomos saído da estrada de corte, pois o tema isolamento persiste e nossas distâncias ainda continuam sendo medidas em dias. Os rios ainda são nossos senhores. Nossas estradas ainda se abrem e fecham-se diante de nós e do nosso futuro. E nosso enlevo espiritual ainda é iniciante. As chuvas de New Orleans ainda atraem a muitos, mais intensamente do que as chuvas que caem na nossa Praça de São Sebastião, cujos barcos de cobre apontando sua proa para os continentes nos são como um presságio, um convite a partir.

Inegável o vínculo entre o Plano de Integração Nacional - PIN, de 1970 do governo de Emílio Garrastazu Médici com as ideias euclidianas. A divergência está na localização e no tipo de infraestrutura proposta. Euclides pretendia ligar as principais calhas dos rios Juruá e Purus por meio de uma ferrovia, abrindo espaço para o aproveitamento racional dos rios e dos espaços despovoados do centro da planície. O Governo Militar de Médici, por meio do Decreto-lei número 1.106 em 16 de junho de 1970, propôs construir 15 mil quilômetros de rodovias, 3.300 km somente na linha leste a oeste, pertencente à BR-230, batizada de rodovia Transamazônica. O restante incluía duas linhas inclinadas e quase em paralelo, a primeira ligando Cuiabá a Santarém no Pará e outra rumando para o extremo norte, de Porto Velho a Boa Vista. E como Euclides nos ensinou, a Amazônia perde-se mesmo na sua própria grandeza. Uma vez abertas essas enormes vias, logo o sonho da integração naufragou em decorrência dos enormes e dispendiosos esforços de manutenção. Ao que parece a ideia euclidiana persiste no sentido de que o Estado deve realizar as obras de infraestrutura para criar a demanda e não em razão de uma demanda existente. Foi assim com as rodovias do PIN. Foi assim em nossos dias com a Ponte Rio Negro que liga Manaus de uma margem a outra deste rio. O isolamento diante da imensidão do espaço é sempre a nossa justificativa para os investimentos. No entanto, parece que a tão sonhada demanda não surgiu dos empreendimentos rodoviários do PIN, ou se surgiu, foi abafada pelos novos e poderosos interesses que pairam sobre a região. Surgirá, porventura do custoso empreendimento da Ponte sobre o Rio Negro? Inegável o seu valor estético, paisagístico e até humano. Ainda aguardamos para saber o que fazer. As cobiças sobre a região persistem. As disputas teóricas ainda não definiram se há floresta porque chove muito, ou se chove muito porque há floresta. Ainda somos carentes de uma teoria geral da Amazônia. O gigantismo da região ainda nos engole. A indiferença do governo federal para com a região permanece, como permanece

virado de costas para a Amazônia o Brasil litorâneo. O tempo de serviço na Amazônia ainda se conta em dobro, como se continuássemos a terra dos degredos. Manaus é nossa cidade-estado e cidades mínimas dos beiradões ainda são a terra do vai-quem-quer. Nestes termos, Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha ainda está vivo.

CAPÍTULO 3 – PAISAGEM E FILIAÇÃO: a janela por onde Euclides olha o mundo

Não temos, em suas cartas, qualquer menção a seu segundo lar adotivo em São Fidélis. Contam, porém, que seu maior prazer em São Joaquim era contemplar um vale grandioso na junção de quatro montanhas, o Valão dos Milagres, que se podia avistar melhor do alto de um angico, em frente da "casa grande" da fazenda. FREDERIC AMORY, 2009).

3.1. Fundamentos conceituais

A fazenda Saudade, Arraial de Santa Rita do Rio Negro, atual distrito de Euclidelândia, Cantagalo, há 390 km da Capital, Rio de Janeiro, assim como toda a região circunvizinha se constitui de ondulações montanhosas, resultantes da influência que exerce sobre a região o complexo da Serra do Mar. A altitude do lugar é de 391 metros, com relevo fortemente ondulado, alternando morros se mostram arredondados com encostas que variam em 30° e 40° graus, conhecido como “mares de morro”²³.

Diante desse cenário, é lícito afirmar que Euclides da Cunha teve a sua orientação espacial forjada desde a infância a partir da contemplação dos picos montanhosos, sendo esta a sua referência inicial de mundo, tal como o caboclo amazônico aprende a orientar-se a partir das margens e das curvas dos rios. A janela pela qual Euclides olha o mundo tem o formato ondulado das montanhas.

²³ Prefeitura Municipal de Cantagalo. Disponível em: <http://www.cantagalo.rj.gov.br/aspectos-geograficos/>. Acesso em: março de 2016.

As páginas que seguem resumem nosso esforço em realizar uma exegese das obras *Os Sertões* (1998) e *À Margem da História* (1909), ressaltando a importância da paisagem na análise de Euclides da Cunha. Haverá a análise de dois aspectos do tema paisagem nas referidas obras. O primeiro diz respeito à presença da paisagem nas narrativas *Os Sertões* e *À Margem da História*, buscando uma localização cronológica que explique a existência de conhecimentos geofísicos numa obra literária. O segundo diz respeito ao contraste emocional do autor quanto ao tipo de paisagem presente e descrita nas obras, quando procuramos uma explicação das razões que levaram ao estranhamento de Euclides em relação à paisagem amazônica.

Quanto ao tema Paisagem, encontrado no leito de longas descrições geofísicas, dentro de uma obra literária, entendemos que se deve a um momento histórico específico no desenvolvimento das ciências, quando literatura e ciência ainda não haviam-se distanciado uma da outra, com a delimitação de fronteiras mais nítidas, tal como em épocas posteriores veio a ocorrer. Nesse sentido, objetivamos demonstrar que a construção dessas obras literárias é o resultado de um *Habitus Científico* (BOURDIEU, 1989), de uma época específica no desenvolvimento da literatura e das ciências sociais. A nossa segunda proposição conceitual diz respeito à pessoa de Euclides da Cunha. É nosso entendimento de que a experiência e ambientação de infância do autor, com toda a carga emocional que dela resulta, influenciou o seu olhar quando da sua aproximação à paisagem amazônica, cujo formato diverge daquela geografia internalizada e reforçada pelas suas vivências. Nesse sentido, o nosso objetivo é demonstrar que a estranheza e desencanto de Euclides quanto à paisagem amazônica se deve ao fato de que a paisagem amazônica difere grandemente da paisagem em cuja ambientação o autor obteve o seu sentido de mundo, forjou o seu sentido de belo, em suma, onde ocorreu a sua Experiência e Topofiliação. Para a análise destas duas proposições lançamos mão dos conceitos de Experiência e Topofiliação, do geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan, obtidos das obras *Topofilia* (2012) e *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência* (2013), bem como do conceito de *Habitus* em Pierre Bourdieu (1989), os quais, já mencionados e utilizados anteriormente no bojo deste trabalho, passam agora a ser utilizados mais amplamente. Trata-se de uma transposição simples e direta do conceito para o objeto, neste caso, o tratamento dado por Euclides da Cunha ao item paisagem, nas obras *Os Sertões* (1998) e *À Margem da História* (1999).

Entendemos que não há necessidade de nos alongarmos na explanação do conceito bourdieusiano de Habitus, considerando o alcance que as obras deste Autor já obtiveram em nosso meio. Passemos a um breve resumo, suficiente apenas para localizar o sentido em que estamos propondo a análise das obras euclidianas assinaladas. Adotamos como conceito de Habitus o sistema de esquemas inconscientes, ou profundamente arraigados no interior do indivíduo e que constitui a sua cultura. Esses esquemas se manifestam por meio de disposições duradouras e alcançam todas as experiências passadas, funcionando a cada momento como matriz das percepções do indivíduo, posto que são incorporados desde a infância. O modo como o indivíduo percebe as coisas, como desenvolve suas atividades, sua visão de mundo, procedem desses esquemas arraigados, que o direcionam. Até que sejam refletidos e porventura mudados, esses esquemas permanecem vinculantes. O Habitus Científico vem a ser os esquemas aprendidos por meio de um ofício, dentro do campo científico, isto é, trata-se de um *modus operandi*, uma maneira de fazer a ciência, cuja operacionalidade se dá dentro de campos delimitados e historicamente marcados (BOURDIEU, 1989).

Tuan (2012), tratando da ambientação humana, estabelece uma relação importante entre o lugar e a percepção que vem pelos sentidos. O corpo humano é sempre o ponto de partida na relação com o ambiente, ou melhor, o homem é a medida de todas as coisas, diz o autor, no sentido de que todos os significados surgem a partir dele. No entanto, o homem encontra os seus limites e definições no ambiente em que vive. A relação com o ambiente pode produzir conceitos, vocabulários, definições de tons, sentido de orientação, de espaço etc.

Um ser humano percebe o mundo simultaneamente por meio de todos os sentidos. A informação potencialmente disponível é imensa. No entanto, no dia a dia do homem, é utilizado somente uma pequena porção do seu poder inato para experienciar. O órgão do sentido mais exercitado varia de acordo com o indivíduo e sua cultura (TUAN, 2012, p. 28).

O homem moderno e urbano, por exemplo, se utiliza ao máximo possível da visão. O espaço para esse homem é vazio, pois é também aquele ausente de coisas para se ver, ao passo que para um esquimó o espaço nunca é um vazio. Ele está sempre cheio de vento, de odores, e sempre em movimento. Tendo que caminhar por quilômetros num ambiente onde o horizonte funde a terra e o céu numa só substância, o esquimó é forçado a perceber a direção com base nos outros sentidos. Na ausência de referências permanentes, ele tem que depender das relações mutáveis como as diferentes cores da neve, a salinidade do ar, as rachaduras no gelo.

“O vento invisível desempenha um papel importantíssimo na vida dos esquimós Aivilik. Sua língua inclui pelo menos doze termos independentes para os vários ventos. Ele aprende a se orientar por eles. Nos dias sem horizontes, ele vive em um espaço acústico-olfativo” (TUAN, 2012, p. 29).

Pode-se afirmar com base nessa proposição, que Tuan (2012) define a Percepção como um produto da cultura. E a cultura é em grande medida uma ambientação. “A percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo” (TUAN, 2012, p. 30). Nesse sentido, a percepção de um lugar, de um ambiente, resulta da interação qualitativa com o exterior, pois um homem desambientado continua com os seus sentidos, no entanto, “é possível ter olhos e não ver; ouvidos e não ouvir” (TUAN, 2012, p. 30), isto ocorre por exemplo com o esquimó que é capaz de perceber os diferentes tons de neve, tal como o nativo da floresta tropical é capaz de perceber os diferentes tons de verde das árvores, o que para o estranho é impossível em princípio, pois ambas paisagens são para ele monocromáticas.

O espaço e lugar de nascimento, então, são elementos definidores do ser humano porque a partir daí é que se inicia a sua ambientação, sua percepção, portanto, sua definição de ser no mundo. Tuan (2012) refere-se, por exemplo, à ideia de centro, encontrada universalmente, cuja origem é o próprio corpo humano, mas ela abrange também o espaço e o lugar. “Em todos os lugares, as pessoas tendem a estruturar o espaço – geográfico e cosmológico – com elas no centro e a partir daí zonas concêntricas (mais ou menos bem definidas) com valores decrescentes” (TUAN, 2012, p. 49). Essa definição individual se encontra também no grupo étnico e seu lugar, quase sempre definido como o centro do mundo, ou etnocêntrico. Noções de frente e costa, lado, abaixo e acima, são definições espaciais norteadas pelo corpo de quem fala e de quem ouve. “Os elementos verticais na paisagem evocam um sentido de esforço, um desafio de gravidade, enquanto os elementos horizontais lembram aceitação e descanso” (TUAN, 2012, p. 51), isso em razão de que, usualmente, é a percepção do indivíduo que é posta sobre os objetos, tornando-os significativos e a sua ambientação evoca tais sensações. Quanto mais diferenciada a paisagem a partir de referenciais permanentes, menor a necessidade de adaptação sensitiva. Quanto mais o espaço é indiferenciado, mais extensa a necessidade de definições. Portanto, a ambientação em determinado lugar tem grande importância na visão de mundo de um indivíduo, pois “a visão do mundo, se não é derivada de uma cultura estranha,

necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo” (TUAN, 2012, p. 116).

O autor faz referência aos habitantes de floresta equatorial e aos habitantes do deserto para demonstrar essa relação estreita entre ambiente e visão do mundo. Em ambos os casos a compreensão cosmológica se prende ao regime de ambientação de cada povo. No caso dos pigmeus BaMbuti, do Congo, que vivem na floresta densa e em ambiente fechado e quase invariável, o autor assim os descreve:

As estrelas não desempenham nenhum papel na sua cosmografia. O próprio sol não é um disco brilhante com uma trajetória no céu, mas antes, manchas de luz tremulantes no chão da floresta [...]. O sentido do tempo é restrito. As lendas revelam falta de interesse pelo passado e é curta a sua memória sobre a genealogia. A variação sazonal é mínima na floresta equatorial; o mundo exuberante das plantas transcorre por seus complexos séculos de vida sem nenhuma evidência visual notória de mudança [...]. Um efeito do meio ambiente da floresta equatorial na percepção é a diminuição da perspectiva. Tudo o que é visto, é visto à curta distância [...]. Fora da floresta equatorial, o pigmeu fica perplexo com a distância, a falta de árvore e a pujança do relevo; parece incapaz de interpretar os sinais da perspectiva (TUAN, 2012, p. 117).

Por outro lado, os índios Pueblos que têm as suas vidas reguladas de conformidade com o sol e suas mudanças sazonais desenvolveram um sentido de lugar, localização e direção, de sagrado e profano. Seu meio ambiente é o platô semiárido com vastidões de vistas e marcos visuais permanentes. As noções de mudança, de irregularidade e de recomeço estão presentes em todo canto, ao contrário da regularidade monótona dos pigmeus BaMbuti, sem mudanças sazonais que lhes afete a vida.

O amor pelo lugar surge a partir das experiências, no entanto, esse amor não advém somente do prazer e satisfação que nele se obtém. Pode também vir das lutas travadas. As dificuldades trazidas pelas intempéries podem forjar no coração humano o sentimento de orgulho de sobrevivente, tornando o lugar das lutas o locus de sentimentos profundos. A reconstrução de tudo após uma tempestade parece fortalecer o ânimo de permanência. A experiência vivida no lugar, portanto, é quem marca na memória o quadro topofílico. A paisagem em si tem pouco a contribuir em permanência, pois é mantida viva somente enquanto nela os olhos estão fixos, desfazendo-se tão logo estes se desviem para outros objetos de atenção. No entanto, se a paisagem está associada a um encontro amoroso, uma luta pela vida, uma lembrança de perda, um folguedo, então aquele quadro se fixa na mente como um dado permanente e passa a evocar emoções. O belo e o feio, o alegre e o triste, são

elementos forjados nesse embate da experiência, que ao longo da vida se configuram em categorias permanentes (TUAN, 2012). Nesse sentido é que o autor afirma:

As imagens da topofilia são derivadas da realidade circundante. As pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram assombro ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas. As imagens mudam à medida que as pessoas adquirem novos interesses e poder, mas continuam a surgir do meio ambiente: as facetas do meio ambiente, previamente negligenciadas, são vistas agora com toda clareza (TUAN, 2012, p. 170).

O que se quer firmar diante do presente enunciado é que cada indivíduo desenvolve o seu sentido de lugar e usualmente, a menos que ele seja um estrangeiro, ele partilha esse sentido com os seus pares nas diferentes ampliações da experiência, o sentimento pela rua, pelo bairro, depois pela cidade e assim por diante. O mesmo ocorre com o sentimento pela aldeia e seu entorno, para o caso dos homens não urbanizados. Esse sentido não é estático, nem final, mas é vinculante, como uma bússola. Como o início da experiência de todo ser humano começa com ele mesmo, desde a descoberta de seus membros até o seu sentido de lugar, aquilo que consolida sua cultura irá servir de parâmetro para a medição das demais experiências, sejam elas de lugar, cosmológicas, afetivas, morais etc.

Assim sendo, pode-se compreender e supor que o sentido de lugar belo para um homem dos *pampas* é a planura dos campos gerais. Em algum lugar esse homem dos *pampas* poderá encontrar-se numa outra paisagem, agora mais assemelhada aos bosques do planalto central. O elemento de comparação será sempre a sua ambientação primeira, aquela que lhe fala ao coração e que ele partilha com os seus. Muito provavelmente, ele tenderá a considerar os seus campos gerais mais aprazíveis do que aqueles bosques planálticos, e muito mais se confrontado com a floresta tropical. Assim, mesmo o homem da montanha tenderá a sentir-se oprimido no vale, esmagado pela planura. Tuan (2013) enumera grande quantidade de casos em que o amor pelo lugar de origem se transforma em ponto de referência para ação, deixando claro que o lugar é uma referência construída na mente, a partir dos objetos existentes no mundo, que nos acompanha em forma de lembranças e, ainda que estejamos distantes dele, ele continua a exercer a sua influência sobre nós como uma âncora.

Passemos, agora ao exame da nossa primeira proposição, firmado basicamente na noção de *Habitus*. Afirmamos que a presença de uma descrição detalhada do ambiente natural tanto dos sertões nordestinos, quanto dos sertões amazônicos nas obras *Os Sertões* e *À Margem da História*, deve-se a um momento específico na história das ciências, quando não

havia demarcações nítidas entre as ciências sociais e a literatura. O detalhamento de aspectos do solo, da formação do relevo, da vegetação, do clima, dentre outros – hodiernamente objeto da Geografia Física – é uma constatação de que ocorre no Brasil, ainda que defasado em relação à Europa, o mesmo fenômeno analisado por Wolf Lepenies (1996) quanto ao processo de definição das ciências ocorrido na Europa, no século XIX.

Houve um tempo em que ciência e literatura não faziam distinção entre si. Com o advento das ciências modernas, dentre elas a Sociologia, uma disputa pelo poder de definir a realidade passou a ser travada nos meios acadêmicos e culturais, principalmente na Europa. Assim leciona Lepenies (1996):

Desde a metade do século XIX, a literatura e a sociologia disputam a primazia de fornecer a orientação-chave da civilização moderna, o direito de ser a doutrina de vida apropriada à sociedade industrial. Esse debate desempenha na vida pública, primeiramente na França e da Inglaterra, mais tarde também da Alemanha, um importante papel: suas consequências são visíveis ainda hoje (LEPENIES, 1996, p. 11).

O autor afirma que até o final do século XVIII não era possível a separação entre o que era literatura e o que era ciência, de modo que um bom cientista se preocupava sempre em ser também um bom escritor. Euclides da Cunha tem em alta conta os escritos de Georges-Louis Leclerc, Conde de Buffon (1707-1788), ou simplesmente Buffon, o naturalista francês que se orgulhava de ter escrito uma obra de ciência em refinado estilo literário. Lepenies (1996) informa que em 1749 o Conde de Buffon era considerado um virtuoso da escrita, dada a aceitação de sua obra. Pelo final do século, contudo, a *Histoire Naturelle* de Buffon era o exemplo do que não se podia fazer em Ciência, em razão de uma separação agora mais nítida entre literatura e ciência. Esse distanciamento, se por um lado prova que as ciências se emanciparam da literatura, dentre as quais a Sociologia, por outro lado, prova o ponto de que ambas já andaram juntas.

Um caso inverso ao de Buffon ocorreu com o escritor Honoré de Balzac (1799-1850), ou simplesmente Balzac. Este autor passou para a história como literato, no entanto, diz Lepenies (1996) que poucos sociólogos podiam, ao seu tempo, rivalizar as suas análises da sociedade. O próprio Balzac não escondia essa pretensão, ao afirmar ser doutor em Ciências Sociais e ao afirmar ter pensado como primeiro título de sua obra *Comédie Humaine* um título mais próximo das ciências, como *Études Sociales*.

Balzac é herdeiro, mas é também criador. Sua obra vincula-se à velha história natural, mas, ao mesmo tempo, faz concorrência a uma nova disciplina: a

ciência social [...] da simples busca e coleta de fatos sociais, a 'social botanizing', como James chamava, Balzac passa para a construção de um sistema social, e a *Comédie humaine* constitui finalmente na literatura a contrapartida exata daquilo que Comte, o fundador da disciplina, ambiciona com a sociologia (LEPENIES, 1996, p.14-15).

Euclides da Cunha recebe a sua formação acadêmica superior entre os anos 1888 e 1891, quando teve contato com o Positivismo de Auguste Comte, já mencionado anteriormente, mas também uma gama de outros conhecimentos científicos que iam das ciências exatas às ciências humanas, **como se diz atualmente**. Sua formação de engenheiro militar inclui conhecimentos específicos na área da climatologia, astronomia, topografia e mesmo botânica. É natural que tenha vivenciado essa indefinição entre literatura e ciência social, visto que ao tempo da escrita de suas obras, a questão da separação entre Sociologia e Literatura era inexistente no Brasil, ainda que já caminhasse para uma delimitação nítida na Europa. Neste sentido, há que se considerar a defasagem histórica entre os grandes centros culturais europeus e as periferias, onde a emancipação da Sociologia se dará bem mais tarde. No caso brasileiro a Sociologia se consolida como ciência a partir dos anos 1936²⁴, quando se formou a primeira turma de sociólogos, conforme lecionou Antônio Cândido em 1959, no texto denominado *A Sociologia no Brasil*²⁵:

No Brasil, podemos distinguir nitidamente, na evolução da Sociologia, dois períodos bem configurados (1880-1930 e depois de 1940), com uma importante fase intermédia de transição (1930-1940). No primeiro, é praticada por intelectuais não especializados, interessados principalmente em formular princípios teóricos ou interpretar de modo global a sociedade brasileira. Além disso, não se registra o seu ensino, nem a existência da pesquisa empírica sobre aspectos delimitados da realidade presente. Depois de 1930 ela penetra no ensino secundário e superior, começa a ser invocada como instrumento de análise social, dando lugar ao aparecimento de um número apreciável de cultores especializados, devendo-se notar que os primeiros brasileiros de formação universitária sociológica adquirida no próprio país formaram-se em 1936. O decênio de 1930, rico e decisivo, pode ser considerado fase transitória para o atual período que, iniciado mais ou menos em 1940, corresponde à consolidação e generalização da sociologia como disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, assinalada por uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e da aplicação (CANDIDO, 2006, p.271).

²⁴ Para uma boa compreensão do tempo e processo em que a Sociologia se consolida no Brasil ver: PULICI, Carolina M. *A Escola Paulista de sociologia – condições institucionais e sociais da vida acadêmica desde 1954 até o final do regime de cátedra*. Disponível em www.bv.fapesp.br/pt/bolsas. Consultado em 10/03/2016.

²⁵ *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30018.pdf>. Consultado em 03/03/2016.

Vê-se pelo exposto que Euclides da Cunha, nas obras de 1902 e 1909 se encontra em pleno período da prática da sociologia por pessoal não especializado, na definição proposta por Candido (2006). No entanto, observamos que parece não transparecer dos textos euclidianos qualquer intencionalidade sociológica, ou dito de outra forma, qualquer disposição para fazer-se sociólogo, geógrafo ou antropólogo. Há sim uma intencionalidade científica ampla, à moda de Balzac, própria da época. Vê-se o autor escrevendo de modo a distinguir a realidade e influenciá-la, utilizando-se na construção dos textos os conhecimentos científicos que lhes estão disponíveis, mesmo que indistintos do que viria a ser a Sociologia, a Geografia e a História posteriormente. Nesse sentido, observamos que é lícito afirmar que em *Os Sertões* e em *À Margem da História*, não há mera descrição literária do ambiente físico, mas um bom esforço científico no âmbito do que hoje se configura o campo da Geografia Física e Humana e da Sociologia. No entanto, esse esforço é marcado pelas limitações do autor, resultando numa ciência precária, limitada e marcada historicamente. Tem-se a ciência possível, reconhecendo-se o esforço em superar filiações científicas anteriores, notadamente a posição romântica.

Neste sentido se encontra Luiz Costa Lima em seu livro *Terra Ignota* (1997) onde o autor afirma que Euclides tinha pretensões científicas muito maiores do que suas pretensões literárias. Segundo este autor, Euclides da Cunha tinha fé absoluta na ciência, com base na qual analisa não apenas a terra, a gente e mesmo a luta em Canudos. Os erros das expedições militares, por exemplo, são analisados com base na Antropologia Biológica, diz o autor (p. 96). Lima afirma que a ciência de Euclides tende para totalizações (p. 98) de modo que, a análise da terra deve-se a essa pretensão de totalidade na obra, portanto, uma pretensão científica. Prosseguindo, esse autor afirma que a pretensão científicista de Euclides é que o remete a uma análise que vai da Astronomia à Poesia, cuja posição da arte poética no conjunto da obra é subalterna à ciência (p.101). Lima chega a falar que a arte poética em *Os Sertões* se configura numa simples moldura do quadro científico que Euclides pretende apresentar e que por falta de conceituação clara recebe a tal moldura poética como forma de escamotear o problema.

No entanto, Lima não endossa a pretensão científica de Euclides da Cunha, dizendo que *Os Sertões* contém uma ciência precária em razão da denegação adotada pelo autor, isto é, Euclides não adota inteiramente os autores de quem faz citações, reformulando-os segundo os seus interesses, bem como que Euclides se desvia dos problemas quando eles surgem por

inadequação da ciência adotada frente a realidade do objeto. É nesse momento em que lança mão da arte poética para desviar o foco, fazendo da arte uma moldura do quatro supostamente científico, dando origem a mitização da realidade que ele pretendia revelar e interferir. Eis o que nos diz Lima (1997) sobre o trato euclidiano do trabalho do psiquiatra inglês Henry Maudisley:

Euclides ‘politiza’ Maudsley mesmo por efeito da oposição entre o Brasil-mercenário e o Brasil-da-essência. Assim fazendo, mescla cientificismo e mitização, criando uma mistura de linhas discursivas que, ao mesmo tempo, baralha seu leitor e o confirma na suposição de que lida com uma interpretação "científica" da realidade. Os dois efeitos são igualmente desastrosos. O primeiro porque nos impede de notar a qualidade, se quisermos "bárbara", de uma obra que, ao mesmo tempo, faz mais e menos do que promete; que, assim, sendo de fato uma interpretação sócia histórica do país, contém elementos que aí não se esgotam; são eles configuradores do que chamaremos uma subcena. Esta, em vez de construir outro modo discursivo, tem a estranha propriedade de não pertencer a modo discursivo algum, sendo uma espécie de wast land, ou melhor, de terra anterior aos continentes discursivos. O segundo efeito é ainda mais pernicioso, porém noutra sentido: porque não permite que se tematize o papel desempenhado pelo determinismo e que se note o escamoteamento, praticado por Euclides, das dúvidas nele provocadas pelo próprio determinismo (LIMA, 1997, p. 107-8).

Lima ainda esclarece que a crítica ao modo como Euclides se utiliza dos autores, não apenas Henry Maudsley, mas também Alexander von Humboldt, Ernest Renan, H. Taine, dentre outros, é uma crítica menor do que aquela que se refere à postura pessoal de “não haver Euclides enfrentado as hesitações e dúvidas que, aqui e ali, manifestava quanto a um modelo teórico que, afinal, sempre terminava por reiterar” (LIMA, 1997, p. 108). Para escapar aos lapsos conceituais de uma ciência insuficiente é que Euclides lança mão da borda literária do quadro que pinta, funcionando a arte poética como uma escamoteamento de “alguma coisa que ainda precisa ser conhecida” (LIMA, 1997, p. 143). No entanto, Lima reconhece que Euclides lutou como pôde para entender o Brasil. Por nosso lado, o entendimento é que Euclides expôs-se e dispôs-se na ciência possível de seu tempo, procurando fazer novos usos de conceitos e mesmo superar suas referências, não tanto como era desejável, mas o suficiente para demonstrar sua boa vontade, procurando uma síntese pessoal de tudo que havia alcançado. Daí verificar-se que Euclides inicia sua orientação intelectual pelo Positivismo, alcança o Evolucionismo (AMORY, 2009) e, por fim, escreve coisas que não se encaixam perfeitamente em nenhuma dessas correntes intelectuais. Tal posição é admitida também por Lima (1997), quando diz:

Pela extrema pobreza intelectual do meio em que vive ou porque ele mesmo não é um pensador ou ainda pelas duas razões combinadas, Euclides assume

perante a ciência a posição de um inflexível crente. Por isso tergiversa sobre suas dúvidas e/ou converte o exame epistemológico da ciência em sobressalto especulativo ou simplesmente o elimina. Por essas razões, por sua ousadia e simultânea timidez intelectual, pelo que fez e não fez, *Euclides precisa ser lido não como mito, porém como o escritor que mais intensamente procurou pensar o país*. O preço a ser pago por não o fazermos está em, sem o seu carisma, repetirmos suas falhas (LIMA, 1997, p. 187, grifo meu).

A transposição dessa “fê” na ciência para a Amazônia aparece suavizada em *À Margem da História*, algo que Lima (1997) reconhece, mas que não analisou, posto que o escopo de seu trabalho incluía apenas *Os Sertões*. É Leandro Góes Tocantins, ou simplesmente Leandro Tocantins (1919-2004) quem vai nos informar deste aspecto. No trabalho de 1978, *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*²⁶, Tocantins tem como fato a mudança que se processou no pensamento de Euclides da Cunha pelo contato com a Amazônia, quando diz:

É na Amazônia que Euclides da Cunha viu um novo Brasil: um Brasil em que a mestiçagem étnica afirmava a presença do homem na terra e sua vitória sobre o meio. Que, afinal, o meio não se sobrepunha ao homem. Então, ele começa a retificar conceitos anteriores. Anima-o a experiência histórica das empresas humanas no trópico amazônico. Estende a sua visão aos horizontes da História sul-americana (TOCANTINS, 1978, p. 17).

Ainda marcado por um traço essencial de personalidade, que se revela por uma propensão a tomar partido do oprimido, Euclides da Cunha aparece nos escritos de Leandro Tocantins como o Dom Quixote amazônico (p. 67), mas então disposto a rever posições inflexíveis de sua formação acadêmica, deixando-se tomar muito mais pela arte poética:

Sua tendência inata de aproximação com a natureza conduziu-o à observação experimental: muito mais na Amazônia do que nos sertões baianos. O Euclides amazônico: franciscanamente lírico, naturalista, compreensivo e experimentalista. Até pelas viagens, os perigos, as descobertas, a revelação de novas novidades. Em oposição ao Euclides de *Os Sertões*: menos universal, menos concreto, às vezes conservador e acadêmico nas conclusões ou nas generalizações abstratamente universais (TOCANTINS, 1978, p. 18).

Prosseguindo na tese de que o pensamento de Euclides se ampliou pelo contato com a Amazônia, a ponto de desdizer em *À Margem da História* o que havia dito a respeito da região em *Os Sertões*, Tocantins (1978) assim se pronuncia:

²⁶ TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*: Tentativa de interpretação de uma presença singular na Amazônia e a conseqüente evolução de um pensamento sobre a paisagem étnico-cultural, histórica e social brasileira, alargando-se nos horizontes da história transcontinental. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

É porque na Amazônia ele preferiu mais a intimidade com a natureza do que com a teoria dos livros, optou mais por aquilo que os sociólogos anglo-saxões denominam de insight, do que a mera aplicação de doutrinas ou teses de doutores estranhos ao nosso meio (TOCANTINS, 1978, p. 176).

A mudança analítica que se processou no pensamento euclidiano é também detectada por João Marcelo Ehlert Maia, em sua obra *A Terra como Invenção*, onde o autor analisa o tema Terra na imaginação intelectual brasileira, em cujo bojo há uma espécie de cognição do mundo brasileiro por meio da reflexão espacial. Quando este autor trata do tema Terra nos escritos euclidianos, chega a afirmar que ocorre uma mudança de eixo na análise produzida por Euclides, posto que em *Os Sertões*, Euclides se prende à questão da essência nacional, preocupado com os elementos de raça e identidade nacional, enquanto nos escritos amazônicos Euclides surge com,

[...] uma visão da terra não mais como eixo essencialista, irmã siamesa da raça, mas como forma simbólica associada ao tema da invenção e da produção aberta de uma matriz civilizatória que não se prenda a uma origem fundacional [...] o tema da barbárie ganha tratamento diverso daquele apresentado em *Os Sertões* (MAIA, 2008, p. 127).

Luiz Costa Lima, mencionado acima, termina seu livro fazendo menção aos escritos amazônicos de Euclides e indagando se ali não se encontraria uma superação das contradições apontadas por sua análise da construção de *Os Sertões*. Maia (2008) responde afirmativamente a essa questão. Para esse autor, há de fato não apenas uma mudança de eixo no pensamento euclidiano, mas que a própria categoria Terra alcança uma nova significação. Assim é que nos diz:

Não se trata de fazer aqui um resgate, mas uma releitura. Respondo afirmativamente à pergunta colocada **a**í final da seção anterior, e proponho que uma análise desses escritos leva a uma outra compreensão do pensamento euclidiano e do próprio estatuto da terra na sua imaginação. No lugar de uma ontologia essencialista, obcecada pela identificação de uma fundação étnica que nos desse um mito de origem, temos uma narrativa na qual o espaço surge como eficaz produtor de uma sociabilidade nova e inventiva, estranha a essências. Essa interpretação extrapola o tema da terra, recorrendo ao problema euclidiano da 'barbárie'. Se em *Os Sertões* este tema encontra-se fortemente tensionado, nos textos agora analisados ele ganha outro registro, mais flexível (MAIA, 2008, p. 133).

Maia (2008) prossegue na sua análise da presença do tema Terra e afirma que Euclides equaciona melhor a relação ciência e terra deixada mal resolvida em *Os Sertões*, pela mesma razão apontada por Tocantins (1978), a de que o autor se abriu para a dignidade de novos objetos de conhecimento (p. 137). Reconhece que a nova proposta euclidiana para a relação terra/homem na Amazônia saiu de uma compreensão negativa para uma relação mais digna

para o elemento humano, o qual surge como domador do deserto (p. 141) e tem reconhecido a sua desenvoltura moral:

Note-se, por exemplo, que esses estranhos personagens descritos por Euclides finalmente conseguiram se estabilizar através de uma relação adaptativa com a terra. Disciplinados pelos fracassos e pela opressão da terra e do trabalho, os heróicos homens simples seriam agora os protagonistas da civilização. Não formam uma raça específica: são jagunços, dotados da "abstinência pastoral e guerreira do árabe", sírios, italianos etc. O ponto não é a fixação de um tipo específico, mas a confirmação de que a terra, para ser vencida, exigiria uma nova moldura moral dos homens. E, para além do argumento científico, destaca-se o tema da "transfiguração da barbárie". A evolução adaptativa, argumento evolucionista empregado por Euclides, ganha outros contornos quando referido a esta periferia da civilização, na qual a barbárie é energia dinamizadora e a terra não é paisagem "cultura", mas força ativa que resiste ao cultivo (MAIA, 2008, p. 143).

Por certo, a preocupação de Maia (2008), como já foi mencionado, é analisar o espaço no imaginário autoral brasileiro, o que certamente extrapola a proposta do nosso trabalho e daqui por diante suas análises se distanciam daquilo que nos propomos realizar. Cabe ressaltar, no entanto, que nos parece estabelecido, com base nos autores acima, o ponto de que há uma racionalidade científica em Euclides, convivendo em paralelo com uma racionalidade literária, sem distinção clara, sem delimitações nítidas entre o que é uma e outra, própria do momento histórico em que o autor se encontra, e que não há uma intencionalidade sociológica, ou geográfica, ou antropológica específica. Nesse sentido, insistimos que o tema paisagem nos escritos euclidianos, tanto na obra referente ao sertão baiano, quanto na obra referente ao sertão amazônico se trata de um habitus científico (BOURDIEU, 1989), que tem como prática o pretender dar conta, numa única obra, de toda a realidade que cerca o homem em análise, seja a realidade da terra onde ele se encontra, incluindo aí o clima, a vegetação, quanto a realidade de suas relações sociais. No caso de Euclides da Cunha, em particular, parece ter ocorrido uma mudança de pensamento que se tornou um ganho, conforme sugerido, de modo a torná-lo mais eficiente no trato com a realidade, no entanto, sem desconectá-lo da pretensão científica. Se a arte poética aparece mais nítida nos escritos amazônicos de Euclides, conforme mencionado por Tocantins (1978), ao nosso ver, isto se deve à especificidade do autor, ligado que era à poesia desde a mais tenra juventude, e que encontrou no convívio com a região amazônica o ambiente favorável para florescer.

Há ainda a mencionar, sobre esta primeira proposição, o aspecto levantado por Sevcenko (2003), o qual nos fala a respeito da intencionalidade autoral. Euclides da Cunha viveu em período de grandes transformações sociais no Brasil. No período de sua vida

ocorreu nada menos que a mudança de regime político de Império para a República, mudança essa que traz em seu bojo os grandes debates acerca do que vem, ou virá a ser a nação brasileira. Sevcenko (2003) apresenta Euclides da Cunha como literato imbuído de uma missão. Há um momento histórico no Brasil em que escrever, para alguns autores, não é mero exercício de criação artística, mas é a maneira encontrada para interferir na realidade, a qual precisa ser mudada. Ao lado de Lima Barreto, Euclides da Cunha é contado por Sevcenko (2003) dentre aqueles que entendem que é preciso fazer algo pelo Brasil, daí seu envolvimento no grande debate da questão nacional, quando se faz responsável por incluir a questão regional como elemento indispensável a ser debatida, sendo mesmo o primeiro autor a pensar a Amazônia nesse contexto. Sevcenko (2003) aponta a abrangência de temas da obra de Euclides como parte do esforço de se fazer relevante frente à ação social que animava o período de sua escrita. Ele o faz impregnado de realismo histórico, condição que o afasta dos seus confrades de maneira única, sem nunca deixar de interferir nos fatos de seu tempo, pois é preciso definir o Brasil.

3.2. A Paisagem como elemento norteador

3.2.1 A paisagem em Os Sertões

Aplicando as noções de Experiência e Topofilia ao nosso objeto de estudos, de pronto se identifica nas obras *Os Sertões* e *À Margem da História*, Euclides da Cunha revelando-se como pessoa dotada de um senso de beleza e de uma filiação ao ambiente montanhoso. Esse senso do belo, mais exatamente da paisagem bela, está ligado aos seus sentimentos mais íntimos, brotam naturalmente, exalam de sua alma, dada a espontaneidade com que aparecem no texto. Observa-se pela estrutura da frase, pelo contexto das obras, pela mudança de humor, que os afetos e desafetos revelados para com determinada paisagem não advêm de uma atitude consciente, mas que brota do coração, forjada nas vivências do próprio autor, portanto, uma verbalização da experiência topofílica adquirida ainda na infância e em região montanhosa.

Afirmamos que o estranhamento de Euclides da Cunha em relação à paisagem amazônica e sua planura que traz a vista embotada, e sua regularidade enfadonha, conforme expressões suas, resulta do contato com uma paisagem diversa de sua experiência topofílica. O belo para Euclides tem o formado irregular das elevações montanhosas. Do exame de *Os Sertões* podemos constatar que a paisagem toma um lugar privilegiado na narrativa da obra.

São 70 páginas de um capítulo inteiro dedicado à paisagem natural, denominado A Terra, onde a Geografia Física brota vertiginosa, em descrições pormenorizadas dos diferentes tipos de solos e vegetações. É nesse ambiente descritivo que o autor deixa transparecer a sua preferência pelo horizonte amplo, pela vista desimpedida que permita contemplar maiores lonjuras, impregnado pela estimulação nervosa trazida pela irregularidade do terreno que ali se assemelha em muito ao locus de sua Experiência.

Doravante apresentamos recortes do capítulo A Terra no intuito de provar o ponto em questão, entendendo que não se trata apenas de recurso literário, mas sim, a expressão da personalidade do autor a partir da força da sua topofiliação. Ao expressar admiração diante de um paredão escarpado, Euclides não apenas o descreve em termos científicos e ou literários, mas ele descreve-o com admiração, com afeição, momento em que se revela como um ser humano qualquer, portanto, vinculado a um lugar, a um canto no mundo, de onde contempla, julga e compara os demais lugares, não obstante o seu Positivismo que o obrigaria a uma suposta neutralidade científica. Todo homem julga a partir de sua cosmovisão (TUAN, 2013).

Sobre os chapadões que se alteiam a partir do Sul, nos diz o autor, em tom de admiração que “[...] se encurvam em desmedido anfiteatro, alteando as paisagens admiráveis que tanto encantam e iludem as vistas inexpertas dos forasteiros [...]” (CUNHA, 1998, p. 12, grifo meu), para mais à frente, nos dizer que “A terra atrai irresistivelmente o homem, arrebatando-o na própria correnteza dos rios [...]” (CUNHA, 1998, p. 14, grifo meu). Essas formações geológicas são “esplêndidas”, e ainda, “[...] paragem formosíssima dos campos gerais, expandida em chapadões ondulantes – grandes tablados onde campeia a sociedade rude dos vaqueiros [...]” (CUNHA, 1998, p. 16-7, grifo meu).

Antes de continuarmos esta exposição, desejamos abrir um parêntese para introduzir uma breve menção a Georg Simmel (1858-1918), e a sua Filosofia da Paisagem (2009), entendendo que há um diálogo possível entre Simmel e Yi-Fu Tuan. Simmel (2009), estabelece que a paisagem é uma construção mental, é um processo espiritual que dá unidade a parcelas de uma infinidade de elementos e objetos exteriores. Para definir o que vem a ser uma paisagem, ele diz que há que se fazer diferença entre Natureza e Paisagem. A Natureza é inteiriça, ela é dotada de uma unicidade permanente, ela existe com um todo e se porventura um pedaço dela se aparta dessa unidade, deixa imediatamente de ser natureza. Por sua vez, a Paisagem tem a demarcação como essência. Ela é a resultante de um constructo individual que se impõe a uma parcela da realidade exterior, cujos elementos se apresentam dispersos e

desconexos entre si. Simmel exemplifica uma paisagem como uma biblioteca, a qual é mais do que um amontoado de livros. Só se tem uma biblioteca quando do amontoado de livros se obtém uma forma, se atribuiu uma organização, algum conceito unificador que lhes abarca. O autor diz que a paisagem “nasce quando, no solo, uma ampla dispersão de fenômenos naturais converge para um tipo particular de unidade’ (SIMMEL, 2009, p.13). Essa unidade criada, a que chamamos paisagem é diferente para o sábio, para o religioso, para o agricultor etc.

Diante do exposto, vemos que está implícito nas definições de Simmel (2009) que a paisagem é um olhar sobre o exterior, profundamente marcado pela individualidade. Até aqui estaríamos livres para dizer que aquilo que Euclides da Cunha vê como A Terra em ambas as obras aqui analisadas, seria, antes de tudo, um constructo de sua alma. Entendemos que aqui se encontro o ponto convergente com Yi-Fu Tuan, pois para este autor, a paisagem também é vista a partir do indivíduo. A divergência está em que, Tuan atribui à paisagem uma dimensão social. Embora Tuan não chegue à afirmação de que a paisagem é um constructo da mente de quem olha, ele afirma que a paisagem se apresenta como um elemento social unificador, partilhada pelos diferentes olhares comuns dos diversos indivíduos de um povo. A paisagem onde se dá a ambientação de um povo reproduz-se nos seus signos linguísticos, nas noções de tempo, espaço e dimensão, nos laços afetivos etc. Em suma, a paisagem passa a fazer parte da cosmovisão do indivíduo. Portanto, podemos perceber que tanto Simmel (2009), quanto Tuan (2013) não se referem à paisagem como algo dado em si mesma. Há uma interação homem-natureza em ambos autores. Ocorre, no entanto, uma prevalência do indivíduo sobre a natureza em Simmel, quando este separa Paisagem de Natureza e a estabelece como um constructo da mente do indivíduo, enquanto em Tuan a paisagem é correlata da natureza como meio ambiente, e este atribui ao meio ambiente uma capacidade de influir sobre a mente humana. Isso nos faz lembrar que Simmel tem o indivíduo como emancipado da natureza, enquanto Tuan o tem relacionado com o lugar, este sim, constructo da mente, onde a natureza fornece os elementos físicos e sensoriais que o permitem se localizar no mundo. Nesse sentido, nos parece haver uma aproximação entre a Paisagem de Simmel e o Lugar de Tuan, ambos constructos da mente, com base nos elementos fornecidos pela natureza. Mas, esta possível ou provável aproximação foge ao escopo deste trabalho e será motivo de pesquisa posterior. E para não haver dúvidas, neste trabalho, nos utilizamos do termo paisagem no seu sentido comum, como extensão territorial perceptível num lance de olhar, incluindo aí seus componentes naturais.

Prosseguindo com a análise de Euclides da Cunha, afirmamos que este autor revela seu gosto pelo contraste e irregularidade que percebe no quadro físico em redor. Euclides se refere de modo afetivo ao tipo de paisagem que lhe suscita o pertencimento, que o localiza no mundo, que arranca de sua memória antiga as experiências afirmadoras da imagem topofílica. Essas lembranças afetivas refletem-se na visão do quadro atual que contempla, influenciando-o como uma referência. Essa experiência topofílica o leva a ter afeição pela paisagem que suscita suas recordações, mesmo que não esteja a refletir exata e diretamente sobre sua ambientação de origem, bastando que seja semelhante. Assim se expressa Euclides sobre a irregularidade da paisagem, a que ele chama de contraste, logo na entrada dos sertões: “E o observador que seguindo este itinerário deixa as paragens em que se revezam, em *contraste belíssimo*, a amplitude dos gerais e o fastígio das montanhas, ao atingir aquele ponto estaca surpreendido [...]” (CUNHA, 1998, p. 18, grifo meu).

A referência acima é uma preparação que Euclides faz ao leitor para aquilo que ele irá mostrar logo a seguir, quando passar à descrição do sertão baiano. Não obstante a aparente indicação de que os afetos serão desfeitos daí por diante, em razão de que agora o autor passa a descrever uma região que não é propriamente a sua, o que ocorre, afinal, é uma continuação dos mesmos termos estupendos, admirados. Isto se dá, segundo o que estamos propondo, pelo fato de que não é a linha demarcatória de regiões políticas que o localizam no mundo, mas a sua Experiência, em cujo bojo se encontra a sua filiação topográfica, a sua Topofilia de que fala Tuan (2012), onde a montanha aparece para Euclides da Cunha como o elemento norteador do belo, do contraste em oposição à continuidade monótona, como referencial do olhar. Já descrevendo a paisagem sertaneja, Euclides mantém o mesmo ânimo e diz de maneira franca acerca do que vê diante de si:

É uma paragem impressionadora. As condições estruturais da terra lá se vinculam à violência máxima dos agentes exteriores para o desenho de relevos estupendos. [...] dispondo-se em cenários em que ressalta, predominante, o aspecto atormentado das paisagens (CUNHA, 1998, p. 24, grifos meus).

Percebe-se que mais de uma vez o autor deixa-se ver como alguém que não se compraz na regularidade plana, mas sim na irregularidade dos acidentes, que aos seus olhos são “*majestosas ruínas de castelos*” (CUNHA, 1998, p. 25, grifo meu). E prossegue dizendo com a mesma ternura e admiração:

E por mais inexperto que seja o observador – ao deixar as perspectivas majestosas, que se desdobram ao Sul, trocando-as pelos cenários

emocionantes daquela natureza torturada, tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-sublevado de um mar extinto, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas e das voragens... (CUNHA, 1998, p. 27, grifos meus).

Euclides afeiçãoou-se desde a infância ao horizonte amplíssimo que se desdobra diante de alguém que olha do alto para o vale. Sua simpatia para com o cenário escarpado do sertão é manifesta nos termos como ele o descreve, apresentando-o caótico, mas belo, atormentado, mas vívido:

Vimos como a natureza, em roda, lhe imita o regime brutal – calcando-o em terreno agro, sem os cenários opulentos das serras e dos tabuleiros ou dos sem-fins das chapadas – mas feito um misto em que tais disposições naturais se baralham em confusão pasmosa: planícies que de perto revelam séries de cômoros, retalhados de algares; morros que o contraste das várzeas faz de grande altura e estão poucas dezenas de metros sobre o solo, e tabuleiros que em sendo percorridos mostram a acidentação caótica de boqueirões escancelados e brutos. Nada mais dos belos efeitos das denudações lentas, no remodelar os pendores, no despertar os horizontes e no desatar – amplísimos – *os gerais pelo teso das cordilheiras, dando aos quadros naturais a encantadora grandeza de perspectivas em que o céu e a terra se fundem em difusão longínqua e surpreendedora de cores...* (CUNHA, 1998, p. 33-4, grifo meu).

A nossa proposição é ainda reforçada com a narrativa feita em referência à Favela, quando Euclides adentra a alma do sertanejo e diz que observando dali, o matuto até mesmo acredita ser ali o céu. Não apenas o matuto, mas o próprio Euclides se identifica com o lugar e então o descreve com terna afeição, pois sua alma se compraz na paisagem que lhe traz à memória o seu lugar no mundo, a sua referência, aquela experiência que somente os habitantes de regiões montanhosas, ou de campinas gerais podem experimentar, que é a alentadora sensação de se enxergar o infinito:

Em roda uma *elipse majestosa de montanhas...* A Canabrava, a nordeste, de perfil abaulado e simples; a do Poço de Cima, próxima, mais íngreme e alta; a de Cocorobó, no levante, ondulando em seladas, dispersa em esporões; as vertentes retilíneas do Calumbi ao sul; as grimpas do Cambaio, no correr para o poente; e, para o norte, os contornos agitados do Caipã – ligam-se e articulam-se no infletir gradual traçando, fechada, a curva desmedida. Vendo-o de longe, quase de nível, trancando-lhe o horizonte, aquelas grimpas altaneiras, *o observador tinha a impressão alentadora de se achar sobre platô elevadíssimo*, páramo incomparável repousando sobre as serras (CUNHA, 1998, p. 35, grifos meus).

Nossa proposição é atestada ainda por outro ângulo. Quando a regularidade é evidente, Euclides da Cunha a descreve negativamente, manifestando desgosto com o que vê. Definitivamente, Euclides da Cunha não se compraz na uniformidade, pois esta lhe é

entediante. Comparando a Caatinga com as estepes, ele prefere a última pela mesma razão porque prefere as montanhas, a possibilidade de ver ao longe, desimpedido de obstáculos.

Então, a travessia das veredas sertanejas é mais exaustiva que a de uma estepes nua. Nesta, ao menos, o viajante tem *o desafogo de um horizonte largo e a perspectiva das planuras francas*. Ao passo que a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama epinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e *desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado* [...](CUNHA, 1998, p. 46, grifos meus).

Nada que o impeça de ver ao longe é belo. Nada que seja regular, que se apresente num único plano, numa só cor, seja a caatinga, seja o verde amazônico, poderá receber o título de belo, pois, para Euclides, o belo está na irregularidade das montanhas e no horizonte infindo. Ainda que o sentimento topofílico não seja determinista, é inegável que temos nesses recortes da escrita euclidiana uma expressão de sentimento topofílico norteando-lhe os pensamentos. Sim, a janela por onde Euclides olha o mundo tem o formato das ondulações montanhosas.

3.2.2 A paisagem em À Margem da História

O encaminhamento dado acima resulta numa conclusão óbvia. Euclides da Cunha não amou a paisagem amazônica. Nem poderia amá-la. Tudo ao seu redor está em desacordo com o seu referencial, com sua experiência topofílica. Ele traz para a Amazônia os olhares do Sul, não por preconceito, ou desdém, mas porque traz consigo a sua topofiliação. A janela por onde Euclides vê o mundo amazônico, com suas singularidades e especificidades está embaçada por uma regularidade estonteante. Sob o título de Impressões Gerais, Euclides começa o livro À Margem da História de maneira melancólica e absurdamente franca. A paisagem não lhe agrada. Mais ainda, ela o decepciona, de modo que ele se sente oprimido, quase claustrofóbico. Soma-se a isso o fato de que Euclides havia estudado muito sobre a Amazônia antes da viagem e agora ele está deslocado entre o Amazonas real e aquele construído em seu imaginário. Então ele diz:

Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que nos sebreassalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do Dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento [...] é de todo em todo inferior a um sem número de outros lugares do nosso país (CUNHA, 1999, p. 1, grifos meus).

E qual é o lugar de referência invocado pelo autor como o lugar do belo? Com a mesma franqueza, Euclides retorna ao seu lugar de origem e nos diz que toda a Amazônia, em

se tratando de paisagem bela, não se equivale ao “[...] seguimento do litoral que vai de Cabo Frio à Ponta do Munduba” (CUNHA, 1999, p. 01). Vê-se que beleza e grandeza não são as mesmas coisas no pensamento euclidiano. Euclides reconhece a grandeza do quadro que vê diante de si, mas nega-lhe a beleza, ao dizer que “*é, sem dúvida, o maior quadro da Terra; porém chatamente rebatido num plano horizontal [...]*” (CUNHA, 1999, p. 01, grifo meu). E mais uma vez, o elemento de beleza ausente nesse imenso quadro é indicado como sendo as montanhas. O autor lamenta que “[...] mal alevantam de uma banda, à feição de restos de uma enorme moldura que se quebrou, *as serranias de arenito de Monte Alegre e as serras graníticas das Guianas*” (CUNHA, 1999, p. 02, grifos meus). O espírito altamente estimulado pela irregularidade topográfica de Euclides o faz estranhar um lugar em que a monotonia e a regularidade física da paisagem são uma constante. Veja-se claramente que o elemento que Euclides sente falta nessa paisagem para torná-la mais bela é a montanha:

[...] como *lhe falta a linha vertical, preexcelente na movimentação da paisagem*, em poucas horas o observador *cede às fadigas de monotonia inaturável e sente que o seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos* como os dos mares (CUNHA, 1999, p. 2, grifos meus).

O autor reclama não apenas da regularidade topográfica. Sua estranheza se estende ao quadro como um todo. O verde permanente e abundante da floresta que se alteia desde a barranca do rio retira-lhe o elemento essencial do belo em termos de paisagem, que é a visão ampliada. Assim é que Euclides diz que: “[...] *quem segue pela mata vai com a vista embotada no verde-negro das folhas [...]*” (CUNHA, 1999, p. 02, grifo meu). Por seu turno, o rio não ajuda. Ele é uma repetição de si mesmo. Para Euclides:

No Amazonas, em geral, sucede isto: o observador errante, que lhe percorre a bacia em busca de variados aspectos, sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular *num itinerário fechado*, onde se lhe deparam *as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós* estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios (CUNHA, 1999, p. 12, grifos meus).

Por fim, para não nos alongarmos em repetições, a prova final vem a seguir, demonstrando que a razão da estranheza de Euclides não está na paisagem em si, mas no homem que a contempla. Quando se refere à experiência vivida pelo visitante que chega à Amazônia no capítulo 3 – Um Clima Caluniado, Euclides assim se reporta:

Entra no Amazonas. Reanima-se um momento ante a fisionomia singular da terra; mas para logo acabrunha-o *a imensidade deprimida – onde o olhar lhe morre no próprio quadro que contempla*, certo enorme, mas, em branco e reduzido às molduras indecisas das margens afastadas. Sobe o grande rio; e

vão-se-lhe os dias inúteis *ante a imobilidade estranha das paisagens de uma só cor, de uma só altura e de um só modelo, com a sensação angustiosa de uma parada na vida*: atônitas todas as impressões, extinta a ideia do tempo, que a sucessão das aparências exteriores, uniformes, não revela – e retraída à alma numa nostalgia que não é apenas a saudade da terra nativa, mas da Terra, das formas naturais tradicionalmente vinculadas às nossas contemplações, que ali se não veem, ou se não destacam na uniformidade das planuras [...] (CUNHA, 1999, p. 29, grifos meus).

Saudade da terra nativa. Contemplações que ali se não veem. O que temos é uma confissão textual de que Euclides da Cunha está olhando o quadro amazônico à sua frente, mas a sua lente é a sua experiência topofílica forjada na região montanhosa da Serra do Mar. Ele não pode ver como belo nada além do que é belo no interior de sua alma, cuja forja se deu nas suas vivências de infância, na impregnação cognitiva do cotidiano montanhoso das paisagens do Sul. Haverá quem indague se o sentimento topofílico pode ser tão avassalador como uma disposição duradoura, e tão generalizante como temos afirmado e a resposta é que, no caso em tela, sim. Euclides da Cunha expressa literalmente que suas contemplações estão presas a um tipo de horizonte que ele não vê na Amazônia e essa é a razão de seu descontentamento.

3.3 A Paisagem como literatura em missão

3.3.1 No texto Os Sertões

Os recortes do texto listados adiante não têm a intenção de esgotar todas as referências encontradas no mesmo. Nem nos propomos a copiar as descrições em si, posto que isto seja contraproducente para este tipo de trabalho. Nossa proposta é mostrar que há uma intencionalidade no recurso utilizado pelo autor; que a paisagem é um elemento da análise com vistas a um fim. E este fim é o que se propõe o autor, a nosso ver, indicar as condições humanas com o seu meio e a propositura de solução para aquela realidade em favor desse mesmo homem.

Facilmente se percebe no capítulo intitulado A Terra que a intencionalidade de Euclides em descrever a paisagem se deve ao seu esforço de dimensionar também o destino do homem do sertão, e sobressaltar-lhe a bravura. O relevo, a vegetação, o clima do sertão, a forma como a paisagem se apresenta está diretamente ligada ao avanço do homem. A partir do Itapicuru, diz o autor, o que surge é uma terra ignota. As massas humanas ali estancaram em vilarejos minúsculos. Segundo Euclides:

Uma ou outra o cortou, rápida, fugindo, sem deixar traços. Nenhuma lá se fixou. Não se podia fixar. O estranho território, a menos de quarenta léguas da antiga metrópole, predestinava-se a atravessar absolutamente esquecido os quatrocentos anos da nossa história (CUNHA, 1998, p.20).

A descrição da paisagem em detalhes, obedecendo aos propósitos de Euclides, tem sempre em referência final o homem que nela habita. Há uma intencionalidade implícita em destacar-lhe a bravura. Assim é que nos diz:

Estas lagoas mortas, segundo a bela etimologia indígena, demarcam obrigatória escala *ao caminhante*. [...] localizados em depressões, entre colinas nuas, envoltas pelos mandacarus despídos e tristes [...]. Algumas denotam um *esforço dos filhos do sertão*. Encontram-se, orlando-as, erguidos como represas entre as encostas, toscos muramentos de pedra seca. Lembram monumentos de uma sociedade obscura. Patrimônio comum *dos que por ali se agitam* nas aberturas do clima feroz [...] (p. 23). As águas que fogem ao volver selvagem das torrentes, ou entre as camadas inclinadas dos xistos, ficam retidas, longo tempo, nas espadas das bromélias, aviventando-as. No pino dos verões, um pé de macambira *é para o matuto sequioso* um copo d'água cristalina e pura (p.49). Se não existisse o umbuzeiro aquele trato de sertão, tão estéril que nele escasseiam os carnaubais tão providencialmente dispersos nos que os circunvizinham até o Ceará, estaria despovoado. O umbu é para o infeliz matuto que ali vive o mesmo que a mauritia, para os garaunos dos llanos (CUNHA, 1998, p. 23, 49, 56, grifos meus).

Não escapa ao olhar do autor a participação do homem no estado natural das paisagens. Euclides nota muito severamente que o homem “[...] assumiu, em todo o decorrer da História, o papel de um terrível fazedor de desertos” (CUNHA, 1988, p. 62). Quanto ao sertão nordestino, Euclides informa que já os nativos tinham a prática de queimadas. O colonizador lhe seguiu o mesmo proceder e aliou-se a eles o sertanista ambicioso. As queimadas contribuíram para o clima demolidor que incide naquelas paragens, segundo o seu entendimento.

Imbuído da missão de não apenas entender, mas de mudar a realidade, Euclides não se limitou, como já dissemos, a descrever a paisagem. Ele está interessado em propor soluções possíveis. Euclides da Cunha parece estar convicto do poder criador do homem e de modo especial o homem do sertão, quando assim se refere ao resultado das queimadas “fez, talvez o deserto. Mas pode extingui-lo ainda, corrigindo o passado. E a tarefa não é insuperável” (CUNHA, 1998, p. 65), e em seguida parte para indicar o que fazer com o solo a fim de que ele se beneficie dos períodos de inundação e não seja vitimado seguidamente por elas, quando propõe obras de engenharia que realize barramentos nos vales, de modo a reter as águas das chuvas.

3.3.2 No texto *À Margem da História*

Mais uma vez cabe ressaltar que tomamos por certo que a obra de Euclides da Cunha é extremamente conhecida e lida, de modo que os recortes do texto apresentados nesta seção não têm o condão de repetir os detalhes científicos ali fartamente descritos e aqui omitidos. Antes apresentamos pontos que julgamos os mais indicados para compor a lógica do que estamos propondo, isto é, que Euclides da Cunha lança mão da paisagem e se compromete em ser fiel à ciência do seu tempo na descrição dela com uma intencionalidade, que no geral é intervir positivamente na realidade dos eventos históricos do seu tempo em favor do sertanejo, sobrevalorizando a sua bravura.

Ao contrário de *Os Sertões* em que a paisagem é hostil ao homem pela aridez, pelo calor intenso durante o dia e de noites geladas, pela seca e pelas inundações temporárias, mas que se constitui de ambiente antigo, até mesmo fossilizado, a paisagem amazônica surge como a terra imatura, onde o homem é um intruso inoportuno. Tem-se por certo que o homem considerado intruso aqui é o homem colonizador, posto que já foi mencionado a omissão do elemento indígena na análise euclidiana. A região lhe aparece como num estágio de arrumação, cujos rios são díspares em relação aos demais rios do mundo. Sobre isso ele diz:

Baste mostrar-se de relance que, ainda nos casos mais simples, há no Amazonas um flagrante desvio do processo ordinário da evolução das formas topográficas. Em toda a parte, a terra é um bloco onde se exercita a molduragem dos agentes externos entre os quais os grandes rios se erigem como principais fatores, no lhe remodelarem os acidentes naturais, suavizando-os. Compensando a degradação das vertentes com o alteamento dos vales, corroendo montanhas e edificando planuras, eles vão em geral entrelaçando as ações destrutivas e reconstrutoras, de modo que as paisagens, lento e lento transfiguradas, refletem os efeitos de uma estuária portentosa [...] ao passo que no Amazonas, o contrário. O que nele se destaca é a função destruidora, exclusiva. A enorme caudal está destruindo a terra (CUNHA, 1999, p. 5).

Essa ação destruidora do rio faz desaparecer lugares em uma só noite e refaz lugares numa única enchente. Aos olhos de Euclides, essa inconstância do rio se transmuda para os homens. Tal é o rio, tal é o homem, ele nos diz. Nota-se que neste ponto Euclides ainda está preso ao determinismo geográfico:

Tudo vacilante, efêmero, antinômico, na paragem estranha onde às próprias cidades são errantes, como os homens, perpetuamente a mudarem de sítio, deslocando-se à medida que o chão lhes foge roído das correntezas, ou tombando nas terras caídas das barreiras [...] (CUNHA, 1999, p. 10).

A instabilidade notada na paisagem e nos homens é indicada também quando o autor dedica um capítulo para tratar do Rio Purus, e o faz com a propriedade de quem o percorreu em toda a sua extensão. A descrição técnica indica que o Purus é um rio diferenciado dos demais por já haver alcançado nível maior de maturação, restando pouco a se fazer para que o homem nele alcance prosperidade material. No entanto, Euclides denuncia os homens que singram aquelas águas, os quais são indiferentes para com a única estrada que possuem, não desprezando o menor esforço para melhorá-lo. Com isso, o Rio Purus que poderia se tornar uma grande alavanca do desenvolvimento regional, não passa de um rio abandonado, não somente pelos que ali se encontram a explorar as riquezas da floresta, mas também, pelo governo. Ele cobra uma postura mais honrada para com a região, por meio de melhoramentos na navegabilidade do rio, isto em razão de que “precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, uma das mais arrojadas linhas de nossa expansão histórica” (CUNHA, 1999, p. 28).

A intencionalidade crítica de Euclides é evidente. A nosso ver, contudo, por trás da descrição negativa do homem que explora a Amazônia, e mesmo do nativo tido por ele como indolente, está também a sua preocupação com a questão da nacionalidade, assunto este deixado de lado por enquanto, e que, apenas para indicar o ponto, assumimos que ele irá propor como alternativa o Sertanejo Forte transmutado em Caboclo Titânico como o indicado a promover a integração regional à nação.

É aqui que se percebe que a dureza e hostilidade da natureza instável, estranhamente anfíbia e extraterrestre como assim o autor se expressa, não fora descrita sem intenção determinada. Ela serve para indicar possibilidades de políticas de desenvolvimento regional, como também para encarecer o valor dos homens mais bem-dotados para o desvendamento da raça brasileira. Senão, vejamos:

Há alguma coisa extraterrestre naquela natureza anfíbia, misto de águas e de terras, que se oculta, completamente nivelada, na sua própria grandeza. E sente-se bem que ela [a terra] permaneceria para sempre impenetrável se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronto sem a constância e a continuidade das culturas. *As gentes que a povoam talham-se-lhe pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, umas das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto.* E as suas almas simples há um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável (CUNHA, 1999, p. 29, grifos meus).

É o caboclo titânico que irá dilatar a pátria e transmutar uma região despovoada em um Estado – o Acre. São suas conquistas que o credenciam como tipo humano e credenciam a região como topos apropriado para o novo Brasil, pelo qual se desgasta o autor. Tais condições estão a reclamar um trato melhor por parte do poder central. Nesse contexto de missão, a paisagem se configura nas obras euclidianas para além da mera ambientação, como se fora uma moldura de arte poética que vem para escamotear uma definição científica ausente (LIMA, 1997), principalmente quando se trata da paisagem amazônica. É antes, o resultado de uma intencionalidade literária, cujo objetivo é descrever o ambiente hostil, tanto do Nordeste, quanto da Amazônia, de modo a valorizar a bravura de sua gente, para que o novo homem brasileiro seja identificado como aquele que vence o seu meio ambiente e não apenas se deixa dominar por ele, embora aqui salte aos olhos o fato de que Euclides omite o elemento indígena nesse processo. Trata-se, a paisagem, de um elemento definidor do vir-a-ser nacional, porque em sua hostilidade, revelou o homem forte que poderá se constituir no homem brasileiro. O homem, suplantando o ambiente que lhe é hostil, adapta-se, forja-se e se habilita a constituir a raça nacional. Portanto, a paisagem adquire importância porque nela se revela a força do homem.

Muito se poderia ainda dizer acerca do tema da paisagem, incluindo outros escritos. Todavia, as limitações da proposta inicial requerem brevidade. Por isso, deixamos para outro momento os demais aspectos do tema paisagem, para nos concentrar nas duas proposições acima. cremos que ficou estabelecido que a paisagem como descrita nas obras analisadas, definem que o estranhamento desnudado nas expressões de descontentamento do autor para com a paisagem amazônica não advém de uma má vontade gratuita para com a região, mas sim de uma condição pessoal, uma limitação orientada pela sua experiência topofílica, cuja referência do belo, requer as vistas amplas e marcadas por ondulações montanhosas. Pode-se ainda dizer que o elemento paisagem tanto em *Os Sertões*, quanto em *À Margem da História* não é mera ambientação cenográfica. Ela deve-se ao propósito do autor em tornar evidente, primeiramente a necessidade de intervenção governamental no sentido de inclusão regional na nação, bem como elevar o valor do homem regional, credenciando-o como elemento formador da raça nacional. Entende-se, por fim, que a presença da paisagem, fartamente descrita em termos científicos, que diferem de uma obra literária pura nos moldes de hoje, deve-se ao propósito do autor de ser relevante para as lutas de seus dias, imbuído da missão

de desvendar o Brasil para o Brasil e propor mudanças que tivessem por base o conhecimento científico disponível ao seu tempo²⁷.

Nesse mesmo contexto, a descrição da terra se deve ao momento histórico da obra, em que ciência e literatura, ainda não haviam-se emancipado uma da outra. Daí não ser possível definir o autor como romancista, geógrafo, historiador ou sociólogo somente. Por fim, cremos haver demonstrado que a experiência com o lugar de origem permeou o modo como Euclides da Cunha se expressou em referência ao tema paisagem, valorando como belo e feio aquilo que se assemelha ou diverge de seu lugar no mundo, as montanhas do Sul.

²⁷ Em sentido contrário ao percorrido por Euclides da Cunha estão os médicos sanitaristas Belisário Penna e Arthur Neiva, os quais saíram a campo para analisar o sertão nordestino do ponto de vista médico e produziram um trabalho de profundo teor social, chamando a atenção para as condições de incultura do povo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Euclides da Cunha, integração, paisagem e toponímia. Essa foi a proposta de trabalho que nos guiou até aqui. Em princípio apenas um vislumbre no emaranhado de escritos antigos e recentes sobre o autor fluminense. Dentre os inúmeros trabalhos escritos sobre Euclides da Cunha, o desafio era encontrar uma maneira de tornar uma ideia em um feixe de luz capaz de revelar alguma coisa que ainda não tivesse sido dita sobre o autor, que é um divisor de época na história da literatura brasileira. cremos que chegamos a algumas conclusões válidas a partir das proposições levantadas, as quais foram lastreadas nos próprios escritos de Euclides e sustentados também por outros autores.

Em *Euclides da Cunha e a Consciência de seu Tempo* nos propusemos a fazer um resumo do ambiente social, político e científico do período em que o autor atuou, de modo a se perceber suas afirmações e proposições na esteira dos fatos históricos de seus dias e da ciência de seu tempo. O objetivo foi demonstrar que por detrás do desgaste trazido pela ferrugem do tempo, há um cerne ainda pungente que habilita Euclides da Cunha a continuar nos falando com relevância. Euclides revestiu-se da consciência de seu tempo. E em seu tempo o impulso que os movia era a compreensão de que era preciso construir o Brasil, era preciso explicá-lo, integrá-lo como uma nação de fato, torná-lo relevante frente às demais nações. Euclides da Cunha não esteve sozinho nesse esforço. Há muitos outros que, do mesmo modo, se forem resgatados da poeira do tempo, poderão ainda nos fazer lembrar, no mínimo, de que temos uma questão a resolver, e que tem a ver com o nosso futuro.

Como missionário das letras, Euclides da Cunha escreveu sempre intencionado. Não lhe interessava à escrita por mero diletantismo. Ao escrever, Euclides imprimiu aos seus escritos os meandros de sua alma marcada pela sua trajetória de vida repleta de tragédias. Esteve sempre ao lado do oprimido, como cavaleiro andante, guardadas as observações já feitas. A empatia pelo oprimido, demonstrada nas obras *Os Sertões* e *À Margem da História*, escritas com o intuito de se tornarem obras vingadoras, demonstram uma experiência pessoal de sofrimento, que ao nível inconsciente, foi devidamente canalizada para uma propensão de defesa dos oprimidos. Por outro lado, seu ideal libertário refletiu a sua própria experiência com o sofrimento como parte de sua trajetória de escritor. Parece-nos evidente que o ambiente de perdas e isolamento permitiu que um traço de personalidade manifesta ainda muito cedo o conduzisse a uma percepção sensível do sofrimento alheio.

Euclides da Cunha escreveu para mudar o Brasil, num momento em que este país saía de um regime monárquico para um regime republicano. Em meio à crise, Euclides da Cunha percebe que precisa contribuir para definir os rumos da nação. O modelo cultural monárquico havia naufragado em meio a profundas desigualdades sociais, mas a República nascente pouco havia feito no sentido da mudança pretendida e desejada por Euclides da Cunha e outros. Nesse contexto o autor se impôs um problema: definir o Brasil como nação. Nessa preocupação, Euclides lançou mão das categorias explicativas de seu tempo, fundado no Positivismo e Evolucionismo que o levou em determinado momento a repetir o modelo explicativo europeu e seus determinismos, modelo este que viria a ser enquadrado posteriormente como ideologia imperialista, apropriada para justificar o domínio de vastas áreas do globo pelas nações europeias em nome da “civilização”. Definir o Brasil a partir do conceito de Raça era o que estava ao alcance de Euclides da Cunha, ainda que diante do dado concreto, ele se deparasse com dificuldades explicativas que o levaram a transcender essa posição, fato que nos remete à sua busca pessoal por uma síntese mais avançada. Ao contrário do que se possa pensar de imediato, Euclides da Cunha lutou bravamente com as incongruências científicas de seu tempo, procurando superar as dificuldades e limitações conceituais que se lhe apresentavam. A prova disso é a mudança de pensamento que o autor vai demonstrando à medida que se depara com novas realidades, abandonando a rigidez dos primeiros momentos e abrindo-se para novos conceitos na sua busca incessante por uma síntese conceitual mais ajustada à realidade brasileira. O que podemos aprender com Euclides da Cunha hoje, no tocante a essa preocupação, não são as suas respostas dadas ao problema do que vem a ser a nação brasileira, pois é pouco provável que a categoria Raça retorne às discussões em torno dos problemas nacionais. O seu legado, no entanto, está no próprio esforço que o moveu; é a própria preocupação em definir a nação; é o seu exemplo de homem de letras que deve nos mover agora e no futuro. A menos que já tenhamos resolvido a questão da nacionalidade, e já tenhamos uma explicação que esclareça o que é o Brasil, então poderemos prescindir desse esforço e de homens como Euclides da Cunha.

Em *Da Terra Seca à Terra Molhada* realizamos um esforço em identificar a preocupação central de Euclides da Cunha nas duas obras analisadas e então o encontramos no curso dos embates com a questão científica ou teórica que norteou a sua vida. Euclides da Cunha pôde romper, ainda que em parte, tanto com o Positivismo, quanto com as explicações racialistas do Evolucionismo. Entretanto, Euclides entrou para a História como um autor pendular por afirmar algo num lugar e desfazê-lo noutro. Certamente, isso se deu em razão da

brevidade de sua vida, pois foi tirado dela quando não havia ainda alcançado a síntese que procurava para sustentar suas proposições. A questão da nacionalidade, do vir-a-ser do Brasil, esteve presente na maioria de seus escritos. O tema que esteve sempre presente, tanto na obra *Os Sertões*, quanto em *À Margem da História*, foi o tema da integração das regiões Norte e Nordeste ao projeto de nação. Essa preocupação política de tornar o Brasil unido num projeto nacional é uma das facetas que tornam Euclides da Cunha relevante para os nossos dias, pois ainda hoje a questão da integração regional perdura como uma questão em aberto, não obstante todos os esforços já despendidos no sentido de resolvê-la. As obras estruturantes propostas por Euclides da Cunha ainda reclamam realização, não porque Euclides estivesse equivocado em propô-las, mas porque o problema inicial persiste, isto é, o Nordeste e o Norte continuam como um fardo no inconsciente coletivo da sociedade brasileira. A prova disso está nas ideias separatistas de alguns estados do Sul que ainda persistem até hoje.

Euclides da Cunha teve a capacidade de apreender as singularidades e especificidades mais profundas do *ethos* amazônico em um curto espaço de tempo que por essa região percorreu, em uma única viagem ao Rio Purus. Sem qualquer pretensão de exaltar o autor mais do que outros já o fizeram, afirmamos o ineditismo dos aspectos levados em conta por ele. Nenhum outro autor antes de Euclides da Cunha havia enxergado a solidão do caboclo do beiradão como um elemento literário, como um traço da vida humana digno de ser perpetuado em um texto escrito. A percepção da necessidade de tornar a posse brasileira de vastas regiões do Norte uma realidade tangível o coloca entre os pioneiros do assunto e é suficiente para “mantê-lo vivo”, pois a cobiça internacional da região não arrefeceu, pelo contrário, recrudescer desde então. A genialidade e o ineditismo de Euclides residem no fato de que ele não se deixou translumbrar pela estonteante grandeza da região, mas tratou acerca das maneiras de torná-la viável para o homem que nela habita. Hodiernamente, os discursos de preservação da Amazônia estão difusos na sociedade brasileira e estrangeira, discursos tais vulgarizados pela grande mídia, como por exemplo, o discurso “do corte e/ou do desmatamento zero na Amazônia”, onde artistas e intelectuais importantes da cena brasileira e estrangeira, muitas vezes de maneira acrítica, se posicionam a favor dessa ideia, sem, contudo, apontar alternativas para a manutenção da vida de mais de 20 milhões de almas que vivem em toda a Amazônia Legal. Por outro lado, as questões levantadas por Euclides quanto à Integração da Amazônia ao restante do País, não se esgotaram nele mesmo. Pelo contrário, o legado do autor continua ativo, ainda que seja na qualidade de um legado precursor. Nota-se que suas teses não foram apenas debatidas, mas foram levadas em conta por governos. No

entanto, é no próprio Euclides da Cunha que encontramos, de um modo desfavorável para nós, o retrato da nossa vida enquanto civilização. Euclides nos falou do caminho que leva a lugar nenhum, ou melhor, o caminho que leva sempre ao mesmo lugar. E assim, contrariando o próprio objetivo de Euclides de nos integrar ao restante do país, o seu diagnóstico da nossa vida na verdade transmudou-se em profecia de nossa realidade futura, pois Euclides parece ter descoberto e falado-nos da nossa sina de vivermos em ciclos, ou em círculos. A mística da trilha do seringueiro parece ter-se impregnado na história social da Amazônia, mais especificamente na história do Estado do Amazonas, pois desde então é assim que vivemos, experimentando a gangorra de faustos-debacles-e-prorrogações, como Sísifo, condenado a um eterno recomeço. É a perpetuação da estrada de corte sobre os nossos destinos.

Euclides da Cunha nos falou do isolamento do homem do seringal. Ele estava certo e permanece atual, infelizmente para alguns. Uma viagem de Manaus a Tapauá na calha do Rio Purus, em pleno século XXI, ainda se faz em setenta e seis horas ininterruptas de navegação. Não há que se falar em pressa, nem em modernidade numa velocidade dessas. Há quem possa indagar se o homem do beiradão pensa em pressa, ou se deseja a modernidade. Outros podem pensar em retorno daquelas populações ao modo de vida tribal que ali se fazia antes da chegada do sertanejo, numa espécie de expurgo da floresta de todo homem intruso. A questão a se considerar, no entanto, é: o que faremos com os milhares de pessoas que lá estão, nativos e não nativos? Há um dado de realidade diante de nós e Euclides da Cunha ressurgiu do passado para nos falar em integração por meio de aparatos tecnológicos, com base na valoração de que o isolamento é algo ruim, e o é não somente para a população de Tapauá, mas para o homem como sujeito, pois, como diversos autores já falaram e atestaram, o homem não se faz sozinho. Houvesse Euclides da Cunha esquecido o tema integração regional e tivesse-se mantido apenas como poeta que viu o homem da floresta na sua condição de isolamento, condição esta que o torna alguém menos humanizado, então essa percepção já seria suficiente para tê-lo como um de nossos maiores referenciais. Somente quem já experimentou a solidão de um fim de tarde nos beiradões é que pode ter a noção exata do isolamento do qual falou Euclides. O caboclo do beiradão costuma entardecer à beira do barranco atirando pedras ao rio como única diversão, enquanto a cigarra parece rasgar-lhe os ouvidos para tornar mais evidente que o som que lhe entra pelo tímpano não é a voz de outro ser humano, mas o cântico da solidão, já que o morador mais próximo está localizado em distância medida por horas, ou até mesmo em dias de viagem. Ainda que o advento da tecnologia das atenas rurais tenha modificado em muito essa realidade, substituindo o canto

da cigarra pelo som da televisão e pela conversa ao celular, essa não é uma tecnologia à disposição de todos no beiradão, estando restrita às localidades mais próximas aos centros citadinos. Para muitos dos ribeirinhos um acidente com sangramento grave pode representar a sua morte, pois não há que se falar em socorro. Deitam-no na sua rede, fazem-lhe orações e benzeduras e esperam a morte, enquanto outros já lhe providenciam um caixão com madeira fresca, tirada há poucos metros de casa. Mesmo na zona urbana, em grande parte dos municípios amazonenses, o único caminho de socorro ainda é o rio, pois não há aeroportos e nem voos regulares, não há estradas, quase sempre há um único médico, ou nenhum. Enfim, viver na Amazônia ainda é mais difícil do que morrer e, como nos disse Euclides da Cunha, esta resenha prosseguiria em muito se o propósito fosse enumerar todos os aspectos do que vem a ser o isolamento, o subdesenvolvimento em que vive o caboclo amazônico. Perdidos na imensidão, parece-nos o nome adequado para essas cenas tão comuns na vida amazônica.

Em *Paisagem e Filiação*, nos esforçamos para mostrar que a recorrência de Euclides da Cunha ao elemento paisagem é muito mais que uma coincidência, é uma intencionalidade. Euclides da Cunha nos falou intensamente da paisagem. Muitos autores trataram este aspecto da obra euclidiana de diversas maneiras. Como nos esforçamos por demonstrar, temos por certo, que o tema paisagem nas duas obras analisadas se deve a duas razões principais. A primeira razão é resultante do momento histórico vivido pelo autor, o qual se insere num período da história da literatura, ou das ciências sociais, como queira, quando não havia distinção nítida entre Literatura e Ciência, de modo que o senso comum entre os autores era o de que, ao escrever, o autor tinha por obrigação abarcar o máximo possível de aspectos da realidade. Trata-se, portanto, de um esforço de totalidade. A segunda razão se deve a uma intencionalidade autoral que visa circunstanciar a hostilidade do ambiente natural, de modo a encarecer as lutas do homem. Euclides da Cunha pretendeu apresentar o sertanejo como um sujeito forte e a gravidade com que as agruras naturais que lhes afetam são descritas, traduz uma estratégia do autor de valorização das ações deste homem do sertão. O sertanejo é aquele que vence uma natureza bravia. Ele é o titã que amansa o deserto e que doma a terra, daí a sua dignidade.

Há muito mais poesia nessa proposição euclidiana do que gostaria de admitir, quando examinada frente aos desdobramentos posteriores da história amazônica. Se é fato que o sertanejo forte alargou a Pátria como afirmou Euclides, fixando-se na terra, por outro lado, o fim do ciclo econômico da borracha logo o levou para as periferias das cidades e das capitais

e o deserto perpetuou-se. A dinâmica populacional da região Norte não muda há sessenta anos. Aqui, capitais como Manaus, Porto Velho e Rio Branco permanecem extremamente populosas, crescendo de forma assustadora, ao passo que o interior vive um esvaziamento econômico e demográfico devido, fundamentalmente, à falta de perspectivas econômicas das populações locais. O modelo Zona Franca de Manaus que, para alguns intelectuais, é uma espécie de curupira pós-moderno, por ser o guardião da floresta, visto que o Estado do Amazonas diz ser o estado da federação que tem os maiores índices de preservação da floresta amazônica, fez da cidade de Manaus uma cidade-estado, com 60% da população vivendo na capital e região metropolitana, e importando cerca de 70% dos alimentos de outros estados da federação e de outros países. Se fosse realmente verdadeiro o suposto círculo virtuoso promovido pelo curupira pós-moderno, a cidade de Manaus, não poderia ser o protótipo da estética terceiro-mundista! Com indicadores socioeconômicos de pobreza, concentração de renda e exclusão social elevado, Manaus está entre as três piores capitais do País para se viver, segundo o Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu), divulgado pelo Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Observatório das Metrôpoles, com base em dados do Censo 2010.

Apesar dos esforços que foram feitos visando a dinamização da economia do interior, o crescimento econômico dos municípios amazonenses ainda é incipiente, quando se analisa os números de participação da capital na formação do PIB estadual. Em 2003, de acordo com dados do IBGE, Manaus tinha participação de 93% na formação do PIB amazonense. Ainda de acordo com dados do IBGE, desta vez do ano de 2012, a cidade de Manaus possui o sexto maior PIB entre as capitais brasileiras, ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e Belo Horizonte. A participação da cidade na composição do PIB estadual em 2012 foi de 77,7%. Essa leve redução para os defensores do mito do curupira pós-moderno é extremamente positiva, contudo, ela revela um dado inconveniente, pois o Amazonas é o estado que mais depende de sua capital, que é a segunda capital com maior concentração de renda *per capita* do país, perdendo apenas para Brasília. Essa redução não deve ser comemorada, uma vez que a queda acompanhou uma tendência verificada em toda a região Norte e Nordeste do País, onde as capitais são responsáveis por mais de 50% do PIB dos estados.

As populações que vivem na zona rural da capital e dos municípios do interior do Amazonas têm sido beneficiadas com Programas Sociais do governo federal, como por exemplo, o Programa Luz Para Todos. Com eletricidade em casa, em algumas localidades de

forma ininterrupta, o caboclo vê diante de si a possibilidade de uma nova vida, com acesso a informação e a possibilidade de adquirir valores de uso. Isso poderá ajudar na diminuição do êxodo rural, com efeito, ainda é cedo para afirmar com segurança essa redução, visto que o interior ainda carece de outros serviços que, como a energia elétrica, são fundamentais para a dignidade da pessoa humana, como saúde e educação de qualidade. Um aspecto importante da chegada da energia elétrica às zonas rurais amazonenses é a aquisição de TV, que tem proliferado nos beiradões, fazendo crer que pelo menos no campo da informação, cujo acesso pode se dar em tempo real, o isolamento está diminuindo.

Finalmente, tratamos acerca do tema paisagem como topofiliação, isto é, o amor pelo lugar. O que propusemos no trabalho findou por se constituir numa defesa franca e ardente de Euclides da Cunha, tido como preconceituoso em relação à região amazônica. Afirmamos que o desgosto e insatisfação de Euclides da Cunha pela paisagem amazônica, dentre outros fatores, se deve ao padrão de *belo* incorporado em sua experiência de infância, o qual é extremamente diverso da paisagem amazônica, já que Euclides foi ambientado numa região rica em referenciais paisagísticos permanentes como montanhas e morros. Afirmamos que o seu estranhamento resulta de uma condição pessoal, da qual ele não poderia se livrar sem reflexão profunda. Não se trata de um preconceito gratuito e maldoso, no sentido de uma indisposição para com a região, mas sim de um estranhamento topofílico, e como tal é resultante de sua experiência pessoal. É uma limitação orientada pela sua experiência topofílica, cuja referência de belo e de aprazível forjou-se no ambiente montanhoso de Cantagalo, onde nasceu e viveu seus primeiros anos. Para Euclides da Cunha a paisagem bela requer uma configuração que envolva vistas amplas, horizontes abertos e marcados por ondulações montanhosas, o que em termos de ambientação são chamados de referências permanentes.

De acordo com aquilo que enunciamos, Euclides da Cunha não manifestou o mesmo estranhamento em relação aos sertões baiano porque o relevo daquela região é muito próximo ao relevo de sua ambientação de infância. Os paredões de pedras, os vales, as serras, os morros faziam parte da imagem topofílica de Euclides da Cunha, de modo que, ao revê-las no sertão baiano, essas imagens evocaram nele os mesmos sentimentos de admiração e devoção que são os sentimentos que invadem o nativo frente ao seu lugar. Não há profundas divergências entre o relevo do sertão baiano com o relevo da região serrana do Rio de Janeiro. Ao passo que a regularidade da paisagem amazônica e seu verde sempre constante, espalhada no plano, quase indistinta para os olhares estrangeiros, evocaram em Euclides da Cunha

sentimentos contrários à sua experiência topofílica, sentimentos definidos como de repulsa e enfado. Houvesse ele vivido mais tempo teria oportunidade de desfazer essa primeira má impressão e, quem sabe, no livro que nunca nasceu – Um Paraíso Perdido – nos afirmasse contrariamente o que disse em *À Margem da História*, já que seus últimos dias foram de intensa pesquisa sobre a região e, por diversas vezes, se referiu à Amazônia como “meu deserto”.

Podemos conjecturar que Euclides da Cunha caminhava para uma conciliação com a paisagem amazônica, pois manifestou por diversas vezes o desejo de retornar à região. Por incrível que possa parecer, o isolamento da região, que foi o elemento que ele mais ressaltou como um problema para o homem sertanejo, foi para ele mesmo, o elemento que mais tocou a sua alma. Como vimos anteriormente, o isolamento em relação aos companheiros de escola sempre foi um traço em sua personalidade. Nesse sentido, cabe ainda uma última nota acerca da relação espaço e lugar para concluirmos que, se Euclides houvesse vivido mais tempo e houvesse escrito o seu sonhado livro, a descrição da paisagem amazônica mudaria de tom naquelas páginas. Isso se daria em razão de que as experiências por ele vividas na Amazônia, incluindo aí uma experiência de quase morte por alagamento do barco em que navegava e uma experiência de sucesso e reconhecimento como explorador e homem de Estado, são os elementos capazes de gravar na memória um sentimento fixador da paisagem enquanto lugar de vivência. Esse sentimento que vincula a imagem à experiência é o que permite que a paisagem se transforme em lugar. E o que é o lugar senão um constructo da mente num espaço determinado. E o lugar, uma vez construído, é capaz de evocar sentimentos de pertencimento, de saudade, de orientação etc. Nesse sentido é que se deve olhar a expressão “meu deserto” de Euclides da Cunha, como um sinal de que já se processava nele, ao tempo dessa expressão, uma mudança de olhar em relação ao ambiente físico amazônico, tão desprovido daqueles elementos inicialmente requeridos em sua primeira ambientação topofílica, mas que em função de uma experiência profunda vivida na região, agora alcança *status* de dignidade e evoca sentimentos positivos e de pertencimento. Afinal, a Amazônia venceu Euclides. O deserto seduziu o solitário. Em seu “testamento” a confissão: Amazônia, “meu deserto”.

Queremos ainda registrar as lacunas deixadas pelo presente trabalho, as quais se devem às condições materiais que se nos apresentam. Em primeiro lugar, um melhor e mais amplo relatório das circunstâncias atuais no âmbito do tema do isolamento da região

amazônica. Por certo que o isolamento persiste, principalmente em relação aos Municípios localizados nas calhas dos rios em relação às capitais, mas também é certo que não ocorre nos mesmos termos encontrados por Euclides da Cunha, variando em graus também de Estado a Estado da região. Nos esforçamos em adicionar alguns dados, mas certamente há outros igualmente relevantes, a exemplo do isolamento cultural crônico em que vivemos. Em segundo lugar, devemos reconhecer que os *insights* somente levemente tratados neste trabalho estão a aguardar novas pesquisas, algumas delas com participações interdisciplinares, o que pretendemos retomar mais tarde, mas que no momento foi-nos impossível. Neste sentido, devemos destacar aqui o tema da *orfandade* e suas consequências para o resultado final da obra de Euclides. Este tema poderia ter sido tratado, por exemplo, sob o conceito da Psicologia Social de *resiliência*, mas que deixou de sê-lo em razão do exíguo prazo para a formatação de um ensaio seguro do assunto. Parece-nos evidente que Euclides da Cunha, diante das tragédias pessoais, se constitui um resiliente no sentido proposto por Boris Cyrulnik (2009). Não nos foi possível tratar desde assunto nestes termos. Destacar também o tema da Topofilia no campo da *ecocultura* no sentido proposto por Cheryll Glotfelty (1996), quando o mesmo livro *À Margem da História* receberia uma análise centrada não no homem amazônico, como nos propusemos fazer, mas na relação entre a literatura e o ambiente físico, o que nos parece apropriado, já que encontramos trabalhos publicados em relação ao livro *Os Sertões*. Além disso, a possibilidade de expansão da análise para todos os escritos amazônicos do autor e não apenas a primeira parte do livro *À Margem da História*. Assim o faremos, se vivermos e nos for concedido.

Finalmente, mas ainda quanto ao tema deste nosso trabalho, cabe ressaltar que não se trata, primariamente de um julgamento das propostas euclidianas para a Amazônia ou para o Nordeste, como um juízo de valor quanto ao legado do autor. Trata-se antes de fazê-lo falar novamente de modo a que possamos medir, numa análise posterior, a realidade da região em que vivemos, onde a sua postura fala-nos com eloquência maior do que o resultado final de suas análises, embora estejamos certos de que a realidade amazônica na temática da integração espacial pretendida por Euclides da Cunha, cujas dimensões estão atreladas ao Capital difere muito pouco em nossos dias da totalidade vislumbrada por ele. Há distinções historicamente marcadas quanto ao posicionamento da região na esfera global, quando se verifica que, inicialmente se propunha uma integração motivada por uma cautela em relação aos demais países amazônicas, naquilo que se denominou como doutrina da segurança nacional. Por outro lado, há a integração que se alia mais ao capital estrangeiro, quando o que

se enfoca é a posição da região no contexto planetário das florestas tropicais, dos recursos hídricos, das reservas de carbono e dos minerais nobres e estratégicos. Obviamente, esses temas não estavam ao alcance de Euclides da Cunha. Em seu tempo o que era possível ver e atestar era uma exploração dos recursos florestais sem compromisso com a gente da região, sejam nativos ou migrantes. Nosso objetivo terá sido alcançado se ao final da leitura pudermos estar certos de que temos uma questão nacional e regional ainda por resolver e que somos nós, os vivos, que devemos honrar os mortos que nos antecederam.

REFERÊNCIAS

AMORY, Frederic. *Euclides da Cunha: uma odisseia nos trópicos*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

BAIN, Bárbara J. *Células Sanguíneas: um guia prático*. Tradução de Renato Failace. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*. V.1. Tradução de Nelio Schneider. EDUERJ: Contraponto. Rio de Janeiro, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A Produção da Crença: Contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3.ed. 1. Reimpr. Porto Alegre, RS: Zouk, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Temas Brasileiros).

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Introdução Ricardo Oiticica. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CUNHA, Euclides da. *Peru versus Bolívia*. São Paulo: Cultrix, 1975.

CUNHA, Euclides da. *Poesia Reunida*. Organização, estabelecimento de textos, introduções, notas e índices: Leopoldo M. Bernucci, Francisco Foot Hardman. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaíes Amazônicos*. Seleção e Coord. de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, 2000.

CUNHA, Euclides da. *Amazônia – Um Paraíso Perdido*. Organização: Tenório Telles. 2.ed. Manaus: Editora Valer, 2011.

FLORENZANO, Modesto. *República (na segunda metade do século XVIII – História) e Republicanismo (na segunda metade do século XX – Historiografia)*. Out. de 2004. Disponível em: <http://historia.fflch.usp.br>. Acesso em: Março de 2016.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Laurentino. *1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Globo, 2013.

HUGO, Victor. *Les Misérables*. Tome ciquième. Editeurs A. Locroix, Verboeckhoven Et C' a Bruxelles. Paris, 1862.

LEPENIES, Wolf. *AS Três Culturas*. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

LIMA, Araújo. *Amazônia, a terra e o homem: com uma introdução à antropogeografia*. Prefácio de Tristão de Athayde. 4 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LOPES, Alfredo MR. *Amazônia: Pioneiros e Utopias*. Manaus: Instituto Census Ed., 2013.

MAIA, João Machado Ehlert. *A Terra como invenção. O espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MORIN, Edgar (Coord.). *A Unidade do Homem*. Vol III. Cultrix (Brasil), 1982.

OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2007, 232p.

PINTO, Renan Freitas. *Amazônia – Viagem das Ideias*. 3 ed. Manaus: Editora Valer, 2012.

PONTE, Carlos Fidelis. *O Sanitarismo e os projetos de nação*. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em 13/03/2016.

REIS, Artur César F. *Apresentando Dimensões do Brasil*. In: CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaio Amazônicos*. Seleção e Coord. de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, 2000.

RIBEIRO, Odenei de Souza. *Tradição e Modernidade no pensamento de Leandro Tocantins*. Manaus: UFAM, 2012. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia).

ROCHA, Hildon. *Brasil em dimensões históricas*. In: CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaio Amazônicos*. Seleção e Coord. de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, 2000.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

ROSSO, Mauro. *Euclides da Cunha, Político*. Baleia na Rede. Revista On-Line do Grupo de Pesquisa em Cinema e Literatura. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br>. Acesso em Março de 2016.

SAMPAIO, Teodoro. *Recordando Euclides da Cunha* (No Décimo aniversário de sua morte). In: CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaio Amazônicos*. Seleção e Coord. de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, 2000.

SÊGA, Rafael Augustus. *Ordem e Progresso*. Mais do que um simples lema na bandeira, as ideias de Augusto Comte impregnaram a nascente República brasileira. Disponível em: <http://www.brasilindependente.weebly.com>. Acesso em 13/03/2016.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Wilson Santana. *Correntes Ideológicas do Século XIX e a Religião*. Disponível em: <http://www.cpaj.mackenzie.br>. Acesso em Março de 2016.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Evaristo de Moares Filho (Org.). Tradução de Carlos Alberto Pavaneli et al. São Paulo: Atica, 1993.

SIMMEL, Georg. *Filosofia da Paisagem*. Tradutor Artur Mourão. Covilhã: LosoSofia.press, 2009.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. 2 ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido: tentativa de reinterpretação de uma presença singular na Amazônia e a conseqüente evolução de um pensamento sobre a paisagem étnico-cultural, histórica e social brasileira, alargando-se no horizontes da história transcontinental*. Prefácio de Artur César Ferreira Reis. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

VENANCIO FILHO, F. *Retrato Humano de Euclides da Cunha*. In: CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaíes Amazônicos*. Seleção e Coord. de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, 2000.

XAVIER, Rogério P. *Corpos Disponíveis: análise foucaultiana do discurso do sanitarismo, da genética e da eugenia*. Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucpr.br>. Acesso em Março de 2016.